POPULAÇÃO NEGRA E ENSINO SUPERIOR: DEBATES SOBRE O SISTEMA DE COTAS RACIAIS NAS UNIVERSIDADES

Luiza Mandela Silva Soares

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Etnicorraciais no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Mário Luiz de Souza

Rio de Janeiro
Dezembro/2014

POPULAÇÃO NEGRA E ENSINO SUPERIOR: DEBATES SOBRE O SISTEMA DE COTAS RACIAIS NAS UNIVERSIDADES

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Etnicorraciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Relações Etnicorraciais.

Luiza Mandela Silva Soares

Aprovada por:

_____

Presidente, Prof. Mário Luiz de Souza, Doutor (orientador)

_____

Prof. Alvaro de Oliveira Senra, Doutor

_____

Prof. Warley da Costa, Doutora - (UFRJ)

Rio de Janeiro
Dezembro/2014

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

S676 Soares, Luiza Mandela Silva

População negra e ensino superior: debates sobre o sistema de cotas raciais nas universidades / Luiza Mandela Silva Soares.—2014.xi,116f.+anexos: il. (algumas color.) , grafs. , tabs. ; enc.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca ,2014.
Bibliografia : f. 109-116
Orientador: Mario Luiz de Souza

1. Negros – Educação (Superior) – Brasil. 2. Racismo. I. Souza, Mario Luiz de (orient.) II. Título.

CDD 379.260981

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho primeiramente a minha avó materna, Clemildes, que foi uma guerreira e musa inspiradora. À minha querida mãe, Christina, que me inspira diariamente com sua árdua luta. E a todos que lutam por uma sociedade mais justa.

AGRADECIMENTOS

O caminho para chegar até aqui não foi fácil, por isso tenho muito que agradecer por ter conseguido concluir mais esta etapa.

Agradeço à minha mãe, Christina, que me incentivou a fazer este curso e pela paciência e compreensão.

Agradeço ao meu noivo, Wagner, pela paciência e carinho.

Aos meus familiares pelo apoio de sempre em tudo que faço.

Às minhas primas Andrea e Danielle, pela força e incentivo.

Ao meu orientador, Mário, pela paciência.

Agradeço também as amigas que fiz ao longo desta trajetória acadêmica, em especial: Patrícia, Luara, Rita, Cinthia pelas conversas produtivas que tivemos, que com certeza contribuíram e muito para confecção deste trabalho.

"Nascemos para manifestar a glória do Universo que está dentro de nós. Não está apenas em um de nós: está em todos nós. E conforme deixamos nossa própria luz brilhar, inconscientemente damos às outras pessoas permissão para fazer o mesmo. E conforme nos libertamos do nosso medo, nossa presença, automaticamente, libera os outros."

Nelson Mandela

RESUMO

POPULAÇÃO NEGRA E ENSINO SUPERIOR: DEBATES SOBRE O SISTEMA DE COTAS RACIAIS NAS UNIVERSIDADES

Luiza Mandela Silva Soares

Orientador:
Mário Luiz de Souza

O presente trabalho faz uma análise do documento: ‘’Avaliação Qualitativa dos dados sobre desempenho acadêmico 2011’’. Com o intuito de investigar a situação dos cotistas da Uerj, com relação a aspectos como desempenho, evasão, desenvolvimento,e permanência. O trabalho apresenta o debate sobre o sistema de cotas raciais nas universidades, mostrando os diferentes pontos de vista acerca do tema, apresentando algumas opiniões emitidas pelo ‘’senso comum’, representado pelos leitores do jornal ‘’O Globo’’ e por intelectuais contrários às cotas raciais. O trabalho alerta para a ainda presente situação de desigualdade entre brancos e negros, decorrentes também do racismo que persiste em nosso país. A luta pela inclusão dos negros em espaços como a Universidade e mercado de trabalho faz parte da agenda dos movimentos sociais, em especial o Movimento Negro, que luta para combater o nosso racismo ‘à brasileira’’ apesar de muitos negarem sua existência. Mesmo com conquistas significativas, o Movimento Negro ainda tem muitas batalhas para enfrentar, pois no pensamento social brasileiro está enraizado o preconceito racial, que perpassou gerações. Porém, este desafio não deve ser apenas dos Movimentos Sociais, e sim de todos que almejam uma sociedade com melhores oportunidades para todos os cidadãos, independente de sua cor ou raça.

Palavras chave:

População Negra;Racismo ; Cotas Raciais

Rio de Janeiro
Dezembro/2014

ABSTRACT

BLACK POPULATION AND HIGHER EDUCATION: DISCUSSION ON THE QUOTA SYSTEM RACE IN UNIVERSITIES

Luiza Mandela Silva Soares

Advisor(s):

Mário Luiz de Souza

Abstract of dissertation submitted to Programa de Pós-graduação em Relações Etnicorraciais - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca CEFET/RJ as partial fulfillment of the requirements for the degree of Master.

This present paper analyzes the document: '' Qualitative Assessment of data on academic performance in 2011 ''. In order to investigate the situation of the shareholders of Uerj with aspects such as performance, avoidance, development, and retention. The paper presents the debate on the system of racial quotas in universities, showing the different views on the issue, presenting some opinions issued by the '' common sense '', represented by the readers of' 'The Globe' 'and contrary intellectuals to racial quotas. The work points to the still present situation of inequality between whites and blacks, resulting also racism that persists in our country. The struggle for inclusion of blacks in places like the University and the labor market is on the agenda of social movements, especially the Black Movement, which fights to fight our racism 'the Brazilian' 'although many deny their existence. Despite significant achievements, the black movement still has many battles to face, because the Brazilian social thought is rooted racial prejudice, which passed over generations. However, this challenge must not only be of Social Movements, but of all who yearn for a society with better opportunities for all citizens, regardless of their color or race

Keywords:

Black Population; Racism; Racial quotas

Rio de Janeiro
December/2014

Introdução 1

Metodologia 7

I Ideologia, Ideologia Racista e Cotas 10

I.1 O conceito de ideologia e sua importância nas relações sociais 10

I.2 Racismo e Ideologia Racista 11

I.3 As metamorfoses da ideologia racista no Brasil 14

I.3.1 Movimento Negro e suas contribuições na luta contra o racismo 18

I.4 As desigualdades sócio - econômicas e suas consequências sobre a população negra 22

II As ações afirmativas no Brasil e a questão das cotas nas universidades púbicas 26

II.1 O surgimento da política de cotas raciais e sua implementação no Brasil 26

II.2 A importância da política de cotas raciais para o enfrentamento da ideologia racista 33

II.3 As cotas raciais nas universidades públicas no Brasil em debate: intelectuais contrários às cotas raciais 37

II.3.1 O discurso do mérito 40

II.3.2 Raças não existem / O Brasil não é racista 42

II.3.3 Cotas como forma de segregação e de aumento do racismo 44

II.3.4 A qualidade do ensino como solução 45

II.4 As interpretações populares sobre a política de cotas 46

II.4.1 Opiniões da sessão ‘’Carta dos Leitores’’ do Jornal o Globo 46

II.4.1.1 O argumento do mérito 48

II.4.1.2 Raça como conceito ultrapassado 49

II.4.1.3 Melhor qualidade de ensino como solução 50

II.4.1.4 Cotas raciais como causa de divisão entre cotistas e não cotistas 51

III População negra e ensino superior: onde os negros estão? 53

III. 1. As relações etnicorraciais no âmbito escolar 53

III. 2. O vestibular e as desigualdades 57

III. 2.1 O processo para ingressar na Universidade Pública: apenas uma questão de mérito? 61

III. 2.2 Os pré – vestibulares para negros e carentes: um breve histórico da Educafro 66

IV O sistema de cotas raciais na Uerj: análise do documento ‘’Avaliação Qualitativa dos dados sobre desempenho acadêmico 2011’’ 72

IV. 4.1 Breve histórico da adoção das Cotas na UERJ 72

IV. 4.2 O processo seletivo para ingressar na UERJ 75

IV.4.3 Alunos cotistas e não cotistas ingressantes na UERJ por vestibular 77

IV. 4.4 Percepções da própria cor e tipo de cotas 79

IV. 4.5 Perfil dos candidatos 81

IV.4.6. Análise do desempenho de alunos cotistas e não cotistas quanto ao ingresso em cursos de prestígio 85

IV. 4.6.1 Análise do curso de Direito do Vestibular Estadual 2010 85

IV. 4.6.2 Análise do curso de Medicina 88

IV. 4.6.3 Análise do curso de Odontologia 91

IV.4.7 Avaliação dos egressos cotistas 94

IV. 4.7.1. Análise do perfil de cotistas concluintes e não concluintes 95

IV. 4.7.2 Percentual de alunos concluintes. 96

IV. 4.7.3. Análise dos egressos cotistas concluintes 99

IV. 4.7.4. Análise dos egressos cotistas não concluintes 102

Conclusão 106

Referências Bibliográficas 109

ANEXO I 117

Introdução

A minha história começa antes do meu nascimento, pois meus pais ao escolherem Mandela para pôr em meu nome já refletiram a intenção que tinham em ter uma filha que,quando crescesse, contribuísse de alguma forma com a luta contra o racismo em que meus pais tanto se empenharam e se empenham. Minha mãe, militante do movimento de mulheres negras de um partido político, me levava ainda pequena às reuniões. Eu cresci vendo a luta dela para combater o racismo presente em nossa sociedade, que alija muitos negros e negras de direitos básicos, como saúde, educação, saneamento básico, que constitui barreiras para uma vida digna. Meu pai, também árduo militante, chegou a trabalhar no IPCN[1] local em que eu e meus irmãos frequentamos muito em nossa infância. O IPCN é um Instituto que tinha projetos em prol da população negra, frequentado por muitos militantes do Movimento Negro.

Estudei durante o meu nível médio em uma escola tradicional, e como negra e mulher não me sentia incluída naquele sistema de ensino, em especial no ensino de história. As aulas de história mostravam sempre os europeus, as guerras europeias, parecendo que a história tinha apenas um lado, que era sempre altivo e vitorioso. Chauí (1994) nos afirma que os acontecimentos históricos costumam ser explicados de modo invertido, permitindo que a classe dominante justifique suas ações, fazendo a ideia da história como progresso, trabalho ou divisão de classes. A história é quase sempre narrada do ponto de vista do vencedor ou dos poderosos, transformando - os em únicos sujeitos da história. Não conhecemos a história dos escravos, dos servos, dos trabalhadores vencidos, pois suas ações não são registradas pelo historiador, nem contadas na escola, nem nos livros didáticos.

Não me recordo, durante a minha trajetória escolar, de ter tido alguma aula que abordasse a história da África, dos povos africanos, de suas princesas e rainhas. A escravidão foi abordada de forma breve, sem nenhum aprofundamento da história dos povos africanos. Paralelo a isso, em casa eu tinha o suporte da minha mãe, que me contava histórias de princesas negras africanas, estimulando sempre minha autoestima, e eu me identificava com as histórias.

Ao entrar no ensino superior, no curso de Pedagogia, já comecei a pensar no tema da minha monografia. Escrevi sobre a ‘’Visão do negro nos livros didáticos de história do ensino fundamental’’, e pelo o que percebi, fui uma das poucas pessoas que abordou este tema na instituição. Ao escrever sobre isso, veio todo o meu incômodo quanto à ausência da temática

[1]Instituto de Pesquisa de Culturas Negras

étnico racial nas escolas e perceber o quanto faz falta para nós negros, uma referência à cultura negra no âmbito escolar. Como nos afirma Apple (2006) a educação não é neutra e não é possível separá-la da sociedade. A escola não se reconhece como reprodutora de uma sociedade desigual, com isso não consegue demonstrar como os preconceitos e as desigualdades são reproduzidas dentro na escola. Para o autor, é através de práticas realizadas na escola, sejam em conhecimento, competências e valores, que os educandos vão se sentindo membros de uma comunidade, com isso tornando-se conscientes das suas diferenças, seja em relação, por exemplo, aos costumes, modo de pensar, cor e condição social. Com isso, podemos perceber que a escola faz parte da sociedade na qual está inserida. Como vivemos numa sociedade capitalista e burguesa, ela reproduz a cultura da classe dominante. Minha opção por escolher um curso de licenciatura, foi também uma escolha política, pois como educadora tenho a missão de preparar crianças e jovens não só para que elas aprendam a ler, escrever, contar, mas, além disso, fazer com que elas se sintam inseridas do ambiente escolar, de forma a terem motivações para prosseguir com seus estudos, apesar das inúmeras barreiras.

Eu tive a oportunidade de ter uma família negra em que a maioria possui ensino superior, apesar das dificuldades enfrentadas. Mas na maioria das famílias negras não é a realidade. Em nossa sociedade, ainda há uma pequena quantidade de negros que ingressam no ensino superior, devido a inúmeros fatores estruturais que impedem a população negra de possuir um alto nível de escolaridade. O Brasil está acostumado a ver os negros em situação de desvantagem socioeconômica, pois o branco enquanto dominante sempre deteve os privilégios econômicos e sociais. A população negra, mesmo compondo a metade da população brasileira, não ocupa em grande quantidade as universidades e empregos com melhores remunerações, e sim os empregos menos remunerados, os que não exigem uma maior escolaridade. De acordo com Pestana (s.d) o Brasil tem vivido distorções históricas do ponto de vista racial, com clara intenção ideológica de garantir a ‘’superioridade’’ de um determinado grupo. A história continua a se repetir, pois após quase vinte anos de luta dos negros por ações afirmativas e cotas, o direito ao acesso nas Universidades e espaços sociais ainda não é pleno.

Como uma forma de reparação de prejuízos históricos, atrelado à luta incansável do Movimento Negro, foram aprovadas leis Estaduais de cotas raciais nas universidades do Estado do Rio de Janeiro. Leis nºs 3.524/2000, 3.708/2001 e 4.061/2003, revogadas, em 4.09.2003, pela lei Estadual nº 4.151. A lei *5.346* do ano de 2008 ratificou a política de sistema de cotas para ingresso nas Universidades. Além da Lei Estadual, no ano de 2012, foi sancionada a Lei nº 12.711/2012, que reserva um percentual de vagas para negros em universidades públicas, no âmbito federal com o objetivo de ampliar as oportunidades de entrada desta população na universidade.

Ao aprovar as cotas, a justiça brasileira acaba por afirmar, que existe racismo no Brasil, e que a população negra é a maior prejudicada até hoje. Vivemos em uma sociedade em que o racismo é velado, dissimulado, negado, onde as pessoas não se assumem racistas; porém não concordam com o sistema de cotas, por inúmeros argumentos, muitos baseados no senso comum, mostrando que a aprovação das cotas para negros causou um incômodo para as elites, que sempre ocuparam espaços ‘’reservados’’ a eles.

O negro atualmente vive em situação de desvantagem social em relação aos demais segmentos da população, conseqüência de um processo histórico que vem desde o período da escravidão. Na conjuntura atual, as condições do mercado de trabalho brasileiro e as questões referentes às possibilidades de ingresso, permanência e crescimento profissional da população negra compõem uma grave situação no mercado de trabalho brasileiro. A luta dos movimentos sociais, como o Movimento Negro, por reconhecimento e respeito à cultura afro-brasileira por relações de trabalho mais justas e dignas, e pelo acesso, permanência e êxito do povo negro à educação tem se tornado um marco na história e nas reivindicações da comunidade negra.

O sistema de cotas é uma forma de reparar uma dívida histórica que o Brasil possui com a população negra, que apesar de ser a metade da população brasileira, ainda se encontra em situação de desvantagem econômica e social. A população negra em sua maioria, não possui uma educação de qualidade, e com isso, consegue empregos onde é exigida uma mão de obra menos qualificada e menos remunerada. As cotas fazem com que os negros elevem a sua escolaridade, e com isso passem a ocupar postos melhores remunerados no mercado de trabalho.

A escolha do meu tema, para minha dissertação, se deve a três fatores. Um é que as às questões relacionadas à cultura afro-brasileira estão muito presentes na minha experiência de vida. Meus pais, militantes do Movimento Negro, sempre tentaram reforçar em mim a autoestima

e a identidade cultural, apesar das inúmeras situações de preconceito racial sofridas na escola. Acrescenta- se a isso o fato de meus familiares, em sua maioria com curso superior, terem uma história de luta para inserirem - se no mercado de trabalho, passando por diversos obstáculos para alcançarem uma posição digna no mercado. Além disso, a minha falecida avó, Clemildes Ramos Silva, foi a primeira dentista negra do município de Vitória, Espírito Santo. Sua história serve como inspiração para as demais gerações. Ela era uma mulher negra a frente de seu tempo, e enfrentou muitos obstáculos para tornar-se dentista.

Como professora de educação infantil da rede municipal do Rio de Janeiro, percebo que os meus alunos, em sua maioria afrodescendentes e de classe média baixa, estão em situação de desvantagem em relação a alunos de classe média e alta, não apenas por serem afrodescendentes e pobres, mas por pertencerem a um sistema educacional que, por inúmeros fatores estruturais, não está em igualdade com escolas cujo público é a classe média e em sua maioria branca. Esta situação de desvantagem em que se encontram os alunos afrodescendentes faz com que sejam maiores os obstáculos para que eles cheguem ao nível superior, pois acabam não possuindo ao longo de sua trajetória escolar, base para competir em igualdade com o aluno branco e de classe média. Com isso, o aluno afrodescendente não entra em uma universidade, e acaba ocupando empregos cuja escolaridade não é o principal requisito. Sabemos que a lógica do mercado de trabalho também envolve, além de critérios objetivos, critérios subjetivos, como ‘’a boa aparência’’, em que o negro, mesmo com a escolaridade exigida pelo empregador, pode não ocupar a vaga por não possuir a ‘’aparência desejada’’. No entanto, se a sociedade e o mercado de trabalho passarem a ter maior quantidade de afrodescendentes com maior escolaridade, o mercado de trabalho tenderá a absorver esses profissionais.

Este trabalho foi impulsionado também por minhas inquietações após ler comentários contrários ao sistema de cotas para universidades, vindo de pessoas em maioria representam o senso comum, pessoas que se dizem contrárias às cotas, porém com pouco conhecimento político, histórico ou social, prevalecendo o conhecimento de cunho ideológico. Há também intelectuais que atuam em universidades que emitem opiniões e escrevem trabalhos científicos argumentando contrariamente ao sistema de cotas, com inúmeras justificativas. Em sua maioria, são intelectuais brancos e de classe média alta, que parecem subestimar o racismo no Brasil.

Apesar de ter aumentando o acesso à educação superior nos últimos anos para a população negra - houve um considerável aumento entre 2000 e 2010 para pretos (de 2,3% para 8,4%) e pardos (de 2,2% para 6,7%), no Brasil, país com aproximadamente 50% de negros, ainda persiste uma diferença significativa com relação à população branca: quase 13% das pessoas de 10 anos ou mais de idade de cor ou raça branca completaram o ensino superior, enquanto que apenas 4% da população de pretos e pardos dessa faixa etária tinham alcançado o mesmo nível

de estudos[2]. Para que fossem criadas maiores oportunidades para garantir o acesso da população afrodescendente às universidades, foi criado o sistema de cotas raciais, no ano de 2001, que reserva uma quantidade de vagas a estudantes que se declararem negros. Porém, uma grande parte da população, inclusive alguns intelectuais, se diz ‘’contra’’ o sistema de cotas, afirmando que reforça o racismo, e acaba com a meritocracia, dentre outros argumentos.

Existem até aqueles que usam argumentos mais refinados baseados na ideia de que não há raça, por isso não há racismo, para atacar o sistema de cotas como algo que trará, ou reforçará a existência do racismo no Brasil. Esses argumentos em sua maioria, não possuem base histórica, teórica ou política, baseando–se apenas em práticas do senso comum e numa postura ideológica e política diante dessa questão. Diante desta inquietação, e da extrema relevância social, será abordado o seguinte tema: ‘’ População negra e ensino superior: debates sobre o sistema de cotas raciais nas universidades.’’

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar os dados quantitativos e qualitativos contidos no documento: ‘’Avaliação Qualitativa dos Dados sobre Desempenho Acadêmico de 2011’’ da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), com o intuito de verificar e analisar dados referentes ao desempenho, desenvolvimento, permanência e evasão dos cotistas da UERJ.

Seguindo os objetivos expostos, esta dissertação foi dividida em quatro seções. O primeiro capítulo abordou as categorias, conceitos e pressupostos teóricos que embasaram a dissertação, destacando temas como ideologia, ideologia racista, racismo, a forma de atuação do racismo no Brasil, a situação da população negra e o quanto as políticas de ações afirmativas, em especial as cotas nas universidades públicas, são importantes no combate ao preconceito e a discriminação racial no nosso país. O segundo capítulo teve como enfoque, o surgimento das políticas de ações afirmativas e a implementação dessa ação política no nosso país, dando ênfase a questão das cotas nas universidades públicas, as discussões acerca do sistema de cotas raciais e as interpretações populares através das opiniões contidas na sessão ‘’Carta dos leitores’’ do Jornal o Globo. O terceiro capítulo tratou da questão das relações étnico-raciais no âmbito escolar, e do processo do vestibular como retrato da desigualdade social presente em nosso país. Por fim, no último capítulo a temática central será a apresentação, os procedimentos, o levantamento de dados e as análises sobre os dados contidos no documento: ‘’Avaliação Qualitativa dos Dados sobre Desempenho Acadêmico de 2011’’ da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

Mesmo com toda a luta dos movimentos negros, é preciso avançar muito para que o povo negro seja considerado “cidadão de direitos” no Brasil. A estrutura excludente se mantém, e a luta para reverter esse quadro será constante. É preciso que as diversas organizações do movimento

[2]IBGE, Censo 2010. Censo 2010: mulheres são mais instruídas que homens e ampliam nível de ocupação. Disponível em:www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_resultados_amostra.shtm.Acesso em 28.out.2013

social, os pesquisadores, os profissionais da educação e as políticas sociais considerem a importância da luta do povo negro, respeitando os direitos fundamentais da população e com isso, incentivando a maior inclusão e ascensão do negro na sociedade (SILVA; BARBOSA, 1997).

Tratei de um tema que incomoda, questiona, polemiza e causa as mais diversas reações. Pretendo, com esta dissertação, chamar atenção para a necessidade de respeitar a identidade cultural do negro em sua esfera social. O trabalho busca contribuir para a superação dos preconceitos raciais na sociedade. O racismo, por ser uma realidade, deve ser encarado e combatido por toda a sociedade, para que ao menos tentemos superar todo o histórico de injustiças sofridas pela população negra, que até hoje é prejudicada pelas consequências do racismo. Com isso, a construção da identidade negra deve ser uma preocupação de todos lutam por um país mais justo e democrático; não podemos falar em democracia sem enfrentar todas as formas de discriminações.

.

Metodologia

Como problema de pesquisa, formulei a seguinte questão: Porque mesmo com a implementação do sistema de cotas raciais,[3] que reserva vagas para negros em universidades, poucos negros [4] estão estudando em cursos de prestígio?

Penso como hipótese que a população negra, em sua maioria, não ingressa na universidade, principalmente em cursos de prestígio, pois além de ser caro se manter numa faculdade, pois há gastos com transporte, material, alimentação, o negro ainda encontra-se em situação de desvantagem socioeconômica perante a população não negra.[5] Para investigar acerca da hipótese formulada, fiz a pesquisa cujo título é: ''População negra e ensino superior: debates sobre o sistema de cotas raciais nas universidades''.

O trabalho teve como objetivo geral fazer uma análise qualitativa e quantitativa dos dados contidos no documento: ''Avaliação Qualitativa dos dados sobre desempenho acadêmico 2011''. Para Ribeiro (2000) o objeto das Ciências Sociais é puramente qualitativo, no entanto, a realidade da sociedade faz parte o dinamismo da vida individual e coletiva. Entre sujeito e objeto, existe uma identidade, o observador e o objeto possuem a mesma essência. A pesquisa de caráter qualitativo é importante para o enriquecimento do trabalho, e possibilita apresentar dados precisos para análise. A UERJ foi escolhida pelo seu pioneirismo em adotar as cotas raciais no Estado do Rio de Janeiro. Porém, como afirma Cano (2012) não é preciso optar por apenas um método; não há uma antítese entre o método quantitativo e o qualitativo, os dois métodos podem ser utilizados juntos e enriquecem ainda mais o trabalho. Portanto utilizo os dois métodos em meu trabalho, para realizar as análises contidas nele.

Inicialmente a pesquisa seria realizada com os cotistas de Odontologia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Porém, solicitei autorização para a pesquisa de campo e apresentei a Solicitação de Permissão para a Pesquisa e a cópia do projeto de qualificação para realizar o trabalho empírico e a diretoria de Graduação exigiu a aprovação do comitê de ética para que eu pudesse iniciar a pesquisa, porém o CEFET não possui comitê de ética. Como o impasse não foi resolvido em tempo hábil, fiz a análise do documento: ''Avaliação Qualitativa dos dados sobre desempenho acadêmico 2011''.

Ao realizar a análise quantitativa, houve a possibilidade de investigar o perfil dos cotistas negros da UERJ. Inicialmente foi feita a análise de alunos que, na UERJ, foram beneficiados pela política de cotas entre os períodos de 2004 a 2010 (período analisado no

[3]No ano 2000 foi inicialmente aprovada a lei Estadual de cotas raciais nas universidades do Estado do Rio de Janeiro. Leis nºs 3.524/2000, 3.708/2001 e 4.061/2003, revogadas, em 4.09.2003, pela lei Estadual nº4.151. Além da Lei Estadual, no ano de 2012, foi sancionada a Lei nº 12.711/2012, que reserva um percentual de vagas para negros em universidades públicas, tanto no âmbito estadual quanto no federal.

[4] TRAGTENBERG; BASTOS, et. al. Como aumentar a proporção de estudantes negros na universidade? Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 128, p. 473-495, maio/ago. 2006]

[5]O índice e pobreza na área urbana, segundo o relatório do Laeser, de brancos foi de 25,92%; e de negros, 49,79%. Disponível em:< http://www.laeser.ie.ufrj.br/hom/Fichario/fichario.asp>. Acesso em 22.ago.2014

documento). Posteriormente, a análise dos cotistas ingressantes, considerando inicialmente os perfis socioeconômico, escolar e cultural, escolha e características do curso escolhido. Foram analisados dados relativos ao desempenho dos candidatos inscritos, classificados e matriculados de alunos cotistas por curso, que optaram pela cota para negros / índios em comparação aos alunos que não optaram por nenhuma cota, em cursos de prestígio do vestibular UERJ 2010. Foram escolhidos cursos de prestígio social para verificar a presença de cotistas negros/ índios em cursos cuja concorrência é maior. Os cursos de prestígio escolhidos para análise foram os cursos de Medicina, Odontologia e Direito, por serem cursos caros, cuja nota de corte para classificação é alta, tanto para cotistas quanto para não cotistas.

Foi analisado também comparativamente o desempenho de cotistas e não cotistas através das notas do ''VESTIBULAR 2010'', e a quantidade de inscritos, classificados e matriculados nos cursos de Medicina, Direito e Odontologia, cursos considerados de prestígio social, e que exigem altas notas para classificação.

Em seguida, foi analisado o perfil dos cotistas concluintes e não concluintes, seus perfis socioeconômicos, quantidade, cursos escolhidos, além do percentual de alunos concluintes por curso, durante 5 anos, porém foi analisado o período de 3 anos (de 2003 a 2006, pois antes de 2003 não havia cotistas, objeto da pesquisa).

Foram também analisados os egressos cotistas, para investigar e verificar os motivos pelos quais uma parte dos cotistas não concluiu o curso escolhido, se os que concluíram conseguiram ingressar no mercado de trabalho, e quantidade de cotistas ingressos e egressos.

A descrição dos procedimentos metodológicos da pesquisa visa orientar e direcionar o trabalho para que ele seja feito da forma mais detalhada e organizada possível. A metodologia da pesquisa é fundamental para que tenhamos uma base e organização para iniciarmos o trabalho científico, pois é através dela que daremos continuidade ao trabalho com maior segurança e organização.

A revisão bibliográfica desta pesquisa utilizou fontes como: artigos, livros, dissertações e teses, além de trabalhos retirados da internet, para fundamentar os principais conceitos e categorias abordados. De acordo com Lima; Mioto (2007): *'' a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório (LIMA; MIOTO, 2007, p. 38).* Além da análise documental, que neste caso específico refere-se aos dados contidos no documento ''Avaliação Qualitativa dos dados sobre desempenho acadêmico 2011''. Este documento foi encontrado no site da UERJ, e foi selecionado para análise por ser um documento que apresenta dados provenientes do Banco de Dados do Vestibular elaborado pelo Departamento de Seleção Acadêmica – DSEA, órgão da Sub-Reitoria de Graduação – SR-1 relacionados ao ingresso, permanência, desempenho e evasão dos cotistas e dos não cotistas do ano de 2004 a 2010.

Para embasar o debate acerca das cotas raciais, utilizei trechos de opiniões contrárias às cotas raciais em universidades, emitidas por intelectuais, e de opiniões dadas pelo ‘’senso comum’’, através dos leitores do ‘’Jornal O Globo’’, jornal escolhido por ser um jornal destinado a uma classe média, e de alto custo.

No decorrer do trabalho, foram descritos os procedimentos metodológicos de cada etapa, para facilitar a compreensão do leitor acerca da elaboração desta pesquisa.

Os dados colhidos foram importantes na compreensão do universo dos alunos. Acredito que a experiência contribui para ajudar a desfazer equívocos, desconstruir e reconstruir conceitos, compreendendo que parte desta complexa experiência possui seus acertos e equívocos, além de avanços e retrocessos.

Capítulo I
Ideologia e Ideologia Racista

I. 1 O conceito de ideologia e sua importância nas relações sociais

O pesquisador Suart Hall (2013) afirma que o termo ‘’ideologia’’ é usado para denominar todas as maneiras organizadas de pensamento social, abrindo espaços para ‘’distorções’’ de natureza e grau. O termo refere-se ao domínio do pensamento prático e lógico e não apenas a ‘’sistemas de pensamento’’ muito bem elaborados e consistentes:

> *‘’Por ideologia eu compreendo os referenciais mentais-linguagens, conceitos, categorias, conjuntos de imagens do pensamento e sistemas de representação- que as diferentes classes e grupos sociais empregam para dar sentido, definir, decifrar e tornar inteligível a forma como a sociedade funciona’’(HALL, 2013, p. 295).*

Essa interpretação de Hall aponta o quanto à ideologia fornece uma interpretação de como surgem às ideias em nossa sociedade, além de sua função e seu poder. No entanto, esse seria o chamado ‘’problema’’ da ideologia. A ideologia através de conceitos e linguagens do pensamento prático estabelece formas de poder e dominação, e acomoda as classes ‘’dominadas’’ em seu lugar subordinado na sociedade. Nos dias atuais, é usada para denominar todas as formas organizadas de pensamento social, tanto conhecimentos práticos quanto os teóricos (HALL, p.296). Por outro lado, seguindo o conceito de Gramsci de ideologia, Hall também aponta que a ideologia não serve apenas aos setores dominantes, uma vez que podem existir ideologias ligadas às classes dominadas, buscando desvelar as distorções produzidas pelas ideologias dos setores dominantes e dar uma direção de compreensão da realidade e luta para os setores subalternos.

Gramsci apud Hall (2013) aborda a questão da contra ideologia, que faz parte da luta ideológica. A contra ideologia é o pensamento que vai de encontro ao pensamento da ideologia dominante, e enfrenta todas as formas de poder e dominação impostas pela classe dominante. A contra ideologia tem por objetivo descortinar as distorções ideológicas produzidas pelos setores dominantes, questionando a forma como tais idéias e crenças são difundidas na sociedade e busca conscientizar os setores dominados de uma outra visão de mundo mais afeita aos seus interesses particulares. A luta ideológica, de acordo com Gramsci é uma guerra de posições, que articula o processo de desconstrução e reconstrução ideológica a um conjunto de posições políticas organizadas e a um conjunto particular de forças sociais. O senso comum tornou-se uma das razões pelas quais a luta ideológica é conduzida. A luta ideológica faz parte de uma luta social geral por controle pela hegemonia (dominação hegemônica). As ideologias orgânicas abrangem o senso comum e o cotidiano, no qual o indivíduo adquire consciência de sua posição. A coerência da ideologia depende da sua elaboração filosófica especializada. Portanto, segundo este autor, o

senso comum é o pensamento popular das massas, não apresenta coerência, além de ser desarticulado e contraditório. Representa–se como ‘’a sabedoria tradicional’’ ou a verdade dos séculos, e é produto e parte do processo histórico. Entretanto, o senso comum é importante, pois é a base de formação da consciência prática das massas. Já possui formação e não há questionamentos, por isso as ideologias e filosofias mais coerentes devem disputar o domínio social (HALL, 2013).

Para Gramsci, todos somos filósofos e intelectuais na medida em que pensamos, pois todo o pensamento, ação e linguagem são reflexivos. Porém, os intelectuais são os agentes principais de difusão da ideologia, pois têm uma responsabilidade especial na circulação e no desenvolvimento da cultura e da ideologia. As questões ideológicas são sempre coletivas e sociais, e não individuais (HALL, 2013).

Os conceitos de ideologia e senso comum são importantes na abordagem da questão racial em nosso país. Ao compreendermos o funcionamento da ideologia para manutenção do pensamento da cultura ‘’dominante ‘’ da sociedade, podemos entender que a ideologia atua sobre sociedade para a manutenção e perpetuação do racismo. O senso comum naturaliza o racismo e as práticas racistas, fazendo com que a população, de modo geral, negue a existência do racismo e suas conseqüências para a população negra brasileira.

I. 2 Racismo e Ideologia Racista

O racismo presente em nossa sociedade é uma ideologia, que foi construída ao longo dos séculos para hierarquizar as diferenças entre um grupo ‘’superior’’ (branco) e um grupo inferior (negros). O racismo se materializa com ações preconceituosas e discriminatórias, quando passa a dividir os grupos por raça e atribuir a eles características morais, intelectuais e culturais em função de seus aspectos fenotípicos. Com isso, a ideologia racista acaba naturalizando a situação de inferioridade do negro em relação ao branco.

Munanga (2003) defende que o racismo é de forma geral abordado a partir da raça. O racismo é uma crença na existência de raças hierarquizadas por relações entre características físicas e características morais, intelectuais e culturais. Entretanto o racista cria a raça no sentido sociológico: a raça para ele é um grupo social com características inferiores as do grupo no qual ele pertence. Porém o racismo é considerado também uma tendência que consiste em afirmar que as características intelectuais e morais de um determinado grupo são conseqüências de seu fenótipo e características biológicas. Afirmar que a raça não existe biologicamente, é insuficiente para fazer desaparecer as categorias mentais que a sustentam. A raça está no imaginário coletivo da sociedade e os negros continuam em situação de desigualdade em detrimento dos brancos por conseqüências do racismo que persiste na sociedade brasileira, além de outros fatores; não em

função de fatores genéticos, e sim de atribuições históricas e sociológicas devido aos estigmas criados por ser negro.

Nessa mesma linha, Guimarães (2009) afirma que as diferenças fenotípicas entre grupos humanos, assim como as diferenças intelectuais, morais e culturais, não podem ser atribuídas de forma direta a diferenças de ordem biológica e sim a construções socioculturais. As diferenças entre as formas e discriminação e preconceito, com bases em identidades sociais estão mais inclinadas a serem de ordem ideológica do que de ordem processual.

Para Ianni (1996) as ideologias raciais estão enraizadas na complexidade das relações sociais, envolvendo estilos de vida e visões de mundo. A pluralidade da coletividade , seja em âmbito nacional, regional e mundial, coloca em confronto as diversidades, desigualdades e contradições que servem de base para preconceitos, intolerâncias, xenofobias, estereótipos, racismos, entre outras formas de discriminação (IANNI,1996). Por isso podemos dizer que as ideologias raciais também estão nas bases do jogo social, no qual se encontram, pois acomodam, confrontam e tensionam diversidades e visões de mundo. Esse tipo de ideologia naturaliza as diversidades e antagonismos sociais, podendo ser um elemento essencial da ‘’identidade’’ na qual se apresenta o indivíduo em sua coletividade.

Dentro dessa discussão, é de suma importância debatermos o conceito e categorização de raça, para compreendermos a questão do racismo e da ideologia racista em nossa sociedade. O racismo provém da idéia de raça, e o conceito de raça foi criado por estudiosos ao longo dos séculos com o objetivo de justificar e hierarquizar as diferenças, e com isso tentar explicar a inferioridade de uma raça – no caso a raça negra - em detrimento de outra (a raça branca). Segundo Munanga (2003) o conceito de raça veio do italiano razza, que veio do latim ratio, que significa sorte, categoria, espécie. Até século XVI o conceito de raça era usado para além de destacar a ‘’linhagem’’ pura de famílias da realeza; enfatizava características de animais domésticos. Após inúmeras teorias em torno do conceito de raça, a categoria passa a ser aplicada a grupos humanos mais abrangentes, e não mais somente à elite política e religiosa. Argumentos geográficos e de clima misturavam-se com explicações religiosas e morais para debater o conceito de raça ao longo do tempo. Entre os séculos XVI e XVII, o conceito de raça passa a atuar nas relações entre classes sociais. O conceito de raças ‘’puras’’ foi transportado da botânica e da zoologia para legitimar as relações de dominação entre as classes sociais sem que houvessem diferenças morfo- biológicas notáveis entre os indivíduos. (HOFBAUER, 2006).

No século XVIII, a cor da pele foi considerada um critério para a divisão das raças. A espécie humana ficou dividida em três raças: branca, negra e amarela. No entanto, no final do século XVIII, o debate em torno da questão racial ainda não havia uma resolução. O termo ‘’raça’’ é introduzido de forma mais especializada no início do século XIX. O pesquisador Georges Cuvier inicia o ideário de existência das heranças físicas permanentes entre os diversos grupos humanos. Estudos antropológicos, vinculados às ciências físicas e biológicas, buscavam analisar

o comportamento humano por meio da raça (SCHWARCZ, 1993, p.47). No final do século XIX, principalmente com o imperialismo, se constituiu a visão da superioridade da raça branca sobre a negra e amarela, com a primeira sendo colocada como símbolo da civilização, em função de ser dotada, de características morais e intelectuais, devido a sua raça, bem acima das outras duas. Essa condição racial lhe representava uma superioridade de inteligência, mando e dominação, enquanto as outras eram inferiores em aspectos morais e intelectuais. Então, por essa perspectiva, raça branca representa civilização e progresso, enquanto as outras raças representam selvageria e atraso, ditado por questões biológicas.

Nos dias atuais, a categoria raça deixou de ter o significado que a marcou do século XVI ao XIX, e em alguns casos até a metade do século XX. Os avanços dos estudos da genética comprovaram que não há uma divisão entre raças em termos biológicos e existe apenas a raça humana. Guimarães (2002) cita o intelectual negro Gilroy, que desmistifica o conceito de raça, e afirma que não existem ‘’raças’’ biológicas, e não há no mundo físico e material nada que possa ser corretamente classificado como raça. O conceito de raça, enquanto valor unicamente biológico é parte de um discurso científico errôneo e racista, autoritário, anti-igualitário e antidemocrático.

Entretanto, a realidade social, econômica e política que marca a trama das relações entre os indivíduos demonstram que em termos sociológicos e analíticos a categoria raça ainda possui a sua validade científica. Para Lewandowski, embora no plano biológico não mais se reconheça a subdivisão de raças, ressalta que: “[...] o racismo persiste como fenômeno social, o que significa que a existência das diversas raças decorre da mera concepção histórica, política e social, e é ela que deve ser considerada na aplicação do direito” (LEWANDOWSKI, 2012, p. 23).

Com isso, Munanga (2003), afirma que:

> *‘’O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence. ’’ (MUNANGA, 2003, p.8).*

Compreendermos como o processo de construção do conceito de raça foi ao longo dos séculos, servindo de base para justificar a superioridade da raça branca em relação à raça negra, é fundamental para desmistificar as teorias baseadas em aspectos biológicos, que defendem que não existem raças, e que, portanto, o racismo também não existe. Uma grande parte da população brasileira utiliza a teoria da inexistência de raças para posicionarem-se contrariamente as cotas para negros em universidades, afirmando que, se não há racismo, não há necessidade de reservar vagas para negros.

No entanto, observamos que o conceito de raça é carregado de ideologia, que esconde uma relação de poder e dominação. É a partir das raças sociais que se reproduzem e mantêm os racismos populares e suas conseqüências, em que a população negra é a maior prejudicada até os dias atuais. As ações afirmativas são necessárias para a inserção da população negra em

espaços até então freqüentados por uma parcela minoritária da população brasileira, que detém maior poder aquisitivo e maiores oportunidades no mercado de trabalho.

I. 3 As metamorfoses da ideologia racista no Brasil

Munanga (2008) aponta que a elite brasileira entre o fim do século XIX e início do século XX, buscou inspiração na ciência européia para teorizar a situação racial do país e propor caminhos para a construção da nacionalidade. A diversidade racial representava um obstáculo para o nascimento de uma nação civilizada, pois os negros e os mestiços eram considerados inferiores e obstáculos à civilização. A raça tornou–se o centro de um debate nacional, em que especulações e ideologias tidas como ciência dos intelectuais dessa época ajudam até hoje, a compreendermos as dificuldades que os afrodescendentes encontram para construir uma identidade coletiva.

Segundo Ortiz (1985) a história brasileira é explicada através de termos deterministas: o clima e a raça justificavam a natureza do brasileiro. O evolucionismo, defendido por estudiosos como Nina Rodrigues, argumentava que os mais aptos (das raças superiores- brancos) sobreviveriam ao clima tropical brasileiro, e as raças inferiores (negros, mulatos, mestiços, índios) não sobreviveriam. O negro e o índio eram considerados os responsáveis pelo ‘’atraso’’ do processo civilizatório brasileiro entre o fim do século XIX e início do século XX. A teoria evolucionista estava em consonância também com as especificidades da sociedade brasileira. Intelectuais afirmavam que o Brasil não podia ser uma cópia dos países da Europa, pois sua particularidade nacional revela-se através do meio e da raça, que traduzem dois elementos importantes para a construção da identidade brasileira: o nacional e o popular.

A política de imigração brasileira desenvolvida no final do século XIX reforça a importância da questão racial, pois com a imigração reforça-se a ideal da solução colocada por alguns desses intelectuais: a mestiçagem visando o branqueamento. A questão da mestiçagem não era uma novidade na abordagem dos intelectuais e viajantes que escreviam sobre o Brasil, com o tema estando presente desde o período colonial, com os jesuítas abordando esse tema. Autores como Couto de Magalhães, Gonçalves Dias e José de Alencar também abordaram o problema da mestiçagem, só que da ótica do indígena, não abordando nada a respeito das populações africanas, com o romantismo ignorando completamente a presença do negro na sociedade brasileira. Porém, com a Abolição dos escravos, o negro deixa de ser mão-de-obra escrava para tornar-se trabalhador livre. Com isso o negro, apesar de ser considerado cidadão de ‘’segunda categoria’’, passa a fazer parte da vida social e econômica brasileira, o que faz com que sua posição seja reavaliada pelos intelectuais. Para estudiosos como Sílvio Romero e Nina Rodrigues, o negro passou a adquirir uma maior importância ideológica do que o índio com a Abolição (ORTIZ, Idem).

Diversas teorias científicas e sociológicas foram criadas, após a abolição dos escravos, para justificar a “inferioridade” da população negra. Uma delas é a da suposta “inferioridade dos mulatos”, baseadas em leis da zoologia, que afirmava que a união de pares de espécies diferentes nascia incapaz de procriar. Mas, por ser desmentida rapidamente, não criou adeptos. O primeiro estudo etnográfico respeitado sobre os afro-brasileiros veio de um professor brasileiro de medicina, Nina Rodrigues, que justificava a inferioridade dos negros como um fenômeno de ordem perfeitamente natural, produto da marcha desigual do desenvolvimento filogenético da humanidade nas suas diversas divisões e seções. O escritor Silvio Romero, em 1906, reconhecendo a inferioridade do negro, mas não tendo uma visão tão pessimista sobre o futuro da nação brasileira, como Nina Rodrigues, afirmou que a fórmula para dar um rumo civilizatório ao Brasil estaria na miscigenação voltada para o branqueamento da população brasileira. Nesse caso, um passo fundamental seria aumentar a imigração, e clarear o país de negros e mestiços, defendendo que o gene branco era mais forte, pois os negros tinham maior incidência de doenças (VEYNE, 1983).

No entanto, defende Munanga (2008, p.18) a mestiçagem não pode ser percebida como um fenômeno apenas biológico. A ideia da mestiçagem está carregada de ideologia e ligada à percepção do senso comum. Mesmo com a defesa da mestiçagem, os esterótipos e preconceitos sofridos pelo negro permaneçeram, reforçando e aprofundando a ideologia racista brasileira.

Entretanto, a partir da década de 1930 houve uma transformação na abordagem da questão racial, em contraposição àquela que vigorou na Primeira República. A partir do Governo Vargas com o Governo Provisório e, principalmente, com o Estado Novo, passa a vigorar um discurso de valorização das três raças na formação do povo e sociedade brasileira. Segundo Cunha (1999) a comemoração do cinquentenário da Abolição promovida pelo governo Vargas em maio de 1938, aconteceu com vários festejos, cuja programação fora encomendada pelo ministro Gustavo Capanema ao médico Artur Ramos, que incluíam seminários, lançamento de livros, apresentação de canto orfeônico entre outras atividades. Os festejos oficiais da Abolição sugeriam um novo olhar sobre o passado e a memória do que foi juridicamente extinto — a escravidão. A nova nação criada pelo Estado Novo tinha como ideia fundamental de que existem raças humanas com diferentes culturas, e não com qualidades inatas. Com isso o Brasil passa a pensar sobre si mesmo como uma civilização miscigenada, não apenas europeia, mas produto do cruzamento das três raças: brancos, negros e índios. Nesse mesmo período, houve avanços, como a criação do dia da raça, da inclusão do samba e da capoeira como símbolos nacionais, a proibição da polícia de atacar centros de umbanda e candomblé. A mão de obra estrangeira acabou por excluir do mercado de trabalho a população negra e mestiça. Apenas com o fim da imigração nos anos 30, e a criação de uma reserva de mercado para empregados nacionais, que a população negra foi incorporada no mercado de trabalho (GUIMARÃES, 2002, p.119). Esta ação acabou, mesmo indiretamente, favorecendo a população negra, porém dentro do discurso da

democracia racial, da continuidade da existência do branqueamento e de teorias eugenistas, além do país começar a forjar o racismo à brasileira.

O sociólogo Gilberto Freyre foi um dos grandes defensores da chamada ‘’democracia racial’’. Em seus estudos sobre a formação do povo brasileiro, Freyre defendia que com a mistura racial no Brasil o homem já não era nem europeu, nem africano, e nem índio. Para o sociólogo, a ‘’metarraça’’ brasileira surgiu do cruzamento do colonizador com a mulher índia e com a escrava africana. Com isso, a miscigenação histórica e a posterior imigração construíram a base para a ‘’democracia racial’’ em nosso país. Gilberto Freyre acreditava que a ‘’multirracialidade’’ contribuiria para o futuro do Brasil; a convivência pacífica entre os povos seria modelo para a humanidade futura, pois na medida em que esta ‘’metarraça’’ se afirmar, as democracias superarão, de fato, as diferenças étnicas e buscarão diminuir as desigualdades culturais e sociais da população (STRIEDER, 2001).

O Movimento Negro atuou no combate ao racismo e denunciou a democracia racial defendida pelo governo, pois foi constatado que mesmo com os governantes afirmando que negros e brancos viviam harmoniosamente, ao negro era renegado os seus direitos como cidadão, e era tratado de forma inferiorizada pelo branco.

Além do Movimento Negro, no campo acadêmico estudos e pesquisas, desde os anos de 1950, como o de Florestan Fernandes, demonstraram que a democracia racial não passava de uma falácia que criava uma distorção ideológica sobre as relações raciais no Brasil, escamoteando uma série de preconceitos e discriminação racial. Fernandes (1978) argumentava que o discurso de uma nação sem preconceito racial, correspondia a um processo de dominação, pois já havia o preconceito racial, que prejudicava a população negra. Para Fernandes:

> *‘’Desde o início (e ainda hoje) o trabalhador negro precisa de compreensão atilada e de amparo constante, seja para encetar uma carreira, seja para persistir nela, seja para tirar o máximo proveito de sua capacidade de trabalho, para si, para os patrões e para a coletividade. A estereotipação negativa não só impediu que o “branco” descobrisse esse aspecto da realidade, mas produziu algo pior: suscitou uma barreira invisível universal, que tolhia qualquer redefinição rápida da imagem do “negro”, que facilitasse a transição do trabalho escravo para o trabalho livre e acelerasse pelo menos a proletarização do “homem de cor.” (FERNANDES, 1978, p.141).*

De acordo com Ianni (1987) a heterogeneidade dificulta o processo democrático e, portanto, o mito da democracia racial é uma expressão ideológica de uma sociedade em que a democracia não avança. Este mito, além de negar a desigualdade racial, reafirma-a implicitamente, reconhecendo que o negro pode se tornar branco, porém ele continuará sendo chamado de negro pela sociedade. O mito da democracia racial surge como uma expressão particular do mito mais amplo da sociedade, em que os homens, independentemente de sexo, religião, condição social, são definidos ideologicamente como iguais.

Deve ser lembrado que o pensamento de Freyre condizia com a época em que viveu, apesar de constatarmos que suas ideias não estavam de acordo com a realidade da população negra e indígena do início do século XX. No âmbito ideológico, a população branca detinha o maior poder socioeconômico e cultural, enquanto os negros e indígenas ficavam à margem da sociedade. O ‘’mito da democracia racial’’ contribuiu para que a população brasileira até hoje negue o racismo e presente na sociedade e não perceba a necessidade de projetos sérios e eficientes de inclusão das populações negras, indígenas e mestiças no desenvolvimento nacional.

Em um estudo que realizou sobre a ideologia do branco no Brasil, reforçando as teses contra a questão da existência da democracia racial, Ianni (Idem) aponta que esse sempre coloca o negro e o mulato na esfera mais baixa de qualquer escala de valores sociais. Sua ideologia apresenta múltiplas faces e coloca os negros como os próprios responsáveis pelas posições inferiores ou desvalorizadas que ocupam na sociedade. Em conseqüência, tal ideologia deposita nos próprios negros e mulatos as causas do seu insucesso na ‘’luta pela vida’’. A análise dos estereótipos difundidos por essa ideologia, efetuada por esse sociólogo, revela que atingem diversos setores dos padrões sócio-culturais da comunidade, colocando sempre o negro e o mulato em posição desfavorável na hierarquia das relações sociais (IANNI, 1987).

Para Ianni (1987, p.322), a penetração dessa ideologia racial é tão forte na nossa sociedade, que muitos negros devido a sua posição na trama das relações sociais, acabam incorporando alguns dos estigmas que sustentam essa ideologia, passando a ser muito influenciados pela concepção que os brancos formam a seu respeito. Um dos aspectos mais nítidos desse fato refere-se ao processo de branqueamento como elemento de aceitação e ascensão social e econômica. Porém o ideal de branqueamento provoca alguns desequilíbrios. Como as possibilidades de branqueamento são reguladas pelas condições de acomodação inter-racial, ditadas pelo branco, os negros e mulatos avaliam negativamente a própria cor, características fenotípicas, cultura, religião e posturas de seu próprio grupo. Entretanto, alguns negros desejam tanto o ‘’branqueamento social’’ que desenvolvem técnicas de ascensão social para serem aceitos no meio dos brancos, atuando de acordo com o comportamento esperado pelo branco. Por conseqüências da ideologia racial do branco, gradativamente os negros e os mulatos acabaram incorporando o branqueamento como uma contra - ideologia, para sobreviver frente aos entraves sociais e econômicos criados pela ideologia racial predominante no país, através da aquisição de instrução e mudança de comportamento.

Contudo, este sociólogo aponta que esse caminho constitui um erro no enfrentamento das questões sociais e econômicas que se abatem sobre os negros, porque além de requisitar uma rejeição a ser negro não faz que esses deixem de ser vistos pelos brancos enquanto tal.

Apesar dessas colocações contra as distorções ideológicas que existem no discurso da democracia racial e no branqueamento, no Brasil vigora um racismo velado, que como diz

Florestan Fernandes algumas pessoas têm “preconceito de assumir que tem preconceito”. Segundo Bourdieu e Wacquant (2002) o país das ‘’três tristes raças’’ (índios, negros e brancos), não é menos ‘’racista’’ do que os outros. No Brasil se tem o racismo velado, dissimulado, negado e com isso tornando-se mais perverso. O racismo no Brasil não é assumido, porém traz conseqüências graves a população negra. Não há segregação racial como houve na África do Sul ou nos Estados Unidos, baseados numa legislação específica, com participação do Estado, porém no Brasil os negros são a maioria nas comunidades carentes do nosso país e sofrem com o desemprego, educação de baixa qualidade, falta de saneamento básico, saúde precária entre outros problemas estruturais.

De acordo com Moore (2007), o racismo é compreendido como um sistema que se edifica antes do conceito de raça. Entretanto não podemos inferiorizar o valor deste conceito como condição para as possíveis compreensões contemporizadas do racismo. A banalização do racismo no Brasil tem por objetivo criar a impressão de que tudo está bem na sociedade, dando um caráter banal às distorções socioeconômicas entre as populações de diferentes raças.

Pelo que escrevemos até agora, as teorias racistas, desde o século XIX até os dias atuais, sofreram mudanças. No final do século XIX e início do século XX, predominaram os estudos com o objetivo de provar a inferioridade da raça negra com relação à raça branca, considerada ‘’superior’’: a raça que possui atributos morais, intelectuais, cognitivos melhores. A partir de 1930 houve uma mudança de abordagem, sob a ideologia da democracia racial, na qual passou a vigorar um discurso de valorizar as três raças formadoras do país. Contudo, essa visão, não apenas manteve o preconceito e a discriminação sobre o negro, como deu a base para o racismo camuflado que marca a metamorfose do racismo no nosso país.

I. 3.1 Movimento Negro e suas contribuições na luta contra o racismo

O Movimento Negro foi fundamental para a luta contra o racismo e seus desdobramentos em nosso país, pois através de sua luta árdua, alguns avanços com relação aos direitos da população negra foram obtidos, porém a luta do Movimento Negro é constante até os dias atuais, pois o racismo e as desigualdades dele provenientes ainda persistem.

A problemática racial no Brasil, consolidada pela formação do Movimento Negro a partir do ano de 1930, priorizou em sua luta a desmistificação do mito da democracia racial, com isso negando a cordialidade nas relações raciais e afirmando que no Brasil o racismo está diretamente relacionado às relações sociais. A Frente Negra Brasileira, criada em 1931, na cidade de São Paulo, foi uma das primeiras organizações do século XX que reivindicou a igualdade de direitos e participação dos negros na sociedade brasileira. A entidade, que tinha aproximadamente 100 mil adeptos em todo país, tinha propostas de discutir o racismo, promover melhores condições de vida, além de outras questões pertinentes a melhoria das condições de vida da população negra.

A FNB buscou politizar as comemorações do 13 de Maio, transformando a data numa oportunidade para discussão e reflexão sobre a situação do negro no país. Além das missas pelos escravos e abolicionistas já falecidos encomendadas pelas irmandades de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, os militantes passaram a patrocinar festas e atos políticos contra discriminação racial no Brasil. Com isso, a inserção da comemoração do 13 de Maio foi importante, pois permitia colocar em discussão antigas e novas demandas do negro, algo que os governos republicanos tentaram sistematicamente esvaziar. Foi criado o jornal ‘’ A voz da raça’’ que abordava as questões raciais, com o intuito de fazer com que o negro fosse reconhecido como parte da nação (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006). A Frente Negra Brasileira foi dissolvida em 1937, durante o governo de Getúlio Vargas, que obrigou a fechar partidos e associações políticas.[6]

A Constituição de 1946 determinava que a obrigação do voto fosse reservada somente para os alfabetizados, com isso excluindo do exercício da democracia uma grande parte da população brasileira, composta em sua maioria por negros. Com isso surgem cursos que tinham por objetivo ensinar os negros a ler, com isso transformando-os em cidadãos plenos e atuantes. O Teatro Experimental do Negro e a União dos Homens de Cor, (fundada em 1943) tinham turmas de alfabetização (SILVA JÚNIOR, 2007).

De acordo com Guimarães (2002) na década de 40, com a democratização do país, surgiram novas organizações negras. O Teatro Experimental do Negro (TEN), criado em 1944, é uma das principais organizações. O Teatro Experimental do Negro atuou na luta para inclusão do negro em espaços econômicos, simbólicos e ideológicos, com isso reivindicando direitos civis e sociais. O TEN foi gerado em um contexto de crítica ao Estado Novo e de mobilização intelectual para que fosse construída uma democracia mais inclusiva. Entre os anos 50 e 60, ainda prevalece o ‘’consenso democrático’’, e o termo ‘’democracia racial’’ passa a ser usado com mais freqüência. Os movimentos negros afirmavam que a abolição não foi completa, pois a população negra não foi integrada econômica e socialmente à nova ordem capitalista. O termo ‘’democracia racial’’ causava ambigüidade por parte dos negros, pois, por um lado, o termo significava afirmar o pleno direito a algo que não foi materializado, porém poderia ser reivindicado a qualquer momento, com isso o lado progressista; por outro lado, havia um aspecto conservador do termo, no qual a interpretação era de que a igualdade, não atrelada à oportunidade, ficava como promessa.

Fundado em 1948 por Abdias do Nascimento, o jornal Quilombo marcou fortemente uma nova fase na imprensa e no pensamento negros. Abordando uma idéia de democracia racial que contemplava o engajamento de brancos na luta contra o racismo, Quilombo mostrou uma nova fase de integração do negro na sociedade brasileira de forma positiva. O jornal reunia intelectuais negros e brancos em torno da denúncia do racismo brasileiro, recurso já usado na imprensa negra

[6]Ascom. Frente Negra completa 80 anos. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/2011/09/frente-negra-brasileira-completa-hoje-80-anos/>. Acesso em 9.dez.2013

norte-americana e francesa. O jornal ‘’Quilombo’’ deixou de circular em 1950. Com o golpe de 1964, O Correio d´Ébano, último jornal negro em circulação no país, também foi fechado. Uma imprensa negra só voltou a circular no Brasil na década de 1970. (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006).

O professor Abdias do Nascimento teve uma grande contribuição no enfrentamento ao racismo brasileiro. Unido a outros militantes como a atriz Ruth de Souza, Lélia Gonzalez (que ajudou a fundar o movimento negro feminino) entre outros, denunciou e chamou atenção da sociedade brasileira para as manifestações de preconceito racial, que se tornaram barreiras para a ascensão social da população negra, que compunha a base da pirâmide social. Abdias inspirou e inspira as demais gerações, com sua luta constante de combate ao racismo.

Nos anos 70, a existência de uma sociedade racista foi rejeitada pelo governo, que tentava mostrar que o Brasil vivia em plena harmonia racial. Com isso, de acordo com Moura (1983) na década de 1970, os militantes do Movimento Negro eram constantemente vigiados por órgãos de opressão, e a discussão pública da questão racial foi banida. O Movimento Negro se reorganizou somente no final de 1970, quando outros movimentos populares passaram a reivindicar seus direitos. Esse processo foi marcado pela fundação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial, em São Paulo em 1978. Porém, como a prioridade do Movimento era a luta contra a discriminação racial, seu nome foi alterado para Movimento Negro Unificado (MNU). Com isso, nos diz Albuquerque e Filho (2006):

> *‘’O surgimento do MNU redimensionou a militância política naqueles anos de ditadura militar. Coube ao MNU contribuir para uma maior organização da militância e convencer os grupos de esquerda da importância e especificidade da questão racial na sociedade brasileira. Nas décadas de 1970 e 1980, diversas outras organizações negras foram criadas. Um levantamento feito em 1988 indicou a existência de 343 organizações negras de todos os tipos, 138 delas em São Paulo, 76 no Rio de Janeiro, 33 em Minas Gerais, 27 na Bahia e as demais espalhadas por outros estados’’*(ALBUQUERQUE; FILHO, 2006, p. 296).

O Movimento Negro foi fundamental para as conquistas que a população negra foi adquirindo ao longo do tempo, através de muitas reivindicações. Nos anos 80, denunciou o mito da democracia racial e passou a pressionar o Poder Público a responder aos problemas decorrentes do racismo no Brasil. Em 1984, foi criado em São Paulo, o Conselho da Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, que tinha por objetivo monitorar a legislação que defendia os interesses da população negra, além de sugerir projetos para a Assembleia Legislativa e setores do executivo e investigar as denúncias de discriminação e violência policial. A experiência de São Paulo, que contribuiu para o avanço da valorização da imagem do negro brasileiro através de seus efeitos no sistema educacional e publicitário, foi modelo para conselhos semelhantes em outros estados brasileiros, como a Bahia, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro (TELLES, 2003).

A Constituição de 1988 ao inserir em seu artigo 5 º o racismo como crime inafiançável e imprescritível, foi um reflexo da repercussão da luta incansável do Movimento Negro. Depois do centenário da Abolição, grupos do movimento negro passaram a incorporar o 13 de Maio ao calendário das discussões sobre racismo no Brasil. O 20 de Novembro, data da morte de Zumbi de Palmares, foi instituído como Dia Nacional da Consciência Negra.

A utilização constante do termo negro, nos muitos eventos relativos àquele centenário foi um indicativo do posicionamento do Movimento Negro perante a questão racial no Brasil. Ao exaltar a beleza negra e as lutas do povo negro era explicitado o empenho da militância em transformar o ano de 1988 num marco no processo de valorização da negritude e de combate ao racismo. Essa mobilização do Movimento Negro nos anos 80 teve uma grande repercussão política. Em 1989 foi promulgada a Lei 7.716/89, a ‘’Lei Caó’’[7] por ter sido proposta pelo deputado Carlos Alberto de Oliveira, conhecido como Caó (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006). A lei foi criada com objetivo de definir crimes resultantes dos preconceitos de raça ou cor, e estabelecendo penalidades para quem impedir o acesso do negro a estabelecimentos comerciais e ser discriminado no mercado de trabalho em razão de sua cor.

Importante conquista do Movimento Negro foi à instituição da lei 10/639[8], que obriga a inclusão no currículo escolar a temática ‘’ História e Cultura Afro- Brasileira’’, além de incluir no calendário escolar o dia 20 de novembro como ‘’O dia nacional da consciência negra’’. Essa lei tem como objetivo valorizar a cultura negra no âmbito escolar, pois a escola valoriza a cultura européia, em detrimento das outras culturas; com isso o alunado afrodescendente não se sente contemplado e valorizado durante a trajetória escolar. Na perspectiva de Romão (1999) a criança negra, na escola, recebe diariamente, estímulos negativos em relação à sua cultura e, sobretudo, à sua personalidade étnica, negando sua identidade.

O Movimento negro atual trouxe para o Brasil reivindicações que unem políticas de reconhecimento, identidade, cidadania e de redistribuição. Apesar de o Estado brasileiro atender algumas reivindicações, através da criação de leis anti – racismo e de acesso a universidades e ao serviço público, há uma grande resistência por parte da sociedade em implementar essas leis, além de não haver o acompanhamento necessário quanto à implementação efetiva dessas leis. A trajetória do Movimento Negro faz com que compreendamos o processo de mobilização contra o racismo brasileiro, que através da crença em uma democracia racial, mascara e não problematiza o racismo, que se faz presente e perpassa todas as esferas da sociedade.

[7] BRASIL. LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

[8] BRASIL. LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

I. 4 As desigualdades sócio - econômicas e suas consequências sobre a população negra.

O preconceito e a discriminação racial se sustentam a partir de um processo ideológico em que um determinado grupo se legitima como detentor de privilégios em nossa sociedade. A relação de superioridade da raça branca em relação à raça negra traz efeitos negativos à segunda, que diariamente tem de enfrentar obstáculos para possuir uma vida digna. Nesse sentido, as ideologias raciais devem ser vistas como componentes da consciência social que acabam gerando benefícios sociais e econômicos para um grupo e criando entraves para que um outro grupo possa usufruir desses mesmos aspectos. Não quero dizer que com isso, o racismo seja o único componente para entendermos as dificuldades socioeconômicas que se abatem sobre a população negra. Mas é uma determinação de grande relevância, nesse processo. E consequentemente acaba havendo uma retroalimentação entre a ideologia racista e a situação do negro, porque, como Ianni (1996) aponta, se o racismo não é a razão principal para os negros viverem em favelas, o fato de muitos negros habitarem essas localidades acaba fortalecendo os estigmas que já existem sobre a inferioridade do negro. O preconceito racial é uma barreira à expansão da democracia e manifesta-se em situações nas quais as pessoas ou grupos competem por privilégios sociais.

Assim sendo, os dados socioeconômicos sobre a situação da população negra são utilizados para, além de reforçar o quanto não vivemos numa verdadeira democracia racial, para também intensificar o discurso no qual a ideologia do branco, em que os negros são inferiorizados, prevalece.

Os processos de industrialização e urbanização ocorridos no início do século XX mudaram drasticamente a estrutura social brasileira. Com isso, a população preta e parda ficou exposta a desvantagens em dimensões demográficas e sócio-econômicas de qualidade de vida, como mortalidade infantil, expectativa de vida, oportunidades de mobilidade social, participação no mercado de trabalho e distribuição de renda. Com isso, os níveis crescentes de industrialização e modernização não acabam com os efeitos de raça ou cor como critério de seleção social e geração de desigualdades sociais. A educação tem negligenciado a dimensão racial e seus efeitos na distribuição de oportunidades entre diferentes grupos da população brasileira (SILVA; HASENBALG, 1992).

Segundo Teixeira (2003) o contexto recente de elevado desemprego propiciou o crescimento de exigências quanto ao nível de instrução para preenchimento de postos de trabalho. Esta crescente demanda de escolaridade aumentou os entraves no mercado de trabalho aos menos escolarizados. Menor escolaridade e maior presença dos negros em famílias de baixa renda resultam em uma combinação desfavorável para parte dessa população: a situação de pobreza das famílias chefiadas por negros acaba por interferir na vida escolar dos seus membros,

que, muitas vezes, são obrigados a deixar os estudos mais cedo para buscar uma colocação no mercado de trabalho ou tentar conciliar estudo e trabalho. No entanto, dados do Laeser[9] mostram que entre os anos de 2002 e 2010, com relação ao rendimento médio do trabalhador brasileiro, no computo geral houve uma valorização real na ordem de 11,0%. No caso da população branca houve uma elevação real de 9,2%, enquanto na população negra foi de 27,1%. Os homens brancos obtiveram uma elevação real de 12,7%, enquanto os nos homens negros foi de 32,1%. Porém, esta elevação não foi suficiente para elevar a situação da maioria da população negra do país, que se encontra ainda em situação de desvantagem socioeconômica.

A educação segundo Henriques (2001), mesmo não sendo o único tem sido apontada como um dos principais fatores que mostram a situação de desigualdade de rendas em nosso país. Alguns estudos sobre desigualdade racial no interior do mercado de trabalho também identificam a educação como fator atrelado à desigualdade racial, contudo a melhora da educação é um dos caminhos para ascensão social das famílias negras na sociedade brasileira. Mesmo a evolução da década de 90 mostrando melhoria nos indicadores das condições de escolaridade dos jovens brancos e negros de 7 a 25 anos de idade, os jovens negros apresentavam, em todos os anos da década e para todos os segmentos de escolaridade, níveis de desempenho educacional inferiores aos jovens brancos (HENRIQUES, Idem).

A taxa de analfabetismo, de acordo com dados do LAESER, reduziu para a população negra entre os anos de 1992 e 2009: no ano de 1992, a taxa de analfabetismo dos negros era de 25,7%, e no ano de 2009 passou a ser de 13,42%. Porém, apesar da redução, a quantidade de negros analfabetos ainda é significativa. Dados do IBGE do ano de 2010 mostram que aproximadamente 50,6% da população brasileira é composta por pretos e pardos. Em compensação, a taxa de analfabetismo dos pretos e pardos do mesmo ano entre os jovens de 15 anos ou mais anos era de 27,4 % e os jovens brancos, 5,9%[10]. Com isso, observa-se a situação desvantajosa que os negros vivem em nossa sociedade: a maior parte dos analfabetos brasileiros ainda é composta por pretos e pardos, apesar dos avanços apresentados. Notamos que, os dados refletem as conseqüências da falta de acesso ao sistema educacional, e a posição dos negros no estrato mais baixo da pirâmide social.

Quanto aos anos médios de estudo da população brasileira entre os anos 2000 a 2008, nota-se um avanço com relação à população negra: no ano 2000, a população negra tinha em média 4,2 anos, e a população branca tinha 5,91. Porém, no ano de 2008, os jovens brancos tinham 8,3 anos, enquanto os jovens negros tinham aproximadamente 6,5 anos segundo dados do IBGE (PAIXÃO; ROSSETO, Orgs, 2010, p. 215). Apesar do aumento dos anos de estudo para a população negra, as diferenças persistem, e se dão por vários fatores, entre eles as diferentes

[9]Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais
[10] IBGE, Censo 2010: Número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião. Disponívelem:http://censo2010.ibge.gov.br/noticiascenso?view=noticia&id=1&idnoticia=2170&t=censo-2010-numero-catolicos-cai-aumenta-evangelicos-espiritas-sem-religiao. Acesso em 29. out.2013

condições de acesso ao sistema escolar e as condições de permanência no mesmo. Muitos jovens, por exemplo, param os estudos antes de concluir o ensino médio, para ajudar no sustento de sua família.

Relacionada à quantidade de negros matriculados no ensino médio, também houve um aumento para a população negra: no ano de 1995, 13,5% dos negros estavam no ensino médio; no entanto, no ano de 2005, o percentual subiu para 36,2% de negros no ensino médio. Relativo à população branca, em 1995, 32,5 % frequentavam o ensino médio, e em 2005 58,2%. Esses dados, apesar de revelarem avanços quanto à escolaridade da população negra, refletem a situação de desigualdade quanto à permanência no sistema escolar de brancos e negros no Brasil. Os negros têm maiores índice de repetência e evasão escolar, por conseqüência de inúmeros fatores estruturais: problemas familiares, extrema pobreza, inserção precoce no mercado de trabalho, entre outros que se apresentam como barreiras para a população negra elevar a escolaridade.

A renda é o indicador fundamental em relação à qualidade de vida e trabalho. Dados do IPEA mostram que entre os anos de 1992 e 2009, houve um crescimento médio real 56% de todas as fontes da população negra, enquanto da população branca foi 37%. Este parâmetro define a situação social de um indivíduo ou um grupo e seus diferenciais indicam, de forma concreta, como a riqueza se distribui em uma sociedade. Contudo, os rendimentos dos trabalhadores e negros continuam relativamente inferiores aos rendimentos dos não negros, expressando o conjunto de fatores que reúnem desde a entrada precoce no mercado de trabalho, a maior inserção da população negra nos setores menos dinâmicos da economia, a elevada participação em postos de trabalho precários e em atividades que não exigem maior qualificação.

A desigualdade social no Brasil resulta não apenas da injusta distribuição da riqueza gerada por políticas econômicas que beneficiam grupos privilegiados desta sociedade em detrimento dos trabalhadores, mas também em diferenciações e comportamentos discriminatórios disseminados por todo o país. Nesse caso, o trabalhador negro pobre sofre mais que o trabalhador branco pobre, porque além da exploração de fundo econômico, pesa o preconceito racial que acaba reforçando esse aspecto econômico.

Os dados estatísticos mostram que, apesar do aumento do percentual de negros no ensino superior[11] um percentual muito pequeno de negros completa o ensino superior, retratando a realidade da população negra, que para prosseguir com os estudos, depara-se com muitas dificuldades, pois tem que conciliar com trabalho, com falta de dinheiro para custear os estudos, entre muitos outros fatores que fazem com que muitos negros desistam de estudar e chegar a concluir o nível superior.

A divisão desigual é um dos fatores explicativos da mobilidade ascendente da população que não é branca, e que reside ou nas áreas rurais, ou nos locais mais periféricos. A população

[11]Houve um considerável aumento entre 2000 e 2010 para pretos (de 2,3% para 8,4%) e pardos (de 2,2% para 6,7%). Fonte IBGE

pobre, composta em sua maioria por negros, frequentam escolas ainda mais pobres. Quando o ensino propicia uma diferenciação de qualidade, as piores soluções são encontradas em maior quantidade em alunos negros. Além disso, as populações negras são as mais esquecidas no atendimento às necessidades de saneamento básico, consequências dessa distribuição desigual de rendas e condições de vida (SCHWARCZ, 2001).

Esses dados nos mostram e nos comprovam que a população negra ainda encontra-se em situação desvantajosa com relação à população branca. De fato para compreendermos a situação em que o negro se encontra, é necessário sabermos que esta situação ainda é resquício do sistema escravocrata, e que não houve ainda uma reparação a essa dívida histórica que o nosso país tem com os afrodescendentes. Uma educação de qualidade e inclusiva, aliada a melhores condições de vida seria um grande começo para reparar e mudar a ainda difícil realidade do negro no Brasil.

Capítulo II
As ações afirmativas no Brasil e a questão das cotas nas universidades púbicas

II. 1 O surgimento da política de cotas raciais e sua implementação no Brasil

A ação afirmativa surge como uma alternativa de inclusão de grupos excluídos de direitos sociais, como a educação, em países cuja desigualdade social acarreta a não inserção de grupos minoritários as universidades. De caráter temporário, esta política vem para tentar inserir grupos que estão nos estratos mais baixos da sociedade no ensino superior, e com isso as oportunidades de inserção no mercado de trabalho se ampliem, e que seja melhorada da situação econômica do país.

A noção de ação afirmativa originou-se na Índia, em 1919. A proposta de ação afirmativa foi criada com o intuito de elaborar uma ‘’representação diferenciada’’ dos ‘’ Dalits e Advasis’’, que pertenciam a uma esfera inferior na sociedade. Na década de 1950, a partir dos movimentos de independência de Gana e Guiné, localizadas no continente africano, foram criados nesses países uma série de mecanismos, mediante decretos, cotas e outras medidas específicas para garantir de forma rápida o acesso da população nativa funções antes de monopólio europeu (MOOREWEDDERBURN, 2005).

Nos Estados Unidos, a instituição do sistema de cotas se deu em meados os anos 60, época em que a população norte- americana lutava por direitos civis, como forma de promover a igualdade entre negros e brancos norte – americanos, pois o contexto era de um país com segregação racial e o confronto entre esses dois grupos estava chegando a um ponto de um grave conflito social. Com isso, os programas afirmativos surgem com o objetivo de tentar reverter os efeitos negativos das dificuldades dos negros no país e da segregação institucionalizada no Sul dos EUA. Com relação à segregação, cabe realçar que existiu tendo suporte nos meios jurídicos do país. Essa realidade de segregação passa a ter fundamentação legal a partir de decisões da Suprema Corte, que considerava constitucionais acomodações separadas para brancos e negros em transportes públicos, desde que fossem equiparáveis. A filosofia do “igual, mas separado” construiu uma barreira, negando aos negros o livre acesso a moradia, restaurantes e à maioria dos serviços públicos. Até meados dos anos de 1960, essa política de segregação racial agia dentro da lei: escolas, hospitais, lugares de diversão pública e banheiros públicos separados para negros e brancos; impediam casamentos entre membros de raças diferentes; lugares nos ônibus para negros e brancos. Tal tato demonstra a importância das políticas de ações afirmativas.

No entanto, várias experiências semelhantes de Ações Afirmativas foram implementadas em países como a Malásia, Austrália, Canadá, Nigéria, África do Sul, Argentina, Cuba, dentre outros.

O Ato de Direitos Civis de 1964 nos Estados Unidos foi alterado a fim de proibir toda e qualquer discriminação por raça, cor, religião, origem nacional e sexo em instituições educacionais. Nos termos desta lei, um acadêmico poderia ingressar em uma universidade pública ou privada. Para além da recompensa para o indivíduo, o tribunal poderia ordenar à instituição educacional a ter ações afirmativas para evitar futuras práticas discriminatórias. No entanto, a América beneficiou-se do aumento súbito da legislação dos direitos civis na década de 1960, que proibiu a discriminação na educação, mas também nas acomodações públicas e no emprego. Isto criou sinergias dentro das instituições, organizações e nos órgãos jurisdicionais que, em geral, avançou a agenda dos direitos civis (SOMERS; JONES, 2009).

A expressão ações afirmativas foi utilizada em 1961, durante o governo de Jonh Kennedy. O então Presidente americano criou um comitê para avaliar a questão das oportunidades no mercado de trabalho americano. Em 1965, o presidente Lyndon Johnson passa a exigir das empresas que recebiam contratos do governo federal um tratamento não discriminatório no emprego e um programa de ações afirmativas que visassem combater os efeitos da discriminação passada. Em 1967 a categoria sexo passou a ser usada como critério para ações afirmativas e, em 1972, as mesmas exigências passaram a valer também para as instituições educacionais. O esforço do governo federal americano para implementar uma política que fosse além de uma postura de anti-discriminação passiva, fez com que o poder público trabalhasse em benefício de vítimas de discriminação social. Os programas de ação afirmativa deveriam apresentar objetivos e procedimentos claros, que traduzissem um esforço no sentido de igualar as oportunidades de emprego. Com isso a elaboração de planos de ação afirmativa passa a ser solicitadas para empresas e instituições educacionais, e passam a ser estabelecidas punições para caso as exigências não fossem cumpridas (WASHINGTON; HARVEY, 1989).

Como nos afirma Oliven (2007), a partir do momento em que os negros passaram a ganhar mais benefícios políticos, com o passar do tempo, outros grupos passam a identificar-se como discriminados e com isso passam a se organizar para alcançar as mesmas conquistas. Surgem, então, quatro grandes grupos que passam a se beneficiar das ações afirmativas: african-americans, negros nascidos nos Estados Unidos; native-americans, descendentes de índios que pertencem a vários grupos, grande parte deles vivendo nos territórios indígenas demarcados; asian-americans, descendentes de asiáticos que formam um grupo muito heterogêneo e hispanics, mexicanos, porto-riquenhos, cubanos e demais migrantes de outros países da América Central e do Sul e seus descendentes, que podem ser brancos, indígenas ou negros.

Na Europa as chamadas ‘’*discrimination positive*’’ começaram a ser aplicadas nos anos 1990, dentro do “*Programa de Ação para a igualdade de oportunidades*” da Comunidade Econômica Européia, e eram originalmente voltadas para a criação de uma “paridade representativa” das mulheres nos postos de comando (Centro Feminista de Estudos e Assessoria, 1995).

Entretanto, a diversidade de grupos beneficiados pelo sistema de ações afirmativas americano acabou por dar margem a uma vulnerabilidade do programa. E com isso, a presença de grupos que até então eram excluídos das universidades passa a ser vista como uma expressão do multiculturalismo.

No Brasil, a primeira tentativa encontrada em torno do que hoje poderíamos chamar de ações afirmativas, foi em 1968, quando técnicos do Ministério do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho foram favoráveis à criação de uma lei que obrigasse as empresas privadas a manter uma percentagem mínima de ‘’empregados de cor’’ (20%, 15% ou 10%, de acordo com o ramo de atividade e a demanda), como única solução para o problema da discriminação racial no mercado de trabalho (Santos, 1999, p.222). Porém, a lei não chega a ser elaborada.

Somente nos anos de 1980 haverá a primeira formulação de um projeto de lei nesse sentido. O deputado federal Abdias Nascimento, elaborou a Lei n. 1.332, de 1983, que propõe uma ação compensatória, que estabeleceria mecanismos de compensação para o afrodescendente após séculos de discriminação. No projeto continha as seguintes propostas: reserva de 20% de vagas para mulheres negras e 20% para homens negros na seleção de candidatos ao serviço público; bolsas de estudos; incentivos às empresas do setor privado para a eliminação da prática da discriminação racial; incorporação da imagem positiva da família afro-brasileira ao sistema de ensino e à literatura didática e paradidática, bem como introdução da história das civilizações africanas e do africano no Brasil. Porém, o projeto não é aprovado pelo Congresso Nacional, mas as reivindicações continuam (MOEHLECKE, 2004).

No ano de 1985, após o encontro com líderes afro- brasileiros, o Presidente José Sarney, apesar do seu apoio a democracia racial, propôs, mas nunca implementou, o Conselho Negro de Ação Compensatória. Entretanto, no ano de 1988, no dia 13 de maio, centenário da Abolição da Escravatura, José Sarney anunciou a criação do Instituto Fundação Cultural Palmares. No mesmo ano é promulgada a nova Constituição, que vem com artigos como a proteção ao mercado de trabalho da mulher, dos direitos sociais, e a reserva percentual de cargos e empregos públicos para deficientes.

Florestan Fernandes, na época deputado elaborou um projeto para que fosse incluído na Constituição de 1988. Argumentou a favor de um capítulo na Constituição dedicado apenas ao negro, pois defendia que para construir uma democracia é necessário tratar o negro com o devido respeito. Ele propôs uma Emenda Constitucional, dedicada apenas aos negros, que continha oito

parágrafos dedicados à questão racial. A emenda foi destinada as lideranças do PT (Partido dos trabalhadores), porém foi rejeitada pelo partido (MOURA,1998).

No entanto, a Constituição de 1988 aborda o racismo, em seu Art. 5º, inciso XLII, como: **''**a *prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei ''(BRASIL, 1988).* O documento aborda diretamente a questão do racismo neste artigo; e a criminalização do racismo no Brasil é reflexo de árdua militância em prol da população negra, que conseguiu que houvesse a intervenção do Estado para que o racismo se tornasse crime. Essa iniciativa foi e é muito importante para o enfrentamento do racismo brasileiro, e o respaldo jurídico contra práticas racistas faz com que a população negra tenha mais condições de enfrentar o racismo e suas consequências.

Apesar de não terem sido adotadas, este conjunto de iniciativas no âmbito do Poder Público indica um parcial reconhecimento da existência de um problema de discriminação racial, étnica, de gênero e de restrições em relação aos portadores de deficiência física no país, sinalizado por meio de algumas ações. Os anos de 1990 trouxeram algumas mudanças.

Entre os anos de 1995 a 1999, setores da sociedade brasileira começaram a desenvolver um conjunto restrito de políticas de ação afirmativa. Esse conjunto de iniciativas no âmbito do Poder Público indica um parcial reconhecimento da existência do problema de discriminação racial, étnica, de gênero e de restrições em relação aos portadores de deficiência física no país, sinalizado por meio de algumas ações, porém, são muito circunstanciais. Em 1995, o Presidente da República e institui, por decreto, o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para desenvolver políticas de valorização e promoção da população negra (Telles, Idem).

No âmbito do movimento negro, a Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida, em 1995, representou um momento de maior aproximação e pressão em relação ao Poder Público. O esforço no sentido de pensar propostas de políticas públicas para a população negra pode ser observado no Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial, apresentado pelo movimento ao governo federal, e que inclui dentre suas sugestões: incorporar o quesito cor em diversos sistemas de informação; estabelecer incentivos fiscais às empresas que adotarem programas de promoção da igualdade racial; instalar, no âmbito do Ministério do Trabalho, a Câmara Permanente de Promoção da Igualdade, que deverá se ocupar de diagnósticos e proposição de políticas de promoção da igualdade no trabalho; regulamentar o artigo da Constituição Federal que prevê a proteção do mercado de trabalho (GODINHO, 1996).

No dia 13 de maio de 1996, é lançado o Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH) pela recém-criada Secretaria de Direitos Humanos, que estabelece como objetivo, dentre outros, desenvolver ações afirmativas para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta, além de formular políticas compensatórias que

promovam social e economicamente a comunidade negra e apoiar as ações da iniciativa privada que realizem discriminação positiva (Brasil, 1996, p.30).

Porém, a política de ação afirmativa teve seu início, de forma mais abrangente somente em 2001, ano da Conferência I Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância em Durban, na África do Sul. O Brasil se comprometeu a implantar ações afirmativas para reverter o quadro de desigualdades raciais entre brancos e negros. Esta política busca prevenir a discriminação e inclui uma série de mecanismos criados para proporcionar iguais oportunidades e reduzir o racismo em termos gerais, acabando por vezes promover as vítimas de discriminação.

Em 2003 foi criada a SEPPIR (Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial). Esta iniciativa desencadeou em uma série de outras medidas que estão no centro do debate nacional, sendo a luta pela aprovação do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010). O principal papel desta secretaria é estabelecer iniciativas contra as desigualdades raciais no país, promovendo a igualdade e a proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos afetados pela discriminação e demais formas de intolerância, enfatizando a população negra.[12] A forma de atuação dessa Secretaria pressupõe a coordenação, promoção, articulação e acompanhamento entre os diferentes Ministérios, e outros órgãos do governo, para a implementação de políticas de promoção da igualdade racial. Além de promover e acompanhar o cumprimento de acordos e Convenções Internacionais assinados pelo Brasil, que digam respeito à promoção da igualdade e combate à discriminação racial ou étnica. Outro objetivo da Secretaria é auxiliar o Ministério das Relações Exteriores nas políticas internacionais, no que se refere à aproximação de nações do Continente Africano. A principal referência para o inicio da atuação da Secretaria foi o programa ''Brasil sem Racismo'' que abrange a criação de políticas públicas em diversas áreas. Outros instrumentos legais que dão suporte a atuação dessa secretaria são a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR e as resoluções da Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CONAPIR.[13]

O Estatuto da Igualdade Racial, que altera as Leis nºs 7.716 de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985 e 10.788 de novembro de 2003. Em seu Art. 1º, determina que:

> *'' Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica (BRASIL, 2010). ''*

[12]BRASIL, Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Relatório de Gestão 2003-2006.p.17 Brasília: SEPPIR. Disponível em: <www.presidencia.gov/seppir> Acesso em 25.mar.2013. Disponível em: <www.presidencia.gov/seppir> Acesso em 4.fev.2014

[13]BRASIL, Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Relatório de Gestão 2003-2006.p.9 Brasília: SEPPIR. Disponível em: <www.presidencia.gov/seppir> Acesso em 4.fev.2014

Este primeiro artigo aborda a questão da desigualdade racial e de gênero, e sobre a importância de iniciativas do poder público para combater as desigualdades. Os demais artigos deste estatuto têm por objetivo incluir vítimas de desigualdade étnico-racial, valorizar a igualdade étnica e fortalecer a identidade nacional brasileira, e garantir a igualdade de oportunidades, através de políticas públicas e ações afirmativas voltadas para a população negra. Esta lei representa um avanço para a sociedade brasileira no que se refere à questão racial, apesar de boa parte destas iniciativas não tenham sido aplicadas.

Outra iniciativa por parte do poder público foi a Lei 10. 639/ 03, que altera a Lei 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Esta lei é também muito importante para a luta contra o racismo, pois é fundamental nas escolas brasileiras o ensino de história da África e dos africanos, e da História dos Afro - Brasileiros, para que as crianças, em especial as negras, conheçam sua história e cultura, e tenham sua autoestima estimulada e desenvolvida. Uma maior quantidade de crianças negras com autoestima elevada e conscientes de sua realidade tem mais chances de enfrentar a luta contra o racismo em nosso país, e de se tornarem cidadãos mais críticos e atuantes.

Nos anos 2000, foram apresentadas propostas para reservar vagas para a população negra no serviço público ao governo federal. Algumas ações foram adotadas através do PNAA (Programa Nacional de Ações Afirmativas), instituído pelo decreto 4.228 de 13 de maio de 2002. Propostas para reservar vagas para negros em órgãos do Governo Federal, como Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Cultura. Porém, o decreto nunca foi regulamentado nem revogado. Outra iniciativa importante foi Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco – Bolsa Prêmio de Vocação para a Diplomacia, que concedia bolsas de estudos para candidatos afro–descendentes selecionados através de provas e entrevistas. Com o intuito de incluir negros na carreira diplomática, até o ano de 2011 havia beneficiado 231 candidatos, e a aprovação de 17 bolsistas. Com isso, em 2010, o Ministério das Relações Exteriores passou a incluir no concurso público para diplomacia, reserva de vagas para negros na primeira etapa do processo seletivo.

No Estatuto da Igualdade Racial, em seu PL 2000, continha projetos para reservar vagas para negros no ingresso ao serviço público. O PL nº 3.198/2000 tinha como proposta reservar vagas para negros em diversas esferas, através de cota mínima de 20% de vagas nos concursos públicos em nível federal, estadual e municipal; nas empresas com mais de 20 empregados; nas universidades; além de reserva de vagas de 30% para candidaturas a cargos eletivos (IPEA, 2011). Porém, foi mantido apenas referência à implantação de ações afirmativas nas áreas da saúde, educação e trabalho, referindo- se explicitamente ao ingresso no serviço público. Desde o ano de 2002, estados e municípios brasileiros têm implementado reservas de vagas para negros em concursos públicos, de forma descentralizada e com autonomia. Estados como Paraná,

reserva 10% das vagas para negros em concursos estaduais (Lei nº 14.274/2003 e 16.024/2008). O estado do Mato Grosso reserva 10 % das vagas para negros e 3% para indígenas nos concursos estaduais (Lei nº 3. 594/2008 alterada pela Lei nº 3.939/2010 Decreto nº 13.141/2011). O estado do Rio de Janeiro reserva 20% das vagas para negros e indígenas nos concursos públicos do Poder Executivo e das entidades da administração indireta estadual (Decreto nº 43.007/2011 e Lei nº 6.067/2011) e alguns municípios brasileiros adotaram o sistema de cotas para negros no serviço público (IPEA, 2012). Esta iniciativa também advém da luta dos movimentos sociais para incluir os negros no mercado de trabalho possibilitando aos negros, inserção na carreira pública e com isso proporcionando melhores condições de vida, além da estabilidade financeira que o serviço público proporciona.

Julgada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em abril de 2012, a lei de cotas nº 12.711/2012, sancionada no mesmo ano, reserva um percentual de vagas para negros, com o objetivo de garantir a entrada desta população na universidade. O Decreto nº 7.824/2012 define as condições gerais de reservas de vagas, e estabelece a sistemática de acompanhamento das reservas de vagas e a regra de transição para as instituições federais de educação superior. Há, também, a Portaria Normativa nº 18/2012, do Ministério da Educação, que estabelece os conceitos básicos para aplicação da lei, prevê as modalidades das reservas de vagas e as fórmulas para cálculo, fixa as condições para concorrer às vagas reservadas e estabelece a sistemática de preenchimento das vagas reservadas. As vagas reservadas às cotas (50% do total de vagas da instituição) serão subdivididas — metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos, também será levado em conta percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).[14]

Para Silva (2002) o principal objetivo da ação afirmativa para a população negra é combater o racismo e suas conseqüências, além de introduzir mudanças de ordem cultural e de convivência entre os ‘’diferentes’’. O debate sobre as ações afirmativas começou pelas cotas numéricas, ao invés de seguir o caminho adequado da discussão da necessidade de políticas destinadas ao combate ao racismo e corrigir seus efeitos. Os setores dos movimentos sociais que lutam pela redução das desigualdades raciais, e que apóiam a implementação de cotas, as entendem como estratégia política de abertura de um processo de negociação de longo prazo no combate as desigualdades raciais.

[14][Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html >Acesso em 4.fev.2014]

Para que um programa de ações afirmativas seja efetivo, oferecer oportunidades é apenas o começo. É fundamental garantir as condições materiais para que as dificuldades ou desníveis sejam superados e as escolhas possam ser feitas de maneira conseqüente, a médio e longo prazos. Mas além das iniciativas desenvolvidas no âmbito do ensino superior, faz- se necessário investir no preparo escolar daquelas pessoas que concorrerão à Universidade, ainda no ensino médio; combater, através da formação dos educadores e educadoras, as manifestações de racismo e da discriminação racial, que são produzidas e reproduzidas no ambiente escolar. No entanto, há a necessidade de pensar nas condições de acesso, permanência e sucesso para jovens negros e outros setores excluídos da universidade e do mercado de trabalho (SILVA, Idem).

Entretanto, mesmo com todas as lutas dos movimentos sociais no Brasil, no entanto, a aceitação do outro, do diferente nas relações raciais, regionais, lingüísticas, sexuais, religiosas e outras, dependerá do avanço de uma sociedade no sentido de educar o conhecimento dos indivíduos sobre a identidade, a cultura, a religião desconhecida a fim de diminuir o preconceito. A ampla movimentação social, partidária, sindical e cultural em defesa do direito de todos os excluídos é também modo de educação política e informal de uma sociedade. A mudança de postura da população é de fundamental importância para que haja uma mudança significativa no panorama atual, em que o racismo ainda se faz presente.

II. 2 A importância da política de cotas raciais para o enfrentamento da ideologia racista

A política de cotas raciais é uma ação afirmativa importante para minimizar a situação de desigualdade atual, pois apesar de no Brasil o racismo ser velado, a situação de inferioridade da população negra está comprovada estatisticamente. A população negra apresenta maior dificuldade em ingressar na universidade, devido a inúmeros fatores que fazem com que o estudante afrodescendente não dê continuidade aos estudos e consequentemente não entre na universidade. As cotas para negros em universidades públicas garantem que o estudante negro, aprovado no vestibular dentro do número de vagas reservadas, tenha acesso à universidade. Nesse sentido, a política de cotas nas universidades públicas é uma das principais medidas das políticas de ação afirmativas.

As políticas de ações afirmativas são uma forma de reparar os prejuízos históricos sofridos pela população negra, sendo utilizadas para que os afrodescendentes sejam inseridos, ou tenham maior acesso, em espaços geralmente excluídos devidos a fatores de ordem racial ou fruto das questões sócio-econômicas que perduram na historicidade do negro na sociedade brasileira, favorecendo que concorra com a população não negra em posição de igualdade. O Brasil mostra uma ausência de sentimento de responsabilidade com o presente, e com a situação atual de

pobreza e discriminação. As ações que têm por objetivo trazer algum tipo de benefício para a população carente são rejeitadas em prol da meritocracia. Porém, é plausível a afirmação dos militantes negros de que a indiferença da sociedade com relação à pobreza e a discriminação social tenha também a motivação racial (GUIMARÃES, 2002).

Conforme Schwarz (2001) sustenta, a maioria dos brasileiros, independentemente da raça, não chega ao segundo grau, pois boa parte interrompe seus estudos no ensino fundamental, porém a população branca obtém em média duas vezes o nível de escolaridade dos não brancos. Além disso, as populações negras são mais preteridas no atendimento às necessidades de saneamento básico, já que boa parte reside nas regiões de maior concentração de pobreza. As conseqüências desta distribuição desigual são nítidas, também no que se refere à taxa de mortalidade infantil, causada por inúmeras doenças. Contudo, mesmo havendo o reconhecimento da dificuldade de usar termos que definam a cor, o que é percebido é o caráter dissimulado da discriminação brasileira. A imagem oficial do Brasil buscou privilegiar a mistura racial e o sincretismo religioso, e minimizou a desigualdade do cotidiano. Como abordamos no primeiro capítulo, a população preta e parda não apenas têm uma renda menor, como apresenta também acesso diferenciado à educação e maior mortalidade, numa sociedade que se caracteriza pela desigualdade.

As ações positivas ou discriminações positivas são políticas públicas ou privadas desenvolvidas com o intuito de reduzir as desigualdades provenientes de discriminações. Essas ações têm como base o conceito presente na Constituição de 1988, em seu artigo 170, inciso VII**,** que determina a redução das desigualdades regionais e sociais. Para Alexy (apud KAUFMANN, 2007), os programas positivos buscam promover o desenvolvimento de uma sociedade plural, diversificada, consciente, tolerante às diferenças e democrática, uma vez que seriam concedidos espaços relevantes para que as minorias fossem incluídas de forma plena e efetiva na sociedade. Se as ações afirmativas visam estabelecer um equilíbrio na representação das categorias nas mais diversas áreas da sociedade, quando os objetivos forem satisfeitos, tais políticas devem ser extintas, sob o risco de manter distinções que não mais se justificam. Segundo Mèlin-Soucramaniem (1997) a discriminação positiva é um tratamento diferenciado que visa favorecer determinados grupos, com o objetivo de reparar desigualdades por um período temporário.

As ações afirmativas, em um contexto de desigualdade, buscam uma maior equidade. No entanto, as ações afirmativas têm por objetivo complementar as ações e políticas de cunho universal em um ambiente de enorme desigualdade em conformidade com a presença da raça. O racismo, o preconceito e a discriminação raciais em sua grande parte são os responsáveis pela naturalização das desigualdades sociais. Mesmo com avanços sociais obtidos nas últimas décadas, as diferenças entre negros e brancos ainda são grandes. O Brasil continua sendo um país caracterizado pela desigualdade, que tem uma relação estreita com a questão racial. As diferenças de posições de negros e brancos nos aspectos social e econômico compõem uma

situação complexa a ser enfrentada. É importante que haja maior equidade entre brancos e negros para que os negros possam ter maiores oportunidades de ascensão social. No entanto, políticas direcionadas à população negra não podem ser consideradas como políticas dirigidas a minorias ou pontuais, pois a população negra já corresponde à metade da população brasileira; trata-se de resgatar a dignidade e a cidadania da população negra brasileira (THEODORO, 2012).

Vale ressaltar que as ações afirmativas são bem mais abrangentes do que a política de cotas, e estão imersas na luta para combater as desigualdades raciais. Existe uma enorme polêmica e uma grande confusão entre as ações afirmativas e as cotas, pois existe um desconhecimento da temática, além da incompreensão advinda de grupos com argumentações contrárias, que objetivam manter seus privilégios sociais. A cota representa uma das estratégias da ação afirmativa, que pode se desenvolver também através de bolsas de estudos, estímulos fiscais a empresas que comprovem políticas internas de inclusão de negros, mulheres, portadores de necessidades especiais em cargos de chefia, entre outras ações.

Os negros estão em pesquisas compondo a metade da população brasileira atualmente por inúmeros fatores: pela maior taxa de natalidade ser entre os negros, pelos negros serem a soma dos pretos e pardos, além da maior auto-declaração por parte dos negros brasileiros. Além disso, este maior número de negros brasileiros é resultante da luta incansável dos movimentos sociais pela maior identificação com a raça negra, que desperta cada vez mais orgulho de sua cor em negros e negras. Apesar de ser um movimento em ascensão, é um avanço se formos comparar com anos anteriores.

De acordo com Theodoro (2012) o racismo e seus desdobramentos reduzem oportunidades e devem ser enfrentados pelo governo. No Brasil, um dos principais meio de política de ação afirmativa são as cotas para estudantes negros nas universidades públicas, objeto de estudo deste trabalho. As cotas raciais têm possibilitado a milhares de estudantes negros o acesso a uma formação de qualidade, pois as universidades públicas são referência de qualidade do ensino superior no Brasil e, respectivamente, uma possibilidade de entrada no mercado de trabalho e de empregos com melhores salários.

Munanga (2012, p.108) nos diz que a política de cotas busca a inclusão de brasileiros que, por razões históricas e estruturais encontram barreiras que a educação superior pode em parte retirar. De fato com maior quantidade de negros em universidades, aumenta o número profissionais qualificados para ingressar no mercado de trabalho em postos com melhores remunerações, e consequentemente o mercado acabe por absorver essa nova geração de estudantes, possibilitando uma ascensão econômica dos negros brasileiros. Tal fato favorece o combate à ideologia racista, uma vez que favorece outra visão sobre o negro atingindo os estigmas que sustentam essa ideologia.

De acordo com Silva (2002) o principal objetivo da ação afirmativa para a população negra é combater o racismo e suas conseqüências, além de introduzir mudanças de ordem cultural e de

convivência entre os ‘’diferentes’’. O debate sobre as ações afirmativas começou pelas cotas numéricas, ao invés de seguir o caminho adequado da discussão da necessidade de políticas destinadas ao combate ao racismo e corrigir seus efeitos. Os setores dos movimentos sociais que lutam pela redução das desigualdades raciais, e que apóiam a implementação de cotas, as entendem como estratégia política de abertura de um processo de negociação de longo prazo no combate as desigualdades raciais e ao racismo.

Segundo Telles (2003) o objetivo da ação afirmativa para a população negra é a redução da desigualdade racial, e atacar os três maiores obstáculos à democracia racial: a enorme desigualdade, as ‘’barreiras invisíveis’’ e a cultura racista presente em nossa sociedade. Com isso, foi necessário que o governo desenvolvesse políticas que combinassem políticas sociais universalistas de desenvolvimento para reduzir as desigualdades existentes no país com ação afirmativa de cunho racial, para que fossem anuladas as barreiras invisíveis e que a cultura racista fosse reduzida.

Políticas de cunho universalista como a de Valorização do Salário Mínimo[15], que estabelece metas para o aumento gradativo do salário mínimo nacional, o PROUNI, que concede bolsas de estudos em até 100% na mensalidade nas universidades particulares e o ‘’Bolsa Família’’, que é um programa que transfere diretamente rendas para famílias que estão em situação de extrema pobreza em todo o país são políticas que favorecem a população de baixa renda, e apesar de não serem de cunho racial, beneficiam milhares de negros. São ações de muita importância para o aumento da renda da população mais pobre, com isso aumentando as possibilidades de vislumbrar uma vida mais digna. No entanto, é necessário criar também uma política de educação pública de qualidade, para que aumentem as chances da população negra ingressar em universidades e em empregos mais qualificados, possibilitando a esse segmento da sociedade o aumento de renda.

As ações afirmativas representam um avanço para combater os estigmas que sustentam a ideologia racista, que minimizam os efeitos do racismo em nosso país. Portanto as cotas são importantes para tratar da desigualdade racial em nível universitário, mesmo que ainda não tenham sido um avanço suficiente. Para que pretos e pardos componham em maior parte a classe média, são necessários programas eficazes que mantenham esses estudantes nas escolas. É preciso também realizar programas de orientação e apoio financeiro e após a formatura mecanismos para ajudar na busca de empregos adequados á escolaridade obtida, o que auxiliará a superar o nível relativamente fraco de capital social que possuem.

Vale destacar a natureza temporária das políticas de ação afirmativa, já que as desigualdades entre negros e brancos não resultam de uma desvalia natural ou genética, mas sim de uma situação de inferioridade daqueles que foram posicionados nos planos econômico, social

[15]Lei 12.382, de 25 de fevereiro de 2011. Dispõe sobre o valor do salário mínimo em 2011 e a sua política de valorização de longo prazo; disciplina a representação fiscal para fins penais nos casos em que houve parcelamento do crédito tributário; altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996; e revoga a Lei nº 12.255, de 15 de junho de 2010.

e político em razão de séculos de dominação dos brancos pelos negros, somados a questão do racismo. Com isso, na medida em que essas distorções históricas forem corrigidas e a representação dos negros e demais excluídos nas esferas públicas e privadas de poder atendam ao que se contém no princípio constitucional da isonomia, não haverá mais qualquer razão para a subsistência dos programas de reserva de vagas nas universidades públicas, pois o seu objetivo já terá sido alcançado.

Munanga (2012) nos diz que a política de cotas que o que se busca pela política de cotas para negros e indígenas não é para ter por direito ‘’migalhas’’, e sim ter acesso ao estrato mais alto em todos os setores de responsabilidade e de comando na vida nacional onde os segmentos não são devidamente representados de acordo com um sistema que se diz democrático. Com isso, a política de cotas busca a inclusão dos brasileiros que, por razões históricas e estruturais que têm são relacionadas ao o nosso racismo à brasileira, encontram barreiras que a educação superior podem em parte remover.

Embora a raça não exista biologicamente, para Munanga (2003) é insuficiente para fazer desaparecer as categorias mentais que a sustentam. A raça está no imaginário coletivo da sociedade e os negros continuam em situação de desigualdade em detrimento dos brancos. Por conseqüências tanto do regime escravocrata quanto do racismo que persiste na sociedade brasileira. Não há mais o racismo explícito, fora em poucos casos, e sim um racismo implícito e às vezes sutil. No Brasil o mito da democracia racial impediu o debate sobre as políticas de ação afirmativa e sobre a implantação do multiculturalismo na educação.

Por isso, a política de cotas nas universidades públicas é um passo fundamental na luta contra o racismo. A partir do momento em que é aprovada uma lei que reserva um percentual de vagas para garantir que negros entrem na universidade, reconhece-se que as oportunidades para negros e brancos não são iguais, e consequentemente os negros não possuem as mesmas chances de inserção no ensino superior e no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, com a formação cada vez maior de negros com curso superior, atacam-se os estigmas de inferioridade sobre a população negra que sustentam a ideologia racista no nosso país.

É de fundamental importância conscientizarmos cada vez mais a população brasileira para os prejuízos que não apenas o preconceito racial e seus desdobramentos causam à sociedade brasileira, pois se houver a união rumo à conquista da plena cidadania, haverá a oportunidade de transformar o Brasil em uma nação mais justa, plena e de fato democrática.

II. 3 As cotas raciais nas universidades públicas no Brasil em debate: intelectuais contrários às cotas raciais

Há um grupo de intelectuais, alguns inclusive renomados no meio acadêmico, que emitem argumentos contrários ao sistema de cotas raciais em universidades, com as mais diferentes justificativas. Com isso, agruparei os argumentos dos intelectuais por assunto para facilitar e organizar o debate em torno das cotas raciais.

Um grupo de intelectuais empresários, sindicalistas e ativistas entregou, em 2008 o manifesto contrário às cotas raciais. O manifesto foi entregue ao então ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes. O manifesto foi intitulado: "113 Cidadãos Anti-Racistas Contra as Leis Raciais" e pedia a suspensão das cotas para negros nas universidades e do programa Pro Uni, com os mais variados argumentos, dentre eles o da inexistência de raças, da negação do racismo no Brasil, de que as cotas privilegiam ‘’negros de classe média’’, em detrimento de brancos pobres, e de que as cotas causam segregação racial. O manifesto foi rejeitado pelo STF, e as cotas continuam em vigor.

Com o intuito de analisar os argumentos coletados e enriquecer o debate apresentado neste trabalho, irei expor análises referentes a cada grupo de opiniões expostas anteriormente, com base em intelectuais que abordam as temáticas pertinentes. Pois, apesar dos argumentos não favoráveis às políticas de cotas raciais em universidades também serem de intelectuais, há uma base teórico- ideológica por trás desses argumentos.

Os intelectuais que emitem argumentos contrários às políticas de ações afirmativas, baseados na ideologia neoliberal, defendem que a exclusão social brasileira não é determinada especificamente pela cor da pele, e sim pela pobreza, com isso são contrários a políticas específicas para negros.

Entretanto afirma Singer (1995) o neoliberalismo, ideologia liberal anti-democrática, aderiu ao sufrágio universal, porém conquistas advindas da democracia, na área da seguridade social e da universalização da educação, foram retiradas. O neoliberalismo tem fortes críticas aos serviços sociais do Estado, defendendo que serviços de auxílio aos desempregados possuem cunho paternalista, levando- os a permanecerem desempregados; os serviços sociais públicos não apresentam qualquer incentivo ao aumento da produtividade ou da eficiência dos funcionários, com isso sendo insuficientes; os profissionais dos serviços sociais do Estado são corporativistas.

O Estado de bem estar social entrou em crise nos países principais do primeiro mundo, e com isso fez com que o neoliberalismo crescesse. Em países com governos neoliberais, o aumento da procura por serviços sociais do Estado foi rebatido com a restrição de recursos para os mesmos, que resultou em atendimentos precários, e perda da qualidade dos serviços prestados. A política neoliberal apresentava propostas para reformar o país, surgindo debates na área educacional e em outras áreas (SINGER, 1995).

Com isso, pensa Montaño (2002) as políticas sociais universais, que reivindicam direitos sociais para os cidadãos são acusadas pelos neoliberais de causarem esvaziamento dos cofres públicos, considerados não bem utilizados. A política neoliberal visa à reconstrução do mercado, reduzindo a intervenção do Estado em diversos setores. A proposta igualitária do Estado intervencionista deveria ser combatida pelos neoliberais e a desigualdade e a concorrência deveriam ser estimuladas para maior desenvolvimento social. O neoliberalismo quer destituir o direito das políticas sociais universalistas, criando para substituir, a exaltação das necessidades individuais, respeitando o poder aquisitivo de cada um. Com isso a ‘’universalização’’ cede lugar à descentralização. Por conseguinte, as políticas estatais são privatizadas e acabam sendo direcionadas exclusivamente aos setores que possuem deficiências pontuais.

Porém, as políticas de cotas nas universidades, apesar de não serem consideradas universais, de certa forma estão inclusas no processo de universalização do ensino superior. Pois ao reservar vagas para negros e índios, reserva vagas para um número grande de pobres, e a reserva de vagas não é desatrelada a condição socioeconômica. Além disso, o sistema de cotas reserva vagas também para estudantes advindos de escolas públicas, ampliando a inserção no ensino superior. Se os programas voltados para o combate à pobreza e à redução das desigualdades sem recorte específico conseguissem acabar com as desigualdades existentes entre negros e não negros, as cotas não seriam necessárias, porém estatísticas mostram que os afrodescendentes são o grupo mais beneficiado pelos avanços econômicos e sociais recentes no País, reforçando a importância das cotas raciais.

É importante o debate acerca das ações afirmativas, em especial na modalidade de cotas raciais, para que se perceba o quanto a elite brasileira, em sua grande maioria branca, está incomodada com a inserção do negro em espaços onde antes eram ocupados predominantemente por pessoas brancas e de classe média. É interessante perceber nos discursos a intenção de manter a posição de domínio social, o que dificulta a luta contra a manutenção do negro nos estratos mais baixos da pirâmide social brasileira.

A universidade é um espaço de poder, pois como um espaço de pesquisa e conhecimento, faz com que seu alunado tenha maior empoderamento intelectual, favorecendo uma maior realização em termos sociais e econômicos. A universidade, em especial a universidade pública, no qual, o processo para ingresso é extremamente difícil e requer um alto nível de conhecimento para a aprovação no processo seletivo é majoritariamente branca. Pois, como já foi apresentado no capítulo anterior, às estatísticas comprovam que as condições sociais de negros e brancos estão longe de serem iguais em nossa sociedade. No entanto, intelectuais argumentam contra as cotas raciais, e usam das mais variadas explicações como será visto abaixo. São argumentações retiradas do Jornal O Globo, e dos livros: ‘’Divisões Perigosas’’ (FRY; MAGGIE; et.al, 2007). E do livro: ‘Não Somos Racistas’’ (KAMEL, 2009). Esse material foi escolhido por apresentar diversas

opiniões contrárias às cotas raciais, advindas de intelectuais que escrevem constantemente sobre o sistema de cotas para negros em universidades.

O livro ‘’Divisões Perigosas’’ é uma coletânea de artigos de intelectuais que abordam assuntos relacionados à raça, racismo e desigualdades no país, com críticas ferrenhas ao sistema de cotas raciais, com as mais diferentes justificativas. O livro apresenta a raça numa perspectiva biológica, com isso encobrindo e até algumas vezes negando o racismo que existe na sociedade para embasar as opiniões emitidas contrariamente às políticas públicas de cunho racial.

O livro de Ali Kamel, ‘’Não somos racistas’’, tem como ideia principal que o racismo na sociedade brasileira não é estrutural. Ali Kamel possui espaço privilegiado nos meios de comunicação, é diretor de jornalismo da TV Globo, uma das maiores emissoras de TV do país. Com pesquisas um tanto tendenciosas, Kamel busca provar através de dados estatísticos que as condições socioeconômicas dos negros não são tão desvantajosas quanto às dos brancos, e que a educação de qualidade é a ‘’solução’’ para diminuir as desigualdades entre brancos e negros.

Em seguida serão apresentadas as diversas opiniões coletadas a respeito do sistema de cotas raciais nas universidades, nesses dois livros, todas argumentando contrariamente à política de ação afirmativa. A exposição será por temas para facilitar o entendimento do leitor.

II. 3.1 O discurso do mérito

> *‘’Até a aprovação da Lei de cotas, o acesso às universidades públicas era legalmente determinado pela capacidade dos candidatos de chegarem a uma certa pontuação numa prova que ignorava o sexo e a cor (ou seja, as características adscritas pela ‘’natureza’’) dos candidatos. ’’* (FRY, 2007, pg. 158)

> *‘’ A reserva de cotas para facilitar a admissão e aumentar a participação de negros nas universidades brasileiras viola a Constituição Federal, que garante, no artigo 206, ‘igualdade de condições para o acesso à escola e ao ensino gratuito em estabelecimentos oficiais. ’’ No nível do ensino fundamental, logrou- se universalizar o acesso, e há escolas públicas para todos. A mesma universalidade não atinge ainda o ensino médio, mas não se ouve falar de cotas nas escolas secundárias, a que nem todos têm igual acesso e nas quais faltam vagas. ’’* (GOLDEMBERG; DURHAM, 2007, p.169)

> *’’ O pior de tudo que as cotas não são necessárias. Nos EUA, os chineses e os japoneses que lá chegaram no início do século passado eram miseráveis. Por esforço próprio e sem cotas, esses dois grupos se desenvolveram, educaram-se e, ao longo dos anos, proporcionalmente, tomaram mais lugares dos brancos americanos em universidades de prestígio e em bons postos de trabalho do que os negros com cotas. ’’ (KAMEL, 2009, pg. 104 -105)*

Para os defensores do discurso a favor da ‘’meritocracia’’, as oportunidades são iguais para todos e basta ‘’se esforçar’’ que todos, independentemente de raça, ingressarão na

faculdade e no mercado de trabalho. Porém, sabemos que não é exatamente o que ocorre na realidade. A meritocracia é uma ideologia que tem a função de perpetuar as ideias neoliberais. O termo meritocracia vem do latim (*meritu)*, mérito e do grego (cracia), poder, governo. É um sistema de governo ou outra forma de organização que considera o mérito (aptidão) a razão para se atingir determinada posição. Neste sentido, as posições hierárquicas são conquistadas e baseadas no merecimento (SERAFIM, S.D).

A ideia de mérito como resultado único do esforço do indivíduo, não como resultado disso e de condições sociais e econômicas mais favoráveis a um grupo, não advém do neoliberalismo, mas é severamente reforçada por essa ideologia. Ao estimular a individualidade e competição como valores acima do coletivo e solidariedade, os neoliberais passam uma visão de sociedade no qual todos disputam os mesmos lugares como se todos partissem da mesma posição social. Com isso, Guimarães (2009) afirma que o posicionamento conservador tem por característica, atribuir ao indivíduo a responsabilidade pela posição social que ocupa. Com isso, a interferência do Estado para o auxílio à população é considerado indevido. Na chamada sociedade neoliberal, não há solidariedade entre os indivíduos: é produzida uma associação ideológica ao que há de negativo na sociedade, através dos estereótipos. Para Singer (1995) a ideologia liberal atribuía a igualdade entre os cidadãos à competição no mercado. Os ‘’ homens’’ deveriam ser iguais perante a lei para poderem competir, porém nada poderia diminuir a desigualdade ‘’natural’’ entre os vencedores e perdedores.

A melhor qualidade das escolas da classe média consequentemente proporciona aos seus alunos maiores chances de passar no vestibular. Com isso afirma Telles (2003), a meritocracia é uma utopia, pois busca dar recompensa a indivíduos baseada na inteligência e habilidades cognitivas, e não é o que ocorre de fato. O processo de ingresso à Universidade se assemelha mais a uma ‘’ testocracia’’ do que a uma ‘’meritocracia’’, e sua aprovação é um teste meritocrático bastante questionável. E também, o aluno negro não deixará de passar pelo processo de provas para aprovação no vestibular. Para que ele entre através das cotas, é necessário que ele seja aprovado, como salienta Munanga (2001):

> *[...]’’As cotas não serão gratuitamente distribuídas ou sorteadas como o imaginam os defensores da ‘justiça’, da ‘excelência’ e do ‘mérito’. Os alunos que pleitearem o ingresso na universidade pública por cotas submeter-se-ão às mesmas provas de vestibular que os outros candidatos e serão avaliados como qualquer outro, de acordo com a nota de aprovação prevista. Visto deste ângulo, o sistema de cotas não vai introduzir alunos desqualificados na universidade, pois a competitividade dos vestibulares continuará a ser respeitada como sempre’’(MUNANGA, 2001 p. 42).*

No entanto, em momento algum o mérito é desconsiderado; pelo contrário: pelo grau de dificuldade das provas do vestibular sabe-se que é necessário preparo para a aprovação, e o

cotista também passa por todo o processo seletivo, e precisa ser aprovado com uma nota mínina, geralmente menor a do não cotista, mas ele precisa alcançar o mínimo para concorrer através das cotas, com isso desmistificando a idéia de que o cotista não precisa estudar para ingressar através do sistema de cotas raciais.

II. 3.2 Raças não existem / O Brasil não é racista.

> *"Raças humanas não existem. A genética comprovou que as diferenças icônicas das chamadas 'raças' humanas são características físicas superficiais, que dependem de parcela íntima dos 25 mil genes estimados no genoma humano. A cor da pele, uma adaptação evolutiva aos níveis de radiação ultravioleta vigentes em diferentes áreas do mundo, é expressa em menos de 10 genes!(...)"(TRECHO DO MANIFESTO ENTREGUE AO STF CONTRA COTAS, RETIRADO DO JORNAL O GLOBO, 2006).*
>
> *'' Por certo existe preconceito racial e racismo no Brasil, mas o Brasil não é uma nação racista. Depois da Abolição, no lugar da negra da 'gota de sangue única', a nação elaborou uma identidade amparada na ideia anti- racista de mestiçagem e produziu leis que criminalizam o racismo.. Há sete décadas, a República não conhece movimentos sociais organizados ou expressões significativas de ódio racial. O preconceito de raça, acuado, refugiou-se em expressões oblíquas envergonhadas, temendo assomar à superfície. A condição subterrânea do preconceito é um atestado de que há algo de muito positivo da identidade nacional brasileira, não uma prova de nosso fracasso histórico (...)'' (TRECHO DO MANIFESTO ENTREGUE AO STF CONTRA COTAS, RETIRADO DO JORNAL O GLOBO, 2006).*
>
> *'' A invenção de raças oficiais tem tudo para semear esse perigoso tipo de racismo, como demonstram exemplos históricos e contemporâneos. E ainda bloquear o caminho para a resolução real dos problemas de desigualdades. '' (TRECHO DO MANIFESTO ENTREGUE AO STF CONTRA COTAS, RETIRADO DO JORNAL O GLOBO, 2006).*

A negação da existência de raças e do racismo no Brasil são argumentos também usados pelos intelectuais que se dizem contrários às cotas raciais. Porém, nos diz D' Adesky (2001) a raça permanece como um elemento maior na realidade social, ao passo que a partir de características, emprega maneiras coletivas de diferenciar e hierarquizar, com isso surgindo comportamentos discriminatórios individuais ou coletivos.

No capítulo anterior, foi abordada a questão de como a raça foi utilizada, ao longo dos séculos, por cientistas para hierarquizar os indivíduos pela sua cor da pele, e tentar provar cientificamente que a raça negra era inferior. Foi abordada também como a ideologia racista se perpetua ao longo dos anos. Com isso, não podemos negar que o racismo existe atualmente também por consequências do passado escravocrata do Brasil, onde mesmo após a abolição, os negros, em maioria não conseguiam empregos e ficaram à margem da sociedade. Apenas no período pós-abolicionista é que o preconceito e a discriminação encontraram sua funcionalidade,

com o intuito de manter os negros em seu lugar, ou seja, o lugar que a ideologia do grupo dominante considerava e considera naturalmente apropriado para eles (OSÓRIO, 2008).

Um discurso negando o racismo tem por objetivo preservar os privilégios de uma minoria branca e de classe média, que prefere encobrir a drástica realidade da maioria população negra a aceitar a necessidade das cotas raciais. Para Moreira (2003):

> ‘’ *Dentre os inúmeros fatores que irão contribuir para que possamos atingir o ideal de sociedade não racista, deve-se considerar a posição dos brancos a forma pela qual reagirão à perda de privilégios de que sempre desfrutaram exatamente pelo controle inconteste do Estado.* ’’(MOREIRA, 2003, p. 72)

De acordo com Carneiro (2003) constatar que raças não existem não tem impacto sobre as manifestações de racismo e discriminação, o que reforça o caráter político do conceito de raça e sua insustentabilidade do ponto de vista biológico. O conceito de raça instituiu-se para justificar a dominação de um grupo racial sobre outro. Não podemos negar que vivemos numa sociedade racista e que os negros têm menos oportunidades de ascender socialmente devido às barreiras colocadas pelo racismo, a discriminação e o preconceito. Atualmente, diz Carneiro (2003) a negação da realidade social da ‘’raça’’ e da necessidade que advém dela para por em destaque as políticas públicas nos segmentos discriminados ao longo da história serve para perpetuar a exclusão e os privilégios que a ideologia racista produz diariamente.

Ao analisar o documento ‘’Arguição de descumprimento e preceito fundamental 186’’ do Distrito Federal, que teve por objetivo avaliar se os programas de ação afirmativa estão em consonância com a Constituição Federal, com pareceres de diversos juristas que compunham o Supremo Tribunal Federal e de intelectuais, foi constatada juridicamente a necessidade de implementação das cotas raciais nas universidades, com alguns dos pareceres expostos abaixo. No documento, foram citados alguns artigos da Constituição Federal, entre eles o artigo 5ª, caput que afirma: ‘’ *todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza’’.* Porém, a proposta da Lei de Cotas é para alcançar a isonomia não apenas no plano formal, mas também no plano material, considerando as diferenças de razões naturais, culturais e socioeconômicas.

> *‘’Os principais espaços de poder político e social mantém-se, então, inacessíveis aos grupos marginalizados, ensejando a reprodução e perpetuação de uma mesma elite dirigente. Essa situação afigura-se ainda mais grave quando tal concentração de privilégios afeta a distribuição de recursos públicos. ’’ (ADPF186/DF, p.15)*

Atrelar o negro à pobreza acaba por naturalizar e culpar o negro pela sua condição social inferior. No Brasil, o negro é pobre por conseqüência da trajetória de racismo que permeia a história do país (THEODORO, 2008). O Brasil composto em sua maioria por negros de acordo

com o IBGE [16] precisa elevar o nível de escolaridade, para que saia da situação de desigualdade socioeconômica em que se encontra. Essa situação precisa ser alterada, entretanto o estudo pode proporcionar à população maiores chances de elevar o salário e sair da extrema pobreza.

II. 3.3 Cotas como forma de segregação e de aumento do racismo

> *'' O que mais me assusta nessa história toda é a crença, para aqueles que acham que o Brasil é um país racista, de que as cotas contribuirão para o enfrentamento do preconceito. É exatamente o contrário. Na medida em que políticas públicas começam a induzir pessoas a declarar sua ''cor'' para fins de emprego ou acesso à universidade, será difícil conter o racismo. Principalmente entre a população ''branca'' e ''pobre'' ''*(MARTINHO, 2007, pg. 181).
>
> *'' A política de cotas raciais, como vem sendo denominada, instituiu, portanto, uma sociedade dividida entre ''brancos'' e ''negros''. Em outros lugares do mundo, esse tipo de engenharia social trouxe mais dor do que alívio para os problemas que visava selecionar''* (FRY; MAGGIE, 2007, pg. 279- 280).
>
> *'' A adoção de identidades raciais não deve ser imposta e regulada pelo Estado. Políticas dirigidas a grupos ''raciais'' estanques em nome da justiça social não eliminam o racismo e podem até mesmo produzir efeito contrário, o acirramento do conflito e da intolerância, como demonstram exemplos históricos e contemporâneos. ''* (MAIO; SANTOS, 2007, pg. 290)
>
> *''Políticas baseadas em cotas não são solução para nada. Ao contrário, só defensores de cotas e da divisão ''racial'' do país (se logram seu intento) serão responsáveis pela divisão da nação e da luta dos oprimidos qualquer que seja a consciência que tenham disso. ''* (MIRANDA, 2007, pg. 320)
>
> *'' Pondero ainda que a luta dos negros jamais foi separatista e o princípio de cotas é separar, dividir''.* (MILITÃO, 2007, pg. 331)

O discurso de que as cotas ''segregam'' e aumentam o racismo é recorrente entre os contrários às cotas raciais. Essa leva de discursos não nega a existência do racismo, porém defende que as cotas dividem as universidades entre negros e brancos. Porém Jaccoud (2008) diz que as universidades têm se posicionado defendendo que a discriminação racial acarreta na exclusão e deve ser combatida através de medidas específicas de inclusão e integração racial e social, buscando o aumento das oportunidades de jovens negros qualificados a mudar o perfil discente. A UERJ criou um núcleo de apoio aos estudantes cotistas, com objetivo de garantir não apenas a permanência, mas também a inserção dos alunos que ingressaram pelo sistema de cotas. Para que eles se sintam acolhidos e auxiliados dentro do espaço universitário há também além do apoio acadêmico, apoio financeiro aos alunos cotistas, através de uma ''bolsa permanência''(UERJ 2011).

[16]O percentual de negros (soma de pretos e pardos) está em 50,7% de acordo com o Censo 2010 do IBGE. Disponível em: < http://www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em 25.jun.2014

No entanto, Guimarães (2013), argumenta que:

> *'' Os programas de ações afirmativas partem do pressuposto de que para haver a igualdade de oportunidades é necessário que se reconheça que a mera consagração legal da igualdade entre as partes não basta para banir situações discriminatórias, pois têm como princípio inclusivo o reconhecimento de que a competência para exercer funções de responsabilidade não é exclusiva de determinado grupo étnico, racial ou de gênero''(GUIMARÃES, 2013, p.96).*

As cotas não vieram para segregar; pelo contrário, vieram para unir pessoas com raças e trajetórias de vida distintas, para que o conhecimento seja passado para uma clientela acadêmica mais diversificada, proporcionando também troca de experiências. Me expresso de maneira positiva, pois sei que existem muitos casos de discriminação aos cotistas que ingressam nas universidades públicas, porém atitudes discriminatórias não devem ser toleradas, devem ser denunciadas.

II. 3.4 A qualidade do ensino como solução

> *'' Os negros brasileiros não precisam de favor. Precisam apenas de ter acesso a um ensino básico de qualidade, que lhes permita disputar de igual para igual com gente de toda cor. '' (KAMEL, 2009, pg. 107)*

> *'' A criação de cotas é considerada uma forma de acabar com o preconceito, mas acaba ressaltando o preconceito. Acredito que, com mais investimento em educação, os negros terão uma ascensão natural no Brasil'' (LEITE, 2001).*

> *'' O Brasil tem que enfrentar a questão da educação básica de forma madura e consciente, investindo. Precisamos de recursos financeiros e humanos. Melhorar o salário dos professores e sua formação. E mudar a concepção de educação. Sem investimento não construiremos uma sociedade mais igual. Estamos criando uma sociedade mais desigual, escolhendo um punhadinho entre os pobres. Na verdade, a competição pelos recursos não é entre o filho da elite e o filho do pobre: ocorre entre os pobres. ''(MAGGIE, 2009)*

Sem negar a necessidade de uma significativa mudança no sistema educacional, como também defendido pelos leitores do jornal ''O Globo'', como será visto a seguir, afirma Jaccoud (2008) que o âmbito educacional é um espaço estratégico para construção de uma sociedade mais igualitária. Contudo, são presentes as desigualdades entre brancos e negros nas diversas etapas da trajetória escolar. Como já abordado, os negros encontram-se em situação desfavorável perante os brancos desde os primeiros anos do ensino fundamental, apresentando indicadores mais elevados de repetência e de evasão. Consequentemente, no acesso ao mercado de trabalho, os jovens negros ingressam mais cedo do que os jovens brancos e em posições que demandam menos qualificação.

Um ensino com maior qualidade é de suma importância para a ascensão social da população, porém as cotas são medidas para inserir os que já passaram pelo sistema educacional, e mesmo com dificuldades, conseguiram concluir o ensino médio e desejam ingressar numa universidade. Como afirma Theodoro (2008) às cotas nas universidades não estão direcionadas diretamente para os mais pobres, pois estes, em sua maioria sequer concluíram o ensino fundamental e já estão trabalhando. As cotas têm o intuito de possibilitar o acesso àqueles que atingiram um determinado grau de educação formal, com isso ampliando as oportunidades para esse grupo.

Para que as cotas raciais não sejam ‘’necessárias‘’ nos próximos anos, é preciso uma grande reformulação e investimentos não apenas no sistema de ensino, mas também em melhorias das condições de vida da população negra, que é composta majoritariamente por pobres. Não há como desatrelar a pobreza da negritude, pois o censo de 2010 do IBGE mostrou que, das 16,2 milhões de pessoas vivendo na pobreza extrema (cerca de 8,5% da população), com renda igual ou menor a R$ 70 por mês, 70,8% são negras.[17]

O ensino de maior qualidade é necessário, como já abordado, porém a reforma do ensino para a melhoria do ensino público demanda tempo e investimentos. As cotas estão para auxiliar os que já passaram por esse sistema de ensino e desejam cursar o ensino superior, e não podem esperar a melhoria do ensino para depois cursarem a faculdade. Havendo a melhoria da educação, as futuras gerações poderão usufruir de um ensino mais qualitativo, e quem sabe, conseguir ingressar na faculdade sem utilizarem o sistema de cotas. Enquanto essa mudança não acontece, as cotas se fazem necessárias.

II. 4 As interpretações populares sobre a política de cotas

II. 4.1 Opiniões da sessão ‘’Carta dos Leitores’’ do Jornal o Globo

A aprovação do sistema de cotas raciais em universidades causou diversas reações à sociedade brasileira. Uma considerável parcela da população emitiu opiniões contrárias à aprovação do sistema de cotas raciais, com inúmeros argumentos, baseados geralmente em informações de cunho ideológico. Informações que são reproduzidas e naturalizadas ao longo dos

[17] O percentual de negros (soma de pretos e pardos) está em 50,7% de acordo com o Censo 2010 do IBGE. Disponível em: < http://www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em 25.jun.2014

anos. As ‘’interpretações populares’’ sobre as cotas raciais serão representadas neste trabalho pela opinião dos leitores do Jornal O Globo.

O jornal tem a função de perpetuar seu lugar de reprodutor de políticas de branquitude; porta voz de grupos euro descendentes (MIRANDA, 2010). Com isso, o Jornal *‘’O Globo’’,* foi escolhido para análise por ser um jornal destinado a um público elitizado e intelectualizado, pois possui alto custo, e sua linguagem é mais formal. É um jornal voltado para classe média e alta brasileira, classe detentora de maior poder socioeconômico. Os meios de comunicação são locais passíveis de contestação devido à capacidade que esses instrumentos possuem de convencer e simular identidades, podendo inclusive determinar modelos de civilização na sociedade. A problematização e discussão a respeito dos meios de comunicação são importantes, pois são reconhecidos como meios para cultivar interesses particulares para controle e poder, partindo de práticas discursivas (MIRANDA, 2010).

As culturas nacionais na qual nascemos constituem-se em uma das fontes principais de identidade cultural. Pensamos nelas como se fizessem parte da nossa essência (HALL, 2006, p.47). A cultura branca é a cultura dominante na sociedade brasileira. Como salienta Hall:

> *‘’A formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernacular como o meio dominante de comunicação em toda a nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais, como, por exemplo, um sistema educacional nacional’’ Hall (2006, p.49).*

A mídia impressa de um modo geral, não dá espaço maior para o que Spivak (1988) denominou de grupos subalternos; nos quais os negros estão incluídos. Os grupos subalternos são grupos marginalizados, que não possuem voz ou representatividade, em decorrência de seu status social (FIGUEIREDO, 2010). O Movimento Negro, que representa e defende melhorias de condições de sobrevivência da população negra, poucas vezes é citado na mídia, pois a mídia silencia, geralmente de modo intencional, as reivindicações dos chamados ‘’grupos minoritários’’, não dando a devida importância às discussões em prol da população negra. No entanto: ‘’a condição de subalternidade é a condição do silêncio’’ (FIGUEIREDO, Idem, p. 85).

Entretanto, afirma Sodré (1972, p. 19) a informação contida em jornais está diretamente associada à cultura de massa, destinando – se a grupos sociais com uma intenção comunitária, generalizadora. Aparentemente a informação tem a função de ordenar a experiência social, sendo também uma função política. Nesse sentido, afirma que um produto proveniente da cultura de massa não pode ser analisado somente para fins estéticos, mas também em sua intencionalidade, definida pelas ideologias dominantes e empresas de comunicação.

Abaixo estão algumas opiniões contrárias ao sistema de cotas raciais, da sessão ‘’Carta dos Leitores ‘’ do Jornal o Globo de 30 de junho de 2006.

II. 4.1.1 O argumento do mérito

> *‘’Está de parabéns o grupo de intelectuais e ativistas do movimento negro que assinou o manifesto entregue aos deputados condenando as cotas para negros, que querem impor às universidades públicas. Fico feliz em saber que ainda existem muitos negros com dignidade e orgulho a ponto de não quererem entrar pela porta de serviço no ensino público.’’ (Opinião de um leitor, Sessão Carta dos leitores, Jornal o Globo, junho de 2006)*

A opinião acima representa o pensamento ideológico social e cultural dominante. No Brasil, como afirma Sovik (2009), a prática social do branco está permeada por discursos de afeto, que religam setores sociais desiguais, porém a hierarquia racial ainda predomina, e eventualmente reaparece, enfraquecendo as pessoas negras. Com isso: ‘’o valor da branquitude se realiza na hierarquia e na desvalorização do ser negro, mesmo quando ‘’raça’’ não é mencionada’’(SOVIK, 2009, p.50).

Nota-se nas análises das opiniões dos leitores emitidas na sessão ‘’Carta dos Leitores’’, em sua maioria abordam a questão do mérito individual, como se a população negra tivesse as mesmas oportunidades socioeconômicas do que a população branca. O argumento do mérito apresenta de forma oculta questões de ordem social que são transformadas em questões específicas do sistema educacional, no intuito de desviar o foco da cadeia de privilégios existentes. Com relação à chamada ‘’meritocracia’’, Bourdieu afirma:

> *‘’Os mecanismos objetivos que permitem às classes dominantes conservar o monopólio das instituições escolares de maior prestígio se escondem sob a roupagem de procedimentos de seleção inteiramente democráticos cujos critérios únicos seriam o mérito e o talento, e capazes de converter aos ideais do sistema os membros eliminados e os membros eleitos das classes dominadas, estes últimos os ‘’milagrosos‟ levados a viver como ‘’milagroso‟ um destino de exceção que constitui a melhor garantia da democracia escolar ‘’(BOURDIEU, 2007, p. 313).*

Nota – se que há um desconhecimento dos que argumentam usando a questão do mérito, pois os editais das universidades que utilizam o sistema de cotas raciais deixam claro que é necessária a aprovação do candidato que opta pelas cotas para que ele concorra à vaga desejada. Há uma quantidade de vagas destinadas aos cotistas, geralmente menor do que as oferecidas aos não cotistas, e é preciso que o candidato alcance a pontuação necessária para a aprovação. Com isso, afirma César (2005):

> *‘’Por isso que a ação afirmativa não inviabiliza a importância do talento natural, da educação familiar ou de habilidades construídas para o êxito acadêmico. E quando realoca vagas da educação superior para outros grupos que não os mais tradicionais,*

> *não tem por objetivo quebrar o monopólio das pessoas mais qualificadas, mas sim, o de estabelecer limites às prerrogativas de poder que estas pessoas passam a exigir no mercado de trabalho, reproduzindo desigualdades que se transmitem nas relações de raça e poder na sociedade (CÉSAR, 2005, p.55).''*

No entanto, existem muitos negros que desejam ingressar em uma faculdade, porém não é por falta de esforço ou de ‘’mérito’’ que não estão nas universidades. Não estão por falta de oportunidades, por falta de condições financeiras, por falta de tempo. É preciso pensar se realmente é uma questão de mérito um aluno (provavelmente branco) que sempre estudou nos melhores colégios, apenas estudou durante toda a sua trajetória escolar, pôde fazer um bom e caro curso preparatório ter passado em uma universidade pública, cujo processo não é fácil e requer de fato preparo para obter êxito. Além disto, como já foi apresentado, o estudante negro que entrar pelas cotas tem que estudar tanto quanto o aluno branco, pois para ter o benefício é necessário que ele seja aprovado no vestibular, que é um processo seletivo longo e difícil. O mérito, em momento algum, é desconsiderado.

II. 4.1.2 Raça como conceito ultrapassado

> *‘’Quero me juntar ao grupo capitaneado pela professora Ivonne Maggie no repúdio ao projeto que estabelece cotas raciais para ingresso na universidade e no serviço público. Sou a favor das cotas como política temporária e compensatória, mas raça, esse conceito ultrapassado, não pode ser critério para se combater desigualdade de oportunidades, sob pena de fomentarmos a intolerância entre todos os brasileiros. Não ao racismo!(Opinião de uma leitora, Sessão Carta dos leitores, Jornal o Globo, junho de 2006). ’’*

O conceito de raça, debatido também entre os intelectuais, também é citado por um dos leitores do Jornal O Globo, que afirma que o conceito de raça é um conceito ultrapassado. Porém afirma Lewandowski (2012) que a Constituição de 1988 ao considerar o crime de racismo como inafiançável, considerou o conceito de raça não na perspectiva biológica, mas na categoria histórico-social, realidade que autoriza o Estado a adotar políticas positivas equalizadoras da discriminação com o objetivo de viabilizar a inclusão social de grupos tradicionalmente desfavorecidos.

No entanto, há a constatação que na sociedade brasileira grupos específicos são sistematicamente marginalizados e alijados das posições de maior prestígio social. Se assumirmos a premissa da igualdade entre seres humanos, somos obrigados a concluir que este estado de marginalização constitui uma injustiça a despeito do processo histórico que o produziu. Políticas de igualdade de oportunidades como a ação afirmativa, são as mais apropriadas para o combate à injustiça social que tende a marginalizar grupos através do preconceito racial (JÚNIOR; DAFLON; CAMPOS, 2012).

Foi constatado no discurso dos intelectuais argumentos baseados no estudo da genética, que afirma que raças não existem, portanto somos iguais, porém sabemos que não é essa a realidade. Discursos baseados no mérito, na possibilidade das cotas dividirem o espaço acadêmico e da melhora do ensino público como solução são discursos provenientes do senso comum, porém os intelectuais se apropriaram do discurso para reagir contrariamente à inclusão de negros em espaços que não lhe são reservados. Como afirma Theodoro (2008, p.176) o racismo e seus desdobramentos não afetam apenas a população negra e pobre; as práticas racistas ficam mais exacerbadas em situações onde o negro está em uma posição de maior prestígio social. Com isso, esta ‘’polêmica’’ em torno da política de cotas raciais é gerada por estar revirando e alterando os espaços frequentados até então apenas pela uma classe média e alta, burguesa e predominantemente branca.

II. 4.1.3 Melhor qualidade de ensino como solução

> *‘’ Como cidadã fiquei feliz ao ler sobre os intelectuais lançando um manifesto contra cotas nas universidades. Concordo com a ex- secretária de Política Educacional, quando ressalta que a ‘’ universidade não é prêmio para injustiça passada; não se repara injustiça premiando descendentes’’. Acredito que, para resolver tal situação, quem sabe, talvez a melhoria na qualidade de ensino (Opinião de uma leitora, Sessão Carta dos leitores, Jornal o Globo, junho de 2006).’’*

A melhoria da qualidade de ensino argumento também usado pelos intelectuais, foi usada para embasar a opinião contrária ao sistema de cotas raciais, porém essa melhoria, caso aconteça, atingirá as próximas gerações. As cotas visam garantir a entrada dos negros que já passaram pelo sistema de ensino, precisam ingressar no mercado de trabalho e elevar a escolaridade, para que possam conseguir empregos melhores remunerados. Acrescenta Munanga (2012):

> *‘’Não conheço nenhum defensor das cotas que se oponha à melhoria do ensino público. Pelo contrário, os que criticam as cotas e as políticas diferencialistas se opõem categoricamente a qualquer política de diferenciação por considerá-las a favor da racialização do Brasil. As leis para a regularização dos territórios e das terras das comunidades quilombolas, de acordo com o artigo 68 da Constituição, as leis 10.693/03 e 11.654/08 que tornam obrigatório o ensino da história da África, do negro no Brasil e dos povos indígenas; as políticas de saúde para doenças específicas da população negra como a anemia falciforme, etc., tudo isso é considerado como racialização do Brasil, e virou motivo de piada. Para alguns, a defesa da melhoria da escola pública é apenas um bom álibi para criticar as políticas focadas de ação afirmativa (MUNANGA, 2012, p.114).’’*

O sistema de cotas raciais representa um avanço para a sociedade brasileira, e oferece aos jovens negros maiores oportunidades de ascensão social. O ensino superior é um dos meios

para conseguir uma melhor colocação no mercado de trabalho. Com mais negros com escolaridade elevada, provavelmente haverá maior absolvição desses profissionais, e com isso não será apenas uma minoria negra com nível superior. De forma otimista, penso que o critério subjetivo de ‘’boa aparência’’ tenderá a dar lugar a critérios mais objetivos, pois será visto com maior naturalidade a presença de negros em diversos espaços da sociedade, além de proporcionar maior diversidade cultural no espaço acadêmico. Santos (2005, p. 14) acrescenta que as cotas em universidades ampliam os grupos sociais contemplados neste processo chamado por ele de ‘’democratização do ensino superior’’, resultado também da luta do Movimento Negro.

II.4.1.4 Cotas raciais como causa de divisão entre cotistas e não cotistas

> *‘’As cotas raciais, além de inconstitucionais, são imorais. Os campus das universidades estão segregados entre cotistas e não - cotistas, aflorando um preconceito jamais visto no ensino superior; pondo em xeque excelência das faculdades e a competência do cotista formado, que poderá encontrar dificuldades ainda maiores no já competitivo mercado de trabalho, visto que sua capacidade intelectual estará sob suspeita.’’(Opinião de um leitor, Sessão Carta dos leitores, Jornal o Globo, junho de 2006)*

Os leitores ao escreverem os argumentos contrários às cotas raciais, afirmam também que as cotas causam uma segregação entre os cotistas e os não cotistas, e que reforçam o racismo; como se cotidianamente os negros já não fossem postos à margem da sociedade. Pesquisas em institutos renomados como o IBGE mostram que a realidade da população negra é diferente da realidade da população branca, e há desigualdades latentes em vários segmentos como saúde, escolaridade, saneamento, educação. O senso comum, representado por esses leitores, parece não atrelar a necessidade de cotas raciais à situação socioeconômica desvantajosa da população negra com relação à da população branca.

Quem possui maior conhecimento da história do Brasil sabe afirmar quem durante os mais de 500 anos de existência deteve e detém privilégios sociais. Entretanto nos afirmam Júnior; Daflon; Campos (2012)

> *‘’ Se não houvesse discriminação racial, pretos e pardos tenderiam a igualar o perfil socioeconômico dos brancos com o passar das gerações. Ou seja, a partir da abolição da escravidão deveríamos ter assistido a uma gradual aproximação entre os perfis socioeconômicos de cada grupo.’’(JÚNIOR; DAFLON; CAMPOS, 2012, p. 88)*

A constitucionalidade das cotas raciais também é questionada por um dos leitores. Porém a aprovação do sistema foi julgada constitucional, pois baseia-se no princípio da igualdade

material, como afirma relator Ricardo Lewandoswki durante o julgamento da constitucionalidade das cotas no Supremo Tribunal Federal:

> *‘’Para possibilitar que a igualdade material entre as pessoas seja levada a efeito, o Estado pode lançar mão seja de políticas de cunho universalista, que abrangem um número indeterminado de indivíduos, mediante ações de natureza estrutural, seja de ações afirmativas, que atingem grupos sociais determinados, de maneira pontual, atribuindo a estes certas vantagens, por um tempo limitado, de modo a permitir-lhes a superação de desigualdades decorrentes de situações históricas particulares’’ (LEWANDOWSKI, 2012)*

O racismo institucional, de acordo com Theodoro (2008) e seus desdobramentos, acabam por justificar as diferenças de ingresso entre brancos e negros a políticas e recursos, e também as dificuldades de reconhecimento da necessidade de políticas específicas de combate ao racismo, preconceito e discriminação racial, com isso o racismo institucional representa obstáculos ao enfrentamento da desigualdade e da discriminação racial quanto às políticas públicas.

Quando há algum tipo de benefício para a população negra e carente, a sociedade mostra sua indignação, pois a população, através do senso comum, não enxerga e não admite que o Brasil, um país considerado mestiço tenha práticas racistas. O senso comum acredita na democracia racial, em que brancos e negros vivem harmoniosamente, naturalizando as diferenças socioeconômicas entre brancos e negros. Além de não possuir consciência histórica ou política para notar a desvantagem social que tem a população negra, apesar das estatísticas mostrarem que os negros compõem praticamente a metade da população brasileira. A população branca, detentora de privilégios socioeconômicos, mostra-se incomodada com a possibilidade de um maior quantidade de negros terem mais oportunidades de ascensão social, pois uma elite intelectual negra e questionadora desmistifica a naturalização das desigualdades existentes no Brasil.

Capítulo III

População negra e ensino superior: onde os negros estão?

III. 1. As relações etnicorraciais no âmbito escolar

A escola é o lugar onde passamos a maior parte da vida, e nela devem ser aprendidas regras, e valores como respeito e solidariedade, entre outros. Educar é preparar o indivíduo para o convívio social, respeitando o outro para a uma convivência harmônica. No entanto, no período escolar, a criança negra passa por situações de conflito na escola, dificultando o processo de escolarização.

A criança negra desde a educação infantil, não se sente representada no meio escolar, pois na maioria das vezes não são apresentadas a ela referências positivas na escola: as histórias são de princesas brancas, os heróis são brancos. A cultura negra não é transmitida na escola, a não ser em datas comemorativas, como 13 de maio ou 20 de novembro. Com isso, a criança negra acaba não se sentindo parte do ambiente escolar, afastando - se cada vez mais da escola, e muitas vezes (atrelado a outros fatores) acaba abandonando a escola. Quando a criança negra passa a ter aulas de história principalmente, percebe que a história do seu povo é a história de um povo sofrido, humilhado, passivo ao sistema escravocrata imposto. Candau (2008) ressalta que no contexto escolar, o racismo e a discriminação assumem diversas manifestações. A interação entre os chamados ‘’diferentes’’ é marcada por situações de conflito, exclusão e negação, que pode chegar a variadas formas de violência.

O aluno negro, ao deparar – se com a história da escravidão, não quer atrelar sua condição de afro – descendente a situação inferiorizada que é apresentada. Sabemos que é importante abordar a escravidão, pois faz parte da história do Brasil. Porém, aspectos positivos da cultura negra deveriam ser abordados também para tentar elevar a autoestima da criança negra. Com isso, ou não é despertado o seu orgulho em pertencer à raça negra, ou ocorre o contrário: é despertada uma criticidade a respeito da história contada. O eurocentrismo, como afirma Quijano (2005) é o conhecimento elaborado a partir do pensamento europeu. É o pensamento que é reproduzido nas aulas de história e em seus materiais escolares. A história europeia é contada a partir da perspectiva europeia, com riqueza de detalhes sobre os países da Europa, culturas, guerras. Enquanto a história da África é reduzida à escravidão. Salienta Quijano (2005):

> *‘’A história é, contudo, muito distinta. Por um lado, no momento em que os ibéricos conquistaram, nomearam e colonizaram a América (cuja região norte ou América do Norte, colonizarão os britânicos um século mais tarde), encontraram um grande número de diferentes povos, cada um com sua própria história, linguagem, descobrimentos e*

> *produtos culturais, memória e identidade. São conhecidos os nomes dos mais desenvolvidos e sofisticados deles: astecas, maias, chimus, aimarás, incas, chibchas, etc. Trezentos anos mais tarde todos eles reduziam-se a uma única identidade: índios. Esta nova identidade era racial, colonial e negativa. Assim também sucedeu com os povos trazidos forçadamente da futura África como escravos: achantes, iorubás, zulus, congos, bacongos, etc. No lapso de trezentos anos, todos eles não eram outra coisa além de negros (QUIJANO, 2005, p.11) ''.*

A família também tem um papel muito importante no desenvolvimento da auto estima da criança, em especial da criança negra, pois para que a criança negra se identifique, são necessários estímulos, referências positivas, para que ela entenda que não é inferior, e sim diferente. O estímulo da identidade negra por parte da família é fundamental para que a criança desenvolva sua autoestima, e se conscientize e se orgulhe de suas características, de sua cultura.

Para Santomé (1995, p. 147), a escola transmite a ideologia da classe dominante, reforçando os preconceitos presentes na sociedade, seja contra o negro, o índio ou o pobre. As diversas práticas racistas são o resultado da história econômica, social, política e cultural da sociedade em que são produzidas, com o objetivo de justificar e afirmar os privilégios econômicos e sociais da classe dominante. Os livros escolares costumam difundir uma estética racista, em conjunto com estereótipos e preconceitos.

Na educação como afirma Candau (2008), a visão dicotômica e binária faz com dividamos entre ‘’bons’’, ‘’verdadeiros’’ e ‘’civilizados’’ e ‘’maus’’, ‘’falsos’’, ‘’ignorantes’’. Se há uma identificação com o primeiro grupo, a tendência é dominar, silenciar e subjulgar o outro. No âmbito educacional, esta dicotomia se faz presente quando são atribuídas ao fracasso escolar características étnicas e sociais dos alunos, quando escolas são diferenciadas de acordo com a origem dos alunos (as), diferenciando – os (as) por suas potencialidades, segregando os alunos ‘’bons ‘’ dos ‘’ruins’’.

A maioria das escolas não transmite aos seus alunos a diversidade cultural existente em nosso país. Ocupam-se em mostrar a história dos vitoriosos, os civilizados (brancos), em detrimento dos ‘’selvagens’’, inferiores (negros e índios). Esta situação faz com que a criança negra não se identifique com a sua história, e sua origem. A autoestima da criança negra não é desenvolvida no espaço escolar, com isso ela se sente inferiorizada, excluída e incapaz de absorver os conteúdos passados na escola.

Santomé (1995) afirma que a instituição escolar tende a assegurar uma uniformidade baseada na imposição cultural. O racismo vai se construindo sobre a consideração de inferioridade de todas as peculiaridades de um povo ou etnia, seja em seu aspecto físico, formas

de vida ou linguagem. Entretanto, a sua cultura, sua origem, ou seja, seu mundo não aparece nos conteúdos e ilustrações dos livros escolares e dos materiais curriculares. Ignorar a realidade, na prática, não significará optar pela neutralidade, e sim a reproduzir os preconceitos existentes na sociedade.

No entanto, é necessário repensar a prática docente, pois o professor tem papel fundamental na formação do aluno, e é importante que o docente tenha conhecimento da temática voltada para as relações raciais, para aplicação no âmbito escolar. Porém, na maioria das vezes, o professor não tem em sua formação, disciplinas que incluam relações étnico-raciais e suas aplicabilidades na escola. Então, além do professor ser despreparado, muitas vezes possui a postura de que já está consolidada a idéia de que a história contada é a verdadeira, a certa e que não é necessário incluir no currículo escolar a temática étnico-racial. Mas com a luta árdua dos movimentos sociais, a escola e seu corpo docente perceberam e ainda estão percebendo que é necessário sim, incluir nas escolas a temática racial. Ainda existe muita resistência por parte das instituições escolares, apesar da aprovação da lei 10.639/03, que obriga as instituições escolares a incluir o ensino da História e Cultura Afro – Brasileira. Acrescenta Candau (2008):

> *‘’ No caso da educação, promove-se uma política de universalização da escolarização, todos / as são chamados a participar do sistema escolar, mas sem que se coloque em questão o caráter monocultural e homogeneizador presente na sua dinâmica, tanto no que se refere aos conteúdos do currículo quanto às relações entre os diferentes atores, às estratégias utilizadas nas salas de aula, os valores privilegiados, etc (CANDAU, 2008, p. 21).’’*

As questões multiculturais se caracterizam pelo fato de serem provenientes das lutas dos movimentos sociais discriminados e excluídos, que reivindicavam maior diversidade cultural no âmbito escolar. No entanto, questões relativas ao multiculturalismo estão sendo incluídas recentemente nos cursos de formação de professores, mas de modo pouco significativo (CANDAU, 2008).

Superar os preconceitos sobre a África e o negro, para Gomes (2008) é uma das formas de impactar positivamente, de forma a proporcionar uma visão positivada sobre a pluralidade étnico-racial e entendo - a como um elemento rico da diversidade humana. A introdução da temática da cultura afro - brasileira na escola impacta não apenas a subjetividade dos negros, mas também dos outros grupos, como os brancos. O estudo da África, antiga e atual, nos âmbitos cultural, geográfico, histórico e político, poderá auxiliar a superar o racismo brasileiro. Pois a inferiorização do negro faz parte do pensamento racista brasileiro e é necessário desconstruir estereótipos para reverter à situação presente. Um estudo das civilizações africanas, da

diversidade cultural poderá ajudar a incluir a África e os africanos na história, e não como algo a parte.

É preciso respeitar a identidade cultural do educando, em especial o negro, e fazer com que sua autoestima seja estimulada. A diversidade cultural presente na escola deve ser valorizada e respeitada, e é preciso também que haja sempre referências positivas à negritude. Afirma Freire (2001):

> *‘’ A questão da identidade cultural, de que fazem parte a dimensão individual e a de classe dos educandos cujo respeito é absolutamente fundamental na prática educativa progressista, é problema que não pode ser desprezado. Tem que ver diretamente com a assunção de nós por nós mesmos. É isto que o puro treinamento do professor não faz, perdendo-se e perdendo-o na estreita e pragmática visão do processo (FREIRE, 2001, p. 42)”.*

Para Moreira e Câmara (2008) a cultura é uma prática produtiva, um espaço construtivo que dispõe de relativo grau de autonomia, com isso, a necessidade de valorizá-la devidamente. As formas de vida e as culturas dos grupos dominantes são tidas como os únicos padrões aceitáveis, ao passo que as dos outros, as dos marginais, são vistas como uma ameaça a homogeneização cultural, sendo desvalorizadas, desrespeitadas e reprimidas. Entretanto, é fundamental uma formação docente multicultural, não baseada apenas na aceitação de diferentes manifestações culturais, mas sim, na aprendizagem das habilidades necessárias a promover um diálogo que favoreça uma dinâmica crítica e autocrítica. A organização dos currículos em torno das categorias cultura, conhecimento, poder, ideologia, linguagem, discriminação, racimo, entre outros, deve permitir aos futuros professores a compreender melhor como indivíduos e grupos são oprimidos por fatores relacionados à raça, classe social e gênero, focos centrais do discurso multicultural.

Enfatizar a questão da identidade advém de reconhecer que determinados grupos sociais têm sido alvo de discriminações. Grupos compostos por negros, mulheres e homossexuais são discriminados constantemente, porém têm se revoltado contra a situação de opressão em que vivem e através de muitas lutas, têm conquistado maiores espaços e reafirmando seus direitos de cidadãos. Além da afirmação de suas identidades, tais grupos têm questionado a hegemonia da identidade ‘’superior’’, que é uma construção ideológica com finalidade de preservar privilégios constituídos (MOREIRA; CÂMARA, 2008).

É necessário empenho para que a incorporação dos conhecimentos sobre os afro - brasileiros na escola ultrapasse os tópicos especiais ou comemorativos, pois, falar sobre o índio no dia 19 de abril e sobre os afro - brasileiros no dia 13 de maio contribui pouco para que as crianças compreendam-se além de povos discriminados e escravizados. A visibilidade sobre estes

segmentos em sala de aula tem que fazer parte do cotidiano e de toda a rotina escolar, fazendo com que sejam atendidas suas necessidades específicas. Por conseguinte, conclui-se que é fundamental buscar estimular a criança negra para o autoconhecimento, motivando-a a conhecer e reconhecer sua identidade, apostando em suas capacidades e motivando-as, a fim de contribuir para a promoção de seu sucesso pessoal e escolar (ROMÃO, 1999).

Para que de fato, a mudança de postura por parte da escola em relação à diversidade cultural aconteça, o corpo docente precisa estar receptivo a novos conhecimentos e a novos olhares sobre a temática racial. Repensar a prática docente é fundamental para melhorá-la, com a finalidade de atender a diversidade cultural presente na escola. A perspectiva intercultural que Candau (2008) defende, tem por objetivo promover uma educação para o reconhecimento do outro, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais, para a ‘’negociação cultural’’, que enfrenta conflitos entre os diferentes grupos em nossa sociedade favorecendo a construção de um projeto no qual as diferenças seriam incluídas. Proporcionar e favorecer uma maior dinâmica mais plural das identidades culturais é fundamental, além do reconhecimento dos processos de negação e hibridização e silenciamento de algumas culturas para trabalhar de forma mais heterogênea é um exercício de fundamental importância.

Ao educador cabe auxiliar na construção de relações positivas entre as culturas, o que não necessariamente acaba com os conflitos existentes no âmbito escolar. Por isso, repensar a prática docente é um desafio, que consiste também em criar situações favoráveis ao reconhecimento das diferenças, com exercícios para nos colocarmos no lugar do outro, mesmo que minimamente, descentrar visões e interagir com o ‘’outro’’ sem estereotipar.

É necessário que o estudante perceba nitidamente a existência de preconceitos e discriminações, e identifique como essas situações podem afetar de alguma maneira sua vida pessoal, e sua identidade (MOREIRA; CÂMARA, 2008). Ao estudante, cabe a percepção da dinâmica racial da realidade brasileira, em que os negros estão em situação de inferioridade nas diversas esferas da sociedade, resultado para além de outros fatores, de anos de opressão, racismo e desigualdade de oportunidades. O estudante compreendendo melhor a dinâmica da sociedade brasileira poderá ter maiores condições de lutar por melhores condições de vida e inserção em espaços em que uma pequena parcela de negros freqüenta, como as universidades e altos cargos no mercado de trabalho.

III. 2. O vestibular e as desigualdades

Em capítulos anteriores, foi abordado que são distintas as trajetórias escolares de crianças negras e brancas. Este item tem por objetivo analisar a trajetória do jovem negro, em comparação

com a do branco que chega ao ensino médio, no qual se inicia o vestibular e a escolha da profissão.

Apesar de segundo o IBGE, ter aumentado de 27% para 51% a frequência de estudantes entre 18 e 24 anos no ensino superior, essa expansão educacional apresenta disparidades, principalmente se levado em conta o critério racial. De acordo com o IBGE, o percentual de negros no ensino superior passou de 10,2% em 2001 para 35,8% em 2011. Esse aumento na frequência entre jovens pardos ou pretos não foi suficiente para alcançar a mesma proporção apresentada pelos jovens brancos dez anos antes - que era de 39,6%. Hoje, o número de brancos entre 18 e 24 anos que estão na universidade atinge 65,7% do total.[18]

Esses dados mostram que, apesar do aumento significativo da presença de negros no ensino superior, após a aprovação das cotas raciais para universidades em 2001, a população branca ainda encontra-se em situação vantajosa no que se refere à freqüência no ensino superior. Além disto, estes dados demonstram que ainda faltam mais ações concretas para que a população negra de fato tenha as mesmas oportunidades de inserção no ensino superior do que a população branca.

No ensino médio, no ano de 2008, o percentual de estudantes brancos que freqüentavam a rede pública de ensino foi de 79,7%. Já o percentual de estudantes pretos e pardos, 92,3% (PAIXÃO, ROSSETO et al. 2010).

Os resultados acima demonstram que as barreiras estruturais impostas à população negra fazem com que poucos negros, em comparação com os brancos, cheguem ao nível médio, escolaridade que concluída, é antecessora obrigatória para a tentativa de ingresso ao ensino superior. Mostram que, apesar de mais negros freqüentarem o nível médio, poucos freqüentarão o ensino superior. Além disso, desses números apresentados referentes à população preta que freqüenta o ensino médio, podem a qualquer momento sofrer alterações, pois muitos negros acabam saindo da escola no ensino médio antes da conclusão, por ter que trabalhar para auxiliar no sustento da família, por acabar repetindo o ano letivo, por sua autoestima não ter sido estimulada na trajetória escolar, acaba saindo da escola sem concluir o ensino médio.

A população negra, além dos motivos citados acima, apresenta outros motivos para não chegarem a concluir o nível médio. Jovens negros, em idade escolar, morrem diariamente em nosso país por diversas causas, e morrem mais do que jovens brancos na mesa idade, como veremos a seguir. Um estudo realizado pela UNICAMP, em 2010, constatou que o risco de uma

[18]Disponível em: < http://noticias.terra.com.br/educacao/ibge-em-10-anos-triplica-percentual-de-negros-na-universidade,4318febb0345b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.htmlpublicidade > . Acesso em: 4. ago.2014

pessoa negra morrer por causa externa (ou violenta) era em 2010, 56% maior que o de uma pessoa branca; no caso de um homem negro, o risco era 70% maior que o de um homem branco. Além disso, independentemente dos anos de estudo, as pessoas negras apresentavam 70% mais risco de morrer por tuberculose do que as pessoas brancas.[19]

Esses dados mostram que não vivemos em plena democracia racial como muitos afirmam. Os negros continuam à margem da sociedade brasileira, apresentando índices inferiores relacionados a diversos aspectos socioeconômicos: escolaridade, acesso à saúde, saneamento. Só apresentam índices superiores aos brancos no que se refere à taxa de mortalidade. Os negros morrem mais do que os brancos, porque são vítimas dos mais diversos problemas sociais do qual o racismo não pode ser excluído. A qualidade da educação básica pública, argumento usado contrariamente às cotas raciais, é importante para que os estudantes tenham preparo para as séries subseqüentes, e consequentemente, para o ensino superior. Maiores investimentos e valorização da educação de uma forma geral farão com que haja uma melhora significativa no sistema educacional brasileiro. Mas, sabemos que a realidade da educação pública neste país é diferente. Não há investimento suficiente em educação pública, salvo poucas exceções. De uma forma geral, a educação pública não apresenta boa qualidade: escolas sucateadas, professores desmotivados, alunos também desmotivados e despreparados para prosseguir os estudos. Com isso, muitas pessoas que têm condições financeiras para arcar com os estudos de seus filhos, optam por colocá-los em instituições privadas, por considerar a qualidade do ensino superior a do ensino público. Dados coletados no Censo Escolar 2010 mostraram que em alguns estados, um percentual considerável de escolas apresenta condições de infra-estrutura muito precárias. A falta de energia elétrica, rede de esgoto e abastecimento de água são situações não tão raras em escolas localizadas em zonas rurais. Em áreas urbanas verificam-se muitas escolas sem biblioteca e internet, entre outros fatores estruturais[20]. O percentual de estudantes brancos que freqüentavam o ensino médio, em instituição particular no ano de 2008, era de 20,3%, e de estudantes pretos e pardos, 7,7%. (PAIXÃO, ROSSETO et al. 2010).

Há poucos negros em escolas particulares, pois pelo alto custo para manter um filho em uma escola particular, a maioria das famílias negras não possui condições financeiras para arcar com os estudos dos filhos, pois além de possuírem um salário abaixo da média dos brancos (em 2013, pessoas de cor preta ou parda de acordo com os critérios oficiais de classificação do IBGE ganhavam, em média, pouco mais da metade (57,4%) do rendimento recebido pelos trabalhadores de cor branca) [21], os negros ainda convivem com patamares de desemprego mais elevado. Em todas as regiões verificou-se que a proporção de negros entre os desempregados é

[19] Disponível em :< http://www.unicamp.br/unicamp/ju/525/gera%C3%A7%C3%A3o-perdida>. Acesso em: 26.jun.2014

[20]Disponível em: <http://gestaoescolar.abril.com.br/espaco/infraestrutura-situacao-escolas-brasileiras-681883.shtml>. Acesso em: 5. ago.2014

[21]Disponível em:< http://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2014/01/30/trabalhadores-negros-ganham-pouco-mais-da-metade-dos-brancos-mostra-ibge.htm.> Acesso em: 5. ago. 2014

sempre superior à parcela de negros entre os ocupados e no conjunto da População Economicamente Ativa (PEA) (DIEESE, 2013).

Esses indicadores mostram que o acesso dos brancos à universidade pública, provém provavelmente do fato de que, no período inicial de sua formação escolar, freqüentam majoritariamente escolas particulares, aumentando assim suas chances de aprovação no vestibular, que é um concurso que apresenta um alto grau de dificuldade. Com os estudantes pretos e pardos ocorre o inverso: são mais dependentes das instituições públicas de ensino para obterem escolaridade, e com isso terão menos preparo para concorrer nos exames vestibulares e ingressar nas universidades públicas.

Relativo ao ensino superior, o percentual de brancos que freqüentavam instituições privadas é de 79,2%, e o de negros, 74,5% (PAIXÃO, ROSSETO et al. 2008). Esses dados podem explicar o motivo pelo qual os negros, ao concluírem o ensino médio, procuram as instituições privadas para cursar o ensino superior. Pois, além do processo seletivo para ingresso no ensino superior privado ser mais simplificado, e o ensino ser pago há grandes chances dos estudantes conseguirem bolsas de estudo, parciais ou totais; além de outras formas de financiamento, como o FIES[22] e o PROUNI[23] entre outros, que ampliam as chances para cursar o ensino superior.

Cursando o ensino médio, os alunos que desejam cursar o ensino superior, fazem o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). O ENEM, exame de caráter individual e voluntário, é oferecido anualmente aos egressos e concluintes do ensino médio, com o intuito de possibilitar uma referência para avaliação de desempenho. No entanto, os resultados desta avaliação vêm sendo usados por instituições de ensino superior em seus processos seletivos. A partir do ano de 2004, o Enem tornou-se um dos critérios de seleção para o ProUni, que concede bolsas de estudo para cursos de graduação em instituições particulares de ensino superior. No ano de 2009, o Enem passou a ser utilizado como forma de seleção unificada nos processos seletivos das universidades públicas federais (PAIXÃO, ROSSETO et al. 2010). O Enem também é utilizado para o acesso a programas oferecidos pelo Governo Federal, tais o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o programa Ciência sem Fronteiras (INEP, 2013).

O percentual de brancos inscritos no Enem de 2013 foi de 39,55%, o de pretos, 12,43% e pardos 43,42% (INEP, 2013). Houve um crescimento da inscrição de negros e pardos no Enem (no Enem 2010, por exemplo, foram 542 mil negros e 1,8 milhões de pardos; no ano de 2013 passaram para 891 mil negros e 3,1 de pardos) (INEP, 2013). Este aumento se deu por inúmeros

[22]]O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. Disponível em:< http://sisfiesportal.mec.gov.br/fies.html> . Acesso em 4. ago. 2014

[23]]O Programa Universidade para Todos - Prouni tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005 oferece, em contrapartida, isenção de tributos àquelas instituições que aderem ao Programa. Disponível em:<http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124&Itemid=140> . Acesso em 4. Ago.2014

fatores, entre eles a ampliação das vagas nas universidades públicas através do sistema de cotas raciais, que possibilita aos negros maiores chances de ingressar no ensino superior.

Se as oportunidades fossem de fato iguais, não haveria tanta discrepância relacionada à qualidade de vida de negros e brancos. Não é à toa ou porque os negros são incompetentes. É necessário conhecer um pouco da história brasileira para compreender que aos negros foi negado qualquer tipo de oportunidade para uma vida digna, e condições para subsistência. E com o passar do tempo, não houve ações suficientes para que os negros saíssem da situação precária em que se encontravam, para alcançarem a real igualdade com a população não negra. Pelo contrario, os negros sofrem e continuam sofrendo com o descaso do Estado e pelo racismo que enquanto ideologia permeia todas as relações sociais e prejudica a ascensão dos negros.

III. 2.1 O processo para ingressar na Universidade Pública: apenas uma questão de mérito?

Para tentarmos compreender o porquê do exame do vestibular atualmente ser tão difícil e excludente, será feito um breve histórico do processo de implantação do vestibular, e como ele foi se modificando com o passar dos anos para chegar ao que é visto hoje.

A palavra vestibular vem do latim *vestibulum*, que significa entrada. Antigamente usava - se a expressão “exame vestibular” (exame de entrada). Com o passar do tempo, passou-se a usar apenas “vestibular” para designar esse tipo de prova. Até o início do século XX, as universidades brasileiras eram ocupadas por estudantes de colégios tradicionais como Dom Pedro II no Rio de Janeiro. Com o aumento da procura, que ultrapassou o número de vagas disponíveis, o então Ministro da Justiça e dos Negócios, Rivadávia da Cunha Corrêa, instituiu o vestibular no Brasil, em 1911[24].

As provas eram escritas e orais, continham questões de língua portuguesa, língua estrangeira, ciências (matemática, física e química) e conteúdo do primeiro ano de faculdade, onde os alunos recorriam a aulas especiais para estudar as matérias específicas, daí o surgimento dos cursinhos. Nos anos 60 as provas das universidades federais eram realizadas todas no mesmo dia, o que impossibilitava o aluno de concorrer a mais de uma vaga em universidades do país, a não ser pelo vestibular unificado (um mesmo vestibular para várias instituições), que também surgiu nessa época. Neste mesmo período, afirma Franco (1989), a falta de vagas nas universidades gerou a questão dos chamados ‘’excedentes’’ e a mobilização dos estudantes. A solução encontrada foi a unificação das provas, com um vestibular único, com o

[24]ALVES, S.B. A origem do vestibular no Brasil. Disponível em: < http://vestibular.brasilescola.com/especial/a-origem-vestibular-no-brasil.htm> Acesso em 15. Ago. 2014

mesmo conteúdo para todos os cursos e áreas de conhecimento previsto na lei nº 5540/68[25] e o chamado sistema classificatório.

O vestibular sempre pertenceu a um grupo privilegiado economicamente, apesar de na década de 60 ter havido alguma abertura aos mais pobres quando foi criado o vestibular de caráter objetivo. Estes fatos contribuíram para a exclusão da população pobre do meio acadêmico, e a *''elitização do ensino superior'',* pois o processo do vestibular viabilizou a indústria do vestibular (BRÊTA, 2008).

Em 1970, foi criada a Comissão Nacional do Vestibular Unificado para regulamentar a seleção. Com isso, os vestibulares passaram a ter datas distintas e o conteúdo da prova foi restrito a matérias do ensino médio. A FUVEST foi criada em 1976, unificando os vestibulares da Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual Paulista (UNESP) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Essa unificação durou pouco tempo, em 1983 a UNESP se desvinculou e em 1985 a Unicamp fez o mesmo. Ainda assim, até hoje, a FUVEST continua sendo o maior vestibular do Brasil.[26]

O decreto nº 68908/71 determinou o vestibular classificatório, no qual os candidatos seriam admitidos até o limite de vagas determinadas. A classificação era feita em ordem decrescente de resultados, não dependendo da nota mínima tirada. O objetivo era excluir os ''excedentes'' (FRANCO, 1989).

A criação das instituições privadas de ensino superior foi uma alternativa para o aumento de vagas nas universidades. No fim dos anos 70 e início dos anos 80, houve um retorno da questão das vagas, porém a preocupação era a não ocupação de vagas ociosas, após a introdução do limite do número mínimo de acertos (30% do total das questões objetivas) e as questões discursivas.

A partir dos anos 80, houve mudanças no processo seletivo do vestibular. A prova de redação foi reintroduzida de forma obrigatória. Como diz Franco (1989):

> *''Não é só o sentido do preenchimento/não preenchimento de vagas que muda. Com o reconhecimento do despreparo dos egressos do 2º grau e a crítica reiterada as questões de múltipla escolha mudou também a natureza dos concursos vestibulares que, com o limite de acertos, voltam a ser de habilitação e são acusados de reforçar o elitismo da universidade (FRANCO, 1989, p.4)''.*

[25]]Alei 5540/68 Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em:< http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109783/lei-5540-68> Acesso em 15. ago.2014

[26] ALVES, S.B. A origem do vestibular no Brasil. Disponível em: < http://vestibular.brasilescola.com/especial/a-origem-vestibular-no-brasil.htm> Acesso em 15. Ago. 2014

Franco (1989), afirma que após pressões das universidades públicas, o MEC admite o incômodo do Ministério da Educação em criar um único modelo de vestibular, e a necessidade de realização de pesquisas sobre a temática. Além de analisar as diversas experiências ocorridas no Brasil e a possibilidade de realização de novas experiências nas universidades, no que se referia à autonomia.

Nos dias atuais, o estudante ao concluir o ensino médio, se desejar (e puder) cursar o ensino superior, em especial em uma universidade pública, precisa passar por algumas etapas, até finalmente conquistar a tão almejada vaga em uma universidade. A primeira etapa é a prova do Enem[27], que é a ‘’porta de entrada’’ para as universidades públicas e também privadas. O conteúdo das provas do Enem é definido a partir de matrizes de referência em quatro áreas do conhecimento: Linguagens, códigos e suas tecnologias, que abrange o conteúdo de Língua Portuguesa (Gramática e Interpretação de Texto), Língua Estrangeira Moderna, Literatura, Artes, Educação Física e Tecnologias da Informação; Matemática e suas tecnologias; Ciências da Natureza e suas tecnologias, que abrange os conteúdos de Química, Física e Biologia e Ciências Humanas e suas tecnologias, que abrange os conteúdos de Geografia, História, Filosofia, Sociologia e conhecimentos gerais.

O Exame é constituído de 1 (uma) redação em língua portuguesa e de 4 (quatro) provas objetivas, contendo cada uma 45 (quarenta e cinco) questões de múltipla escolha. A prova é dividida em duas etapas: no primeiro dia, serão realizadas as provas de Ciências Humanas e suas Tecnologias e de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, com duração de 4 horas e 30 minutos, contadas a partir da autorização do aplicador para início das provas; no segundo dia de aplicação do Exame, serão realizadas as provas de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Redação e Matemática e suas Tecnologias, com duração de 5 horas e 30 minutos, contadas a partir da autorização do aplicador para início das provas (INEP, 2014).

Nota-se que para fazer a prova do Enem, o estudante para ser aprovado, deve ter uma base teórica consistente na sua trajetória escolar. Pois o grau de dificuldade desta prova, tão importante e necessária para alcançar a aprovação no vestibular é alto. Muitos estudantes fazem cursos preparatórios para tornarem-se mais preparados para conseguir a aprovação. Os aprovados no Enem podem utilizar os resultados obtidos para acessar ao ensino superior como única fase de seleção, ou concomitante com os processos seletivos próprios. Em 2010, foi criado o Sisu (Sistema de Seleção Unificada), que seleciona os estudantes para instituições públicas de educação superior com base no desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).[28] Aos que optarem por cursar o ensino superior em instituição privada, o resultado do Enem já garante o acesso ao Prouni.

[27]O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi criado em 1998 com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da educação básica, buscando contribuir para a melhoria da qualidade desse nível de escolaridade. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/enem/sobre-o-enem>. Acesso em 10. ago.2014

[28]Disponívelem:<http://portal.inep.gov.br/c/journal/view_article_content?groupId=10157&articleId=104395&version=1.2>. Acesso em: 10. Ago. 201

Em todo o Brasil, universidades públicas estão utilizando o Sisu para o ingresso de estudantes. No Rio de Janeiro, as instituições: IF Fluminense - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (utiliza o Sisu para o preenchimento de 50% de suas vagas), IFRJ - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro**,** UFF - Universidade Federal Fluminense, UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro**,** UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Unirio - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro utilizam o Sisu para a seleção dos estudantes.[29] O processo seletivo para ingressar na UERJ, instituição em que analisarei mais minuciosamente neste trabalho e que não aderiu ao Sisu, será descrito mais adiante.

Aos que tentarão prestar vestibular e optarão pelo sistema de cotas, devem primeiro passar pelo Enem, como todos os estudantes, porém poderão ou não utilizar o Sisu. A lei de cotas também define que, dentro do sistema de cotas, metade das vagas deverá ser preenchida por estudantes com renda familiar mensal por pessoa igual ou menor a 1,5 salários mínimo e a outra metade com renda maior que 1,5 salários mínimos. Há, ainda, vagas reservadas para pretos, pardos e índios, entre as vagas separadas pelo critério de renda. A distribuição das vagas da cota racial é feita de acordo com a proporção de índios, negros e pardos do Estado onde está situado o campus da universidade, centro ou instituto federal, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O único documento necessário para comprovar a raça é a autodeclaração, como consta na Lei 12711/12[30].

No entanto, algumas universidades não aderiram ao Sisu. Com isso, além do Enem, os estudantes têm que prestar vestibular para a universidade onde desejam estudar. O processo para ingressar em uma universidade pública requer tempo, preparo, dedicação e condições financeiras, pois a maioria dos estudantes que possuem condições financeiras, optam por fazer cursos preparatórios para o vestibular, que são caros e são em horários alternativos ao horário escolar. Como a maioria da população pobre é composta por negros (como foi visto no capítulo anterior) não são vistos em pré–vestibulares de renome uma grande quantidade de negros. Para os negros e carentes, há a opção dos cursos pré- vestibulares para negros e carentes, que são cursos preparatórios para o vestibular voltados para jovens negros que não possuem condições financeiras para arcar com cursos preparatórios, mas desejam adquirir mais conteúdo para prestar esse exame.

[29]Disponível em:< http://guiadoestudante.abril.com.br/vestibular-enem/onde-estudar-cursos-enem/>. Acesso em: 10. ago.2014

[30]Lei 12711/12. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em 10.ago.2014

Aos que desejam prestar vestibular para cursos considerados de ‘’prestígio social’’, por serem de alto custo de manutenção, como Medicina, Odontologia, Engenharias, a exigência para um bom resultado é maior, pois quanto mais concorrido e prestigiado o curso, maior é a nota de corte para a aprovação. Para o curso de Medicina na UFRJ, por exemplo, a nota de corte é de 822,82, e com cotas, 766,39. Para o de Odontologia na UFF por exemplo, a nota de corte é de 763,89 e para que optou por cotas, 682,66.[31]

Com isso, o estudante que deseja ingressar na universidade pública, e em especial cursar uma carreira de prestígio, no qual a concorrência é maior, mesmo através das cotas deve estar muito bem preparado para ser aprovado,ao contrário dos que pensam que o estudante cotista não precisa estudar para ser aprovado, e que o cotista não conseguirá pelo seu mérito. Contudo, o jovem negro inicia em desvantagem, pois a maioria dos estudantes negros, como já foi abordado, não possui em sua trajetória escolar, base suficiente para competir em pé de igualdade com estudantes que sempre estudaram em colégios elitizados, e que não precisaram conciliar estudos com trabalho, realidade de muitos jovens negros.

A Lei 12711/2012, sancionada pela presidente Dilma Rousseff, determina a obrigatoriedade das instituições federais de educação superior a reservar vagas para estudantes que cursaram o ensino médio integral em escolas públicas, para os estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita, e para os estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esta lei representa um avanço para a sociedade brasileira, e faz com que as universidades federais brasileiras adotem também o sistema de cotas raciais, ampliando as oportunidades para os negros que desejam ingressar no ensino superior.

Atualmente, além da UERJ, que adotou o sistema de cotas desde o ano de 2004, outras instituições como a UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul) que oferece cotas com reserva de 20% das vagas para negros e 10% para índios desde 2003 (CORDEIRO, 2013). A Universidade Federal da Bahia aprovou desde 2004 o sistema de cotas para candidatos que cursaram os três anos do ensino médio e mais um ano do ensino fundamental na rede pública, estabelecendo 36,5% das vagas para os autodeclarados pretos e pardos e 6,5% para os autodeclarados não negros e 2% para os indiodescendentes, além da reserva de duas vagas extras em cada curso, para índios aldeados e estudantes advindos de comunidades quilombolas (SANTOS; QUEIROZ, 2013). A Universidade Estadual de Londrina adota o sistema de cotas desde 2004, e foi definido que até 40 % das vagas seriam reservadas a estudantes oriundos da

[31]Disponível em: <http://blogdoenem.com.br/odontologia-nota-de-corte-sisu/> Acesso em 10.ago.2014

escola pública, sendo que até metade dessas vagas seriam destinadas a estudantes da escola pública que se autodeclarassem negros. Porém, o vestibular de 2013 previu a reserva efetiva de 40% das vagas de cada curso para os estudantes de escola pública e metade destas vagas para negros (SILVA; PACHECO, 2013). A Universidade Federal de Juiz de Fora adotou as cotas desde 2006, reservando vagas para negros egressos de escolas públicas; egressos de escolas públicas e não cotistas. Porém em 2006 foram reservadas 30% das vagas, em 2007, 40% e a partir de 2008, 50 % das vagas, no entanto os cotistas negros egressos de escolas públicas ocupariam a metade dessas vagas (BERALDO; MAGRONE, 2013). A Universidade Federal do Rio Grande do Sul adotou as cotas no ano de 2008, determinou que 30% das vagas seriam para alunos que comprovadamente estudaram ao menos a metade do ensino fundamental e todo o ensino médio em escolas públicas. Destas vagas, 15% seriam para os estudantes autodeclarados negros e dez vagas foram criadas para estudantes indígenas indicados por suas comunidades (MONSMA; SOUZA; SILVA, 2003). Outras Universidades como a Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal de Sergipe, entre outras também adotaram o sistema de cotas, com diferentes percentuais e critérios para ingresso.

III. 2.2 Os pré – vestibulares para negros e carentes: um breve histórico da Educafro

O curso preparatório para negros e carentes, alternativa para jovens negros que não possuem recursos para custear seus estudos, surgiu para impulsionar a inserção de negros no ensino superior, pois como já vimos, algumas barreiras são colocadas para dificultar a ascensão da população negra na sociedade brasileira.

No Brasil, são historicamente variadas as demandas e reivindicações pela universalização do acesso à educação. A demanda popular para a educação superior cresceu na década de 90, devido ao aumento da escolaridade das classes populares urbanas, a queda do poder aquisitivo da classe média, junto com as reivindicações dos movimentos sociais populares, como o movimento negro. Com isso, surgiu no país uma enorme mobilização social através da organização de pré – vestibulares voltados para preparação de estudantes de classes populares e de grupos historicamente excluídos e discriminados. Os chamados pré – vestibulares populares são iniciativas educacionais de grupos não institucionalizados juridicamente e entidades diversas ligadas às questões populares da sociedade (NASCIMENTO, 2012).

A criação de cursos preparatórios voltados para a população negra é resultante também de muita luta do movimento negro, que trabalha para tentar fazer com que a população negra saia da pobreza absoluta, e tenha melhores condições de vida. Salienta Nascimento (2012):

> *'' A existência de cursos pré- vestibulares populares, por si só, denuncia que as políticas educacionais, apesar de terem formalmente caráter universal, do ponto de vista histórico são pouco comprometidas com a democracia, com a universalização material do direito à educação; denuncia, também, desigualdades e a existência e preconceitos e discriminações no comportamento e nas dinâmicas das instituições educacionais (NASCIMENTO, 2012, p.56)''*

A criação de cursos preparatórios para negros e carentes problematiza o por quê da necessidade de um pré - vestibular direcionado para negros e carentes, visto que o senso comum acredita que as oportunidades são iguais, e sabemos que não são. Se de fato as oportunidades fossem iguais, jovens negros estariam ocupando massivamente os pré-vestibulares regulares, e não é o que ocorre na realidade. Com isso, Nascimento (2012) afirma que a parcela da população que possui maior poder aquisitivo, e que pode pagar por cursos preparatórios, é subsidiada pelo Estado ao cursar o ensino superior, e com isso a parte mais pobre da população é prejudicada, pois além de não possuir capital para financiar cursos, o subsídio estatal é deficiente para o ensino básico.

Os cursos pré – vestibulares, apesar da expansão nos anos 90, surgiram na década de 70. Em 1975, havia o Centro de Estudos Brasil – África (Ceba), uma organização do Movimento Negro, localizada no Município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro (NASCIMENTO, 2012). Porém, na década de 1990 que esta organização em prol da inserção de negros e carentes ao nível superior ganhou força.

A iniciativa de organização de um Curso Pré-Vestibular para estudantes negros surgiu a partir das reflexões da pastoral do Negro, em São Paulo, entre o final da década de 80 e início dos anos 90. No Rio de Janeiro, em 1986, foi inaugurado o Curso Pré-Vestibular da Associação dos Funcionários da UFRJ (ASSUFRJ, atual SINTUFRJ). Na Bahia em 1992, surgiu um curso pré-vestibular, por meio da cooperativa Stive Biko, que teve como finalidade inserir a juventude negra de Salvador na Universidade. [32] No Rio de Janeiro, também em 1992, surge o curso Mangueira Vestibulares, um curso comunitário, voltado aos estudantes do morro da Mangueira. Essas experiências deram uma grande contribuição para a criação do PVNC (Pré – Vestibular para negros e carentes).

O PVNC surgiu na Baixada Fluminense em 1993, devido à insatisfação de educadores com as dificuldades de acesso dos estudantes ao ensino superior, principalmente os pertencentes de grupos populares e discriminados. O PVNC também surgiu para articular setores excluídos da sociedade para uma luta mais abrangente contra a discriminação racial e pela democratização da

[32]Disponível em:< http://www.sentimentanimalidades.net/pvnc/historicopvnc.htm> Acesso em 10. Ago. 2014

educação, em especial no ensino superior. O curso encerrou suas atividades em novembro, com 50 alunos. Desses alunos, alguns foram aprovados em vestibulares: uma aluna para a UFF - Niterói, um aluno para a UFF - Baixada, uma aluna para a UERJ e quatro alunos para a PUC-RJ. Com o sucesso e repercussão do trabalho realizado em 1993, outros grupos (entidades populares, entidades do movimento negro, igrejas, educadores, escolas, entre outros) organizaram novos núcleos de Curso Pré-Vestibular para Negros e Carentes[33].

Este novo núcleo foi concebido e organizado por David Raimundo dos Santos, Antônio Dourado, Luciano de Santana Dias e Alexandre do Nascimento, que contrataram professores, conseguiram duas salas de aula no Colégio Fluminense e realizaram o trabalho de divulgação e reuniões com os primeiros alunos interessados, com isso, possibilitaram, em cinco de junho de 1993, a fundação do Curso Pré-Vestibular para Negros e Carentes na Igreja da matriz de São João de Meriti, com uma aula inaugural. O curso recebeu o nome de Pré-Vestibular para Negros e Carentes. Para o primeiro curso foram feitas cerca de 200 inscrições. Dos inscritos, 100 alunos começaram a estudar em duas turmas. Muitos alunos evadiram e outros entraram durante o período de realização do curso (de junho a novembro). Ainda em 1993, a coordenação do curso conseguiu isenções de taxa de vestibular na UERJ e na UFRJ, e bolsas de estudo para os estudantes.[34]

O grupo eclesial, capitaneado por Frei David, conseguiu mobilizar uma rede de contatos articulados, que se empenhavam em conseguir espaços para realização de cursos pré-vestibulares. No início de 1994, seis núcleos já começaram a funcionar; desses seis espaços, cinco funcionavam em igrejas ou espaços religiosos.

Com isso, essas lideranças estimulavam que o trabalho fosse realizado por membros jovens das igrejas, o que aumentava a participação de pessoas e entidades envolvidas, como militantes da ‘’Juventude Operária Cristã’’, Agentes da Pastoral da Juventude e outras organizações. No final de 1994, já eram mais de 15 cursos funcionando, resultado da mobilização em torno da ampliação dos cursos preparatórios para o vestibular voltados para negros e carentes (SANTOS, 2006).

Após 1994, com a repercussão do trabalho feito em 1993 (foram aprovados em Universidades como UERJ, UFF, UFRJ e PUC-RJ 34% dos estudantes que fizeram o curso no

[33] Disponível em:< http://www.sentimentanimalidades.net/pvnc/historicopvnc.htm> Acesso em: 10. ago. 2014
[34]]Disponível em:< http://www.sentimentanimalidades.net/pvnc/historicopvnc.htm> Acesso em: 10. ago. 2014

ano anterior). No ano de 1995, foi instituído o Conselho Geral, que faz reuniões mensais com a finalidade de debater questões com o mesmo objetivo.[35]

O vocabulário e o significado atribuído aos cursos foram modificados gradativamente. No início de 1994, cada unidade era chamada de ‘’curso’’, em meados de abril, cada curso era chamado de ‘’frente’’. Em 1995, surge o nome ‘’núcleo’’, que é até hoje usado. Essas mudanças de denominações representam uma ampliação da visão sobre o trabalho e de autonomia dos ‘’núcleos’’ (SANTOS, 2006).

O ano de 1994 foi um ano de grande importância e crescimento dos PVNC. Foi o ano de adesão de novos grupos, articulações, debates, conflitos, reflexões coletivas ao PVNC, além da criação do Jornal e das aulas de Cultura e Cidadania (NASCIMENTO, 2006). Entretanto, com a entrada de militantes experientes, houve novos interesses e novas influencias e com isso, maiores divergências dentro do grupo, principalmente no que se referia ao financiamento. Com isso, os militantes dividiram-se em dois ‘’campos ‘’ distintos: o campo Amplo (que reunia variadas concepções) e o campo Negro- Eclesial.

> *‘’Ou seja, travava-se de um embate entre as bandeiras fundadoras do movimento, no qual a do anti- racismo se mostrou hegemônica, confrontada a outras em cuja base de construção se encontravam identidades decorrentes de construções espaciais, ideológico- partidárias e outras (NASCIMENTO, 2006, p.246) ‘’*

Frei David tinha a intenção de colocar a questão racial como motivador principal de sua militância. Porém, o grupo inicial era composto também por pessoas que não tinham a questão racial como elemento principal, com isso provocando conflitos internos. No entanto cada vez mais a instituição torna- se uma arena de disputas diversas, pois ali estavam concepções, projetos e idéias diferentes (NASCIMENTO, 2006).

As questões internas do PVNC influenciaram o futuro da instituição, pois os conflitos constantes ocasionaram posteriormente na divisão do grupo e na fundação da Educafro por Frei David, como veremos a seguir.

O ano de 1996, o PNVC, independentemente das questões internas, foi o ano de grande reconhecimento social. Houve um grande trabalho de divulgação na mídia, além de ampliação da rede de contatos, pois os membros do PVNC possuíam contatos com outras instituições e movimentos sociais. A instituição passou a ser um articulador nas discussões em torno da questão racial e do acesso da população negra no ensino superior (NASCIMENTO, 2006).

[35]NASCIMENTO, A. Os Cursos Pré-Vestibulares Populares. Disponível em:<http://www.alexandrenascimento.com>. Acesso em 11. ago. 2014

Em 1997, afirma Nascimento (2006), foi criada em São Paulo, por Frei David, a Educafro (Educação e Cidadania dos Afro - Descendentes e Carentes). A instituição surge em um momento de questionamentos, num contexto em que David vinha perdendo gradativamente seu poder. Entretanto, num primeiro momento, Frei David não perde totalmente sua vinculação com o PVNC, pois permanece nele até 2001, ano da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada na África do Sul. O PVNC passa a ter maior destaque, se tornando uma referência para a luta da população negra e da discussão acerca da democratização da educação.

O Governo Federal passou a ser pressionado para posicionar-se diante das questões raciais, e através da SEDH (Secretaria de Estado de Direitos Humanos), passa a manter contatos com representantes do Movimento Negro. E a ideia de cursos pré – vestibulares dirigidos à população negra acabou se fortalecendo, fazendo com que políticos começassem a dialogar sobre as questões raciais no Brasil. Com isso, em 1999, a SEDH realizou em Brasília, uma reunião com cursos pré- vestibulares de vários Estados. Nesse mesmo ano, o PVNC recebeu um convite da Secretaria de Integração Racial do Governo do Estado para compor, junto com ONG's e organizações sociais, em especial o Movimento Negro, o Núcleo sobre Promoção da Igualdade de Oportunidades e Combate à Discriminação no Emprego e na Profissão (SANTOS, 2006).

Como afirma Santos (2006), estudos do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), no final de 2001 apontaram que a Educação é caracterizada por desigualdades sociais, com isso fortalecendo a ideia de intervir no acesso dos estudantes no ensino superior. Consequentemente, entidades e lideranças do Movimento Negro passaram a cada vez mais a defender a proposta da reserva de vagas para negros em universidades públicas. Com este debate, foi criado pelo governo federal um programa para auxiliar financeiramente cursos pré – vestibulares com recorte racial, o programa ‘'Diversidade na Universidade''. O PVNC foi usado como experiência piloto para construção do programa.

Posteriormente ressalta Santos (2006) o PVNC e a Educafro tornam-se ‘*''interlocutores diretos do Governo Federal para a temática da democratização do ensino superior''(p. 291)*. O reconhecimento por parte das entidades estatais fez parte de um diálogo referente a políticas públicas. Após inúmeras divergências entre os representantes do PNVC e da Educafro, no ano 2000, a Educafro começou a ter sua rotina própria, reuniões mensais e obrigatórias aos alunos que desejavam ter bolsas negociadas pela instituição. O PVNC, por não se mobilizar com relação às bolsas, acabou deslocando o interesse dos alunos para a Educafro.

No entanto, os conflitos foram enfraquecidos após a saída de militantes do movimento, esvaziando também as disputas internas e externas. Porém, o esvaziamento do movimento não o enfraqueceu, mas sim o renovou.

> *‘’ A desvinculação dos núcleos em relação ao PNVC, com a fundação da EDUCAFRO, a multiplicação de núcleos independentes (ou, isolados, dependendo do ponto de vista), e o engajamento de militantes formados no PVNC em outros movimentos sociais indicam que se enfraqueceu a entidade, mas continua no movimento. Agora em outras instâncias e escalas, com outras agendas e outras agências.’’(SANTOS, 2006, p. 300)*

A Educafro atualmente possui núcleos espalhados pelas cidades de Brasília, Rio de Janeiro e Minas Gerais e atende milhares de alunos negros e carentes. A Educafro disponibiliza bolsas de estudos para universidades particulares e cursos de pós- graduação. A Educafro é uma referência em cursos preparatórios voltados para a população negra e carente, e é reflexo da militância pela inserção de negros no ensino superior. A instituição está sempre na luta para elevar a escolaridade da população negra, e inseri-la nos espaços em que ocupam em minoria, como a universidade e cargos que exijam maior escolaridade no mercado de trabalho. A Educafro é importante na discussão referente às cotas raciais, as defende e luta por oportunidades iguais para negros, pois sabe que a luta contra o racismo é constante e árdua.

A Educafro possui em São Paulo 1,5 % de alunos nas universidades públicas. No Rio de Janeiro, 25 % dos alunos. Porém, a Educafro, tem parceria com 25 universidades particulares onde estudam mais de mil jovens com bolsa integral e oferece 13,3 mil vagas distribuídas pelas unidades no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Brasília.

No entanto, mesmo com toda a importância de instituições como a Educafro, a cota continua sendo um importante instrumento para o acesso da população afro descendente ao ensino superior. A melhoria do ensino público é fundamental para que as próximas gerações estejam melhores preparadas para ingressar no ensino superior e para que tenham a possibilidade de competir em situação de igualdade com estudantes que estudam em colégios de melhor qualidade.

Capítulo IV

O sistema de cotas raciais na UERJ: análise do documento ‘’Avaliação Qualitativa dos dados sobre desempenho acadêmico 2011’’

IV. 4.1. Breve histórico da adoção das Cotas na UERJ

A UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro foi escolhida para ser abordada de forma mais detalhada neste capítulo pelo seu pioneirismo, na cidade do Rio de Janeiro, em adotar as cotas raciais. O documento ’’ Avaliação Qualitativa dos dados sobre desempenho acadêmico 2011’’, foi usado por apresentar dados estatísticos importantes referentes ao desempenho, ingresso e evasão dos cotistas e não cotistas da UERJ, por isso foi analisado detalhadamente.

A UERJ foi uma das primeiras instituições a adotar o sistema de cotas no vestibular, para atender a aprovação da lei n º 3.524 de 2000, que determinou cota para 50 % dos estudantes oriundos do ensino fundamental e médio de escolas públicas do Rio de Janeiro, e lei n º 3.708 de 2001, regulamentada pelo *Decreto nº 30.766, de 04 de março de 2002,* determinou a reserva de 40% das vagas de cada um dos cursos dessas universidades estaduais para estudantes autodeclarados negros e pardos.

Em 2003, foram feitos dois vestibulares diferentes. O chamado de ‘’ Sistema de Acompanhamento do Desempenho dos Estudantes do Ensino Médio’’, que era mantido pelo poder público e destinado apenas aos alunos vindos de escolas da rede pública; e outro, para os outros candidatos, nos padrões tradicionais. Ambos os concursos incluíam os afrodescendentes, porém sem o recorte sócio – econômico. No entanto, este processo seletivo foi alterado para atender à lei nº 4.151, promulgada em setembro de 2003, com isso, foi determinado que: 20% (vinte por cento) das vagas seriam para estudantes oriundos da rede pública de ensino; 20% (vinte por cento) para negros; 5% (cinco por cento) para pessoas com deficiência e integrantes de minorias étnicas (indígenas nascidos no Brasil). Com a lei nº 5074/2007, foram incluídos dentro dos 5% os filhos de policiais civis, militares, bombeiros militares e de inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço.

No ano de 2008, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro aprovou a lei nº 5.346, complementando a política de cotas para as Universidades Estaduais, determinando as seguintes mudanças:

> *’’Art. 1º Fica instituído, por dez anos, o sistema de cotas para ingresso nas universidades estaduais, adotado com a finalidade de assegurar seleção e classificação final nos exames vestibulares aos seguintes estudantes, desde que carentes:*

I - negros;

II – indígenas;

III - alunos da rede pública de ensino;

IV - pessoas portadoras de deficiência, nos termos da legislação em vigor;

V - filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço.

Art. 2º As cotas de vagas para ingresso nas universidades estaduais serão as seguintes, respectivamente:

I - 20% (vinte por cento) para os estudantes negros e indígenas;

II - 20 % (vinte por cento) para os estudantes oriundos da rede pública de ensino;

III - 5% (cinco por cento) para pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor, e filhos de policiais civis, militares, bombeiros militares e de inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço.

Art. 3º É dever do Estado do Rio de Janeiro proporcionar a inclusão social dos estudantes carentes destinatários da ação afirmativa objeto desta Lei, promovendo a sua manutenção básica e preparando seu ingresso no mercado de trabalho, inclusive mediante as seguintes ações:

I - *pagamento de bolsa-auxílio durante o período do curso universitário;*

II - *reserva proporcional de vagas em estágios na administração direta e indireta estadual;*

III - *instituição de programas específicos de crédito pessoal para instalação de estabelecimentos profissionais ou empresariais de pequeno porte e núcleos de prestação de serviços.*"[36]

No ano de 2012, foi sancionada pelo Governo Federal a Lei 12.711/12, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais. A lei determinou que:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

[36]Lei nº 5.346 de 11 de Dezembro de 2008. Dispõe sobre o novo sistema de cotas para ingresso nas universidades estaduais e dá outras providências. Disponível em: < http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10460120/lei-n-5346-de-11-de-dezembro-de-2008-do-rio-de-janeiro>Acesso em 20. ago. 2014

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Art. 2º (VETADO).

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Art. 4º As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser preenchidas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escola pública.

Art. 6º O Ministério da Educação e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, serão responsáveis pelo acompanhamento e avaliação do programa de que trata esta Lei, ouvida a Fundação Nacional do Índio (Funai).

Art. 7º O Poder Executivo promoverá, no prazo de 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, a revisão do programa especial para o acesso de estudantes pretos, pardos e indígenas, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, às instituições de educação superior.

Art. 8º As instituições de que trata o art. 1º desta Lei deverão implementar, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da reserva de vagas prevista nesta Lei, a cada ano, e terão o prazo máximo de 4 (quatro) anos, a partir da data de sua publicação, para o cumprimento integral do disposto nesta Lei.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.[37]

[37] Lei 12711. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm> Acesso em: 20. Ago. 2014

A lei nº 5.346 aborda as cotas em universidades no âmbito estadual, e determina o percentual de 20% das vagas reservadas para negros e índios nas universidades estaduais, além de estabelecer o prazo de 10 anos de duração do sistema de cotas. A lei 12.711, relacionada às cotas no âmbito federal, também estabelece o prazo de 10 anos para as cotas, porém não há um percentual determinado de vagas reservadas, pois o quantitativo de vagas é determinado de acordo com a proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Brasil já é um país com maioria negra, por isso determinar a quantidade de vagas proporcional ao número de pretos, pardos e indígenas como determina a Lei 12.711 é uma forma mais justa de distribuir as vagas aos que utilizarão o sistema de cotas.

Para auxiliar aos estudantes que ingressaram e ingressarão pelo sistema de cotas, foi instituído o Programa de Iniciação Acadêmica (PROINICIAR). O programa foi criado pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, em 2004, pela Deliberação 043/2004 e reformulada em 2010 pela Deliberação 043/2010 e foi criado para tentar garantir a permanência do estudante cotista na universidade (UERJ, 2011).

Além do PROINICIAR, a UERJ oferece aos cotistas suportes financeiros e acadêmicos por meio dos termos: ‘’Apoio Acadêmico’’ que tem por objetivo garantir não apenas a permanência, mas também a inserção acadêmica dos alunos, através da participação dos alunos, nas atividades extraclasses em função das disponibilidades das Unidades Acadêmicas/ Docentes, dos Centros Setoriais e das parcerias com Programas e Projetos; ‘’Apoio Financeiro’’, bolsa no valor de R$ 300, destinados a todos os cotistas que atendam os requisitos solicitados, que estejam ativos e inscritos e disciplinas e não sejam beneficiários de outra bolsa. Além da bolsa, são oferecidos materiais didáticos de acordo com cada curso (UERJ, 2011). Esses incentivos são muito importantes para tentar manter os cotistas até o final do curso, pois não basta apenas proporcionar as cotas; a preocupação com a manutenção dos cotistas nas universidades deve ser fundamental.

IV. 4. 2. O processo seletivo para ingressar na UERJ

O Vestibular da UERJ engloba as seguintes instituições: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF); Centro

Universitário Estadual da Zona Oeste (UEZO); Academia de Bombeiro Militar D. Pedro II, do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (ABM D. Pedro II/CBMERJ) e Academia de Polícia Militar D. João VI, da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (APM D. João VI/PMERJ).[38]

No ato da inscrição, se o candidato desejar isenção da taxa de inscrição, deve preencher os seguintes requisitos (comprovados): sua condição de carência socioeconômica; ter concluído ou estar cursando o último ano do ensino médio. Após análise, o candidato verifica na página da UERJ se seu pedido foi deferido ou não. Em seguida, ao se inscrever, o candidato deve preencher a ficha de inscrição, disponível no site da instituição e em alguns cursos preparatórios para o vestibular. No momento da inscrição, o candidato deve informar se concorrerá por cotas ou não, e caso concorra, anexar documentos comprobatórios junto com o formulário de inscrição. No caso de cotas para negros, objeto deste trabalho, é necessário enviar junto com a inscrição uma declaração, disponível no próprio site da UERJ. Na declaração há um espaço para o candidato colocar uma foto 3x4. Além disso, o candidato deve anexar o questionário socioeconômico, disponível também no site da instituição. É também necessário comprovar carência socioeconômica para concorrer às cotas.

Os exames possuem duas fases distintas e obrigatórias: Exame de Qualificação e Exame Discursivo. A primeira fase é o Exame de Qualificação, que possui os seguintes critérios: estará aberto a candidatos que tenham concluído ou que estejam cursando o último ano do ensino médio; ocorrerá em duas ocasiões durante o ano, sendo obrigatória a realização de pelo menos um dos exames; não haverá escolha de instituição nem de carreira; realizar-se-á por meio de uma prova de múltipla escolha, comum a todos os candidatos inscritos, que visa à aferição de habilidades e competências fundamentais ao exercício pleno da cidadania, aplicadas aos conteúdos básicos de disciplinas agrupadas nas três áreas do conhecimento, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias. O candidato aprovado no Exame de Qualificação, para realizar o exame discursivo deve fazer obrigatoriamente uma nova inscrição.[39]

. No Exame Discursivo, segunda fase do vestibular UERJ, estará aberta apenas aos candidatos que tiverem obtido aprovação no Exame de Qualificação e que tenham concluído ou estejam cursando o último ano do ensino médio. Neste momento, há a escolha de instituição (UERJ, UENF, UEZO, CBMERJ ou PMERJ) e de carreira. É realizado em um único dia e

[38] UERJ. Manual do Candidato. Vestibular Estadual 2010.Disponível em:<http://www.vestibular.uerj.br/portal_vestibular_uerj/arquivos/arquivos2010/eq/Informacoes_Gerais.pdf> Acesso em 20. Ago.2014

[39[UERJ. Manual do Candidato. Vestibular Estadual 2010.Disponível em:<http://www.vestibular.uerj.br/portal_vestibular_uerj/arquivos/arquivos2010/eq/Informacoes_Gerais.pdf> Acesso em 20. Ago.2014

composto por uma prova de Língua Portuguesa Instrumental com Redação e duas provas de disciplinas específicas para a carreira escolhida pelo candidato, uma delas com peso dois, de forma a avaliar competências, habilidades e conteúdos pertinentes às diferentes instituições e carreiras.

O resultado do processo seletivo para as carreiras da UERJ, da UENF e da UEZO e para a parte acadêmica dos cursos da ABM D. Pedro II e da APM D. João VI considerará o somatório dos pontos obtidos pelo candidato nas provas do Exame Discursivo acrescido, para os candidatos das faixas A, B, C e D do Exame de Qualificação, de um bônus em pontuação, conforme o Edital de Convocação deste Exame. O resultado do Exame Discursivo será válido apenas para o Vestibular do mesmo ano.[40]

IV. 4.3 Alunos cotistas e não cotistas ingressantes na UERJ por vestibular

Os dados que serão analisados são provenientes da 2ª Fase do Vestibular 2010, os mais recentes disponíveis à época da realização do estudo. O objetivo central deste trabalho é o de analisar o documento ‘*’Avaliação Qualitativa dos Dados sobre Desempenho Acadêmico relatório - ano 2011 ‘’,* através do estudo exploratório contido neste documento, sobre as variáveis capazes de, estatisticamente, explicarem o desempenho dos candidatos. Os dados são provenientes do Banco de Dados do Vestibular elaborado pelo Departamento de Seleção Acadêmica – DSEA, órgão da Sub-Reitoria de Graduação – SR-1, composto por notas dos candidatos nas provas discursivas do Vestibular e por suas respostas a um questionário de respostas fechadas denominado Questionário de Informações Socioculturais. A nota total dos candidatos, soma das notas dessas provas discursivas, será utilizada como medida de desempenho no exame vestibular.

Na tabela abaixo, há o quantitativo de alunos que, na UERJ, foram beneficiados pela política de cotas entre os períodos de 2004 a 2010.

[40] UERJ. Manual do Candidato. Vestibular Estadual 2010. Disponível em:<http://www.vestibular.uerj.br/portal_vestibular_uerj/arquivos/arquivos2010/eq/Informacoes_Gerais.pdf> Acesso em 20. Ago.2014

Tabela IV. 1 - Distribuição de alunos cotistas e não cotistas ingressantes na UERJ por vestibular

VESTIBULAR	TIPO DE VAGA					TOTAL GERAL DE INGRESSANTES	PERCENTUAL DE COTISTAS
	NÃO RESERVADAS	RESERVADAS					
		Rede Pública	Negros (2004 a 2009) Negros/Indígenas	(*)	Total de vagas reservadas		
2004	2950	1194	861	34	2089	5039	41,46
2005	3397	993	590	36	1619	5016	32,28
2006	3480	984	532	35	1551	5031	30,83
2007		743	386	18	1147	4710	24,35
TOTAL	2382	6214	397	227	1041	34241	30,41

(*) Fonte: UERJ ,2011

2004 a 2007: pessoas com deficiência ou indígenas

2008 e 2009: pessoas com deficiência, ou indígenas, ou filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço

2010: pessoas com deficiência, ou filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço

Os dados acima mostram que apesar da aprovação das cotas, em especial as cotas raciais, o número de cotistas negros (nos anos de 2004 a 2009) foi diminuindo com o passar dos

anos. Com isso também se constata que a garantia de vagas reservadas não significa necessariamente a permanência na universidade. Nas vagas reservadas [41] houve uma diminuição de percentual (41,46% em 2004 para 31, 85% em 2010). Foi percebido também que há uma maior procura dos estudantes para as cotas destinadas aos alunos oriundos da rede pública de ensino do que para as cotas raciais, em todos os anos pesquisados. Este fato pode ter sido motivado por desconhecimento dos estudantes acerca das cotas raciais. Ainda há muito preconceito por parte da sociedade no que se refere às cotas raciais. Muitos estudantes negros preferem não optar pelas cotas raciais, seja por não se enquadrarem do critério de renda, que é atrelado ao critério racial, seja por preconceito por parte do próprio candidato, que ainda tem receio de optar pela cota racial. Porém, a cota racial é constitucional e é um direito, com isso deveria ser usada por todos que estejam dentro dos critérios. Optar pelas cotas é também uma questão de cidadania.

A escola pública instituição onde a maioria dos alunos afrodescendentes estão, deve trabalhar mais profundamente questão das cotas, e de outras ações afirmativas como o ProUni, para que esses alunos se informem a respeito de programas que proporcionam maiores oportunidades de ingresso ao ensino superior, e eles tenham mais opções para conseguir dar prosseguimento aos estudos.

IV. 4.4 Percepções da própria cor e tipo de cotas

A tabela abaixo mostra a percepção dos candidatos da própria cor e tipos de cotas no Vestibular UERJ 2010.

[41] [Vagas reservadas para negros, indígenas, alunos da rede pública, pessoas com deficiência, ou filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço]

Tabela IV .2 -Percepção da própria cor e tipos de cotas – Vestibular UERJ 2010

CANDIDATO		PERCEPÇÃO DA PRÓPRIA COR						
		Pardo	Negro / Indígena	**(a) + (b)**	Branco	Amarelo	**(c) + (d)**	Total
COTISTAS	rede pública	588	130	718	700	43	842	1.560
	negros/indígenas	248	832	1.080	34	3	37	1.117
	deficientes, ou filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciárias, mortos ou incapacitados em razão do	11	6	17	17	1	18	35
	Total de cotistas **(A)**	847	968	1.815	850	47	897	2.712
NÃO COTISTAS **(B)**		6.435	2.919	9.354	17679	632	18311	27.665
TOTAL GERAL		7.282	3.887	11.169	18.529	679	19.208	30.377
(A/B)%		13,16	33,16	19,40	4,81	7,44	4,90	9,80

FONTE:Departamento de Seleção Acadêmica-DSEA/UERJ

Nota – se que entre os candidatos cotistas da rede pública, há uma maior quantidade dos que se autodeclaram pardos (588) da dos que se autodeclaram negros (130), além de ter tido uma quantidade menor de alunos inscritos (718). Apesar do Brasil ser um país com maioria negra, para concorrer às vagas destinadas aos alunos da rede pública, a maioria dos alunos se declarou parda. O critério cor não é fundamental para a cota para os alunos da rede pública, porém percebe-se que a maioria dos pardos prefere concorrer às cotas para alunos oriundos da rede pública do que para as cotas raciais. Como afirma Bento (2000) a branquitude faz com que o negro, por conseqüência do imaginário negativo em torno da sua raça e cor, tenha baixa auto estima e não assuma sua identidade racial. Com isso, muitos preferem se assumir pardos a negros.

Porém, na cota para negros/ indígenas há uma maior quantidade dos que se declaram negros (832 pessoas) da dos que se declaram pardos (248), além de ter tido uma maior quantidade de alunos inscritos (1.080). Essa maior percepção da cor negra por parte dos cotistas que optaram pelas cotas raciais e a maior quantidade de alunos inscritos nas cotas raciais faz parte de um momento importante da identidade racial, que Ferreira (2000) denomina de ‘’estágio

de impacto''. O ''estágio de impacto'' (p.77), passa a se desenvolver a partir do momento em que o indivíduo se conscientiza de que há discriminação, exercida pelo grupo ''dominante'' composto por brancos. A identidade é uma importante categoria para que seja entendida a constituição do indivíduo, determinando sua auto- estima.

IV. 4.5 Perfil dos candidatos

Na tabela abaixo há um quadro do perfil dos candidatos

Tabela IV.3 - Dados Descritivos do Perfil dos Candidatos Continua

Tabela IV.3.1 – Gênero

Gênero	percentual de candidatos
Masculino	54,5
Feminino	45,6

Tabela IV.3.2 - Condições de Estudo

Atributo		percentual de candidatos
Turno frequentado no ensino médio	noturn	5,5
	diurn	94,5
Pré- vestibular	Não frequentou	47,3
	frequentou	52,7

Continuação

Tabela IV.3 – Trabalho

Atributo	percentual de candidatos
começou antes de 18 anos	17,6
começou depois de 18 anos / nunca trabalhou	82,4

Tabela IV.3.4 - Ambiente Familiar

Atributo		percentual de candidatos
Renda familiar mensal (em salários mínimos)	até 3	24,10
	mais de 3 até 5	25,50
	mais de 5 até 10	25,00
	Mais de 10 até 20	16,10
	Mais de 20 até 30	6,00
	mais de 30	3,30
Escolaridade paterna	nenhuma	1,60
	ensino fundamental	17,60
	ensino médio	36,20
	ensino superior	44,60
Escolaridade materna	nenhuma	1,40
	ensino fundamental	16,80
	ensino médio	36,60
	ensino superior	45,20

Tabela IV.3.5 -Distribuição por tipo de vaga

Tipo de vaga	percentual de candidatos
não reservadas	91,30
reservadas para a rede pública	5,00
reservadas para negros/indígenas	3,60
reservadas para pessoas com deficiência, ou filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço	0,10

Tabela IV.36 - Pontuação na 2ª Fase do Vestibular 2010

Tipo de Vaga	Nota mínima	Nota máxima	Média	Desvio-padrão	C.V. (*)
não reservadas	0,00	74,00	31,30	12,54	40,06
reservadas para a rede pública	1,00	67,25	26,89	10,36	38,53
reservadas para negros/indígenas	3,25	66,00	26,03	10,54	40,49
reservadas para pessoas com deficiência, ou filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço	10,00	47,50	25,10	10,16	40,48
Geral	0,00	74,00	30,85	12,44	40,32

(*) - Coeficiente de Variação:
avalia a dispersão em torno do valor médio e consiste no resultado da divisão do desvio-padrão pela média, multiplicado por 100.

Fonte: UERJ, 2011

Como os dados relacionados ao perfil dos candidatos acima demonstram, 54,5 % dos candidatos são homens, e 45, 6% são mulheres. Quanto às condições de estudo, a grande maioria estudou no turno diurno (94,5%), e uma pequena parcela estudou no turno noturno 5,5%. Uma grande parcela dos candidatos não frequentou cursos preparatórios: 47,3% dos candidatos não freqüentaram cursos pré - vestibulares, mas 52,7 % dos candidatos frequentaram. O curso preparatório é um complemento aos estudos para o vestibular, porém seu custo é alto. Nem todos os estudantes têm condições financeiras, e/ ou tempo disponível para fazer um curso preparatório.

Relacionado à questão trabalho, constata-se que uma minoria trabalha: 17,6 % começaram a trabalhar antes dos 18 anos, enquanto a maioria (82,4%) não trabalha ou nunca trabalhou. Esta minoria que começou a trabalhar antes dos 18 anos, possivelmente para ajudar no sustento da sua família, tem menos tempo para se dedicar aos estudos, com isso provavelmente está em situação desvantajosa perante aqueles que nunca trabalharam. Estudar e trabalhar concomitantemente não são tarefas fáceis, e é a realidade de muitas famílias negras. Com isso esses estudantes que em sua maioria são negros, atrelado a outros fatores, não competem em igualdade de condições com estudantes que nunca trabalharam ou trabalharam apenas após os 18 anos.

Com relação ao ambiente familiar dos candidatos, nota-se que com relação ao atributo renda, uma parcela considerável possui a renda familiar até três salários mínimos: 24,1 % dos candidatos declararam possuir esta renda. Já 25,5 % declararam receber mais de 3 até 5 salários mínimos. O percentual que recebe mais de cinco até 10 salários mínimos é de 25%. Os que recebem mais de 10 até 20 salários são 16, 10%. O percentual que recebe mais de 20 até 30 salários mínimos é de 6%. Os que têm a renda familiar superior a 30 salários mínimos apresentam o menor percentual: 3,3 %. Foi constatado que a maioria dos candidatos pertence à ‘’classe média baixa’’, isto quer dizer que os estudantes menos favorecidos economicamente estão tentando ingressar no ensino superior, para ampliar suas chances no mercado de trabalho. Sabemos que o nível superior, não necessariamente garante aos jovens empregos com melhores remunerações, porém há maiores possibilidades para pessoas que possuem alguma formação do que para as que não possuem.

Relacionado à escolaridade dos pais dos candidatos, a maioria dos pais e das mães dos candidatos possuem nível superior (44,6 % escolaridade paterna e 45,2% escolaridade materna). Seguido dos pais que possuem o ensino médio (36,2% escolaridade paterna e 36,6%). Os pais que possuem apenas o ensino fundamental apresentaram os percentuais: 17,6 % dos pais e 16,8% das mães. E os pais que não

possuem escolaridade são: 1,6 % dos pais e 1,4% das mães. Os dados mostram que apesar da adoção do sistema de cotas, o grupo familiar majoritário dos que concorrem ao vestibular é dos que possuem maior capital cultural, em detrimento dos que têm menor escolaridade. Com isso os grupos familiares que possuem menos escolaridade estão ainda pouco representados, mostrando que o ensino superior de certa forma continua reservado a uma elite.

Quanto à distribuição por tipo de vaga, notou-se que a maioria optou por vagas não reservadas: 91,3 % dos candidatos ao vestibular da UERJ de 2010 não optou por nenhuma modalidade de reserva de vagas, enquanto apenas 5% dos candidatos optaram pelas vagas reservadas a alunos da rede pública e 3,6 % optou pelas vagas reservadas para negros e índios. E 0,1 % dos candidatos optaram por concorrer ao vestibular através das vagas reservadas para pessoas com deficiência, filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares, inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço. Mesmo com a aprovação das cotas nas universidades públicas desde 2003, na UERJ aplicada desde 2004, percebe-se que ainda há um percentual muito pequeno de candidatos que optam pelas vagas reservadas para negros e índios. Muitas vezes por desconhecimento, preconceito, ou até mesmo vergonha, muitos estudantes negros não optam pela reserva de vagas, deixando de exercer os seus direitos.

Relativo à pontuação na segunda fase do Vestibular 2010, foi constatado que a maior nota máxima foi a de candidatos que não optaram pela reserva de vagas (74 pontos). Os que optaram pelas cotas raciais – para negros e indígenas – alcançaram 66 pontos de nota máxima. Já os candidatos que optaram pelas vagas reservadas a estudantes oriundos da rede pública, a nota máxima alcançada foi de 67,25. Os que optaram pelas vagas reservadas a através de vagas reservadas para pessoas com deficiência, filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares, inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço tiveram a nota máxima de 47,50. Analisando as médias das notas, separadamente, podemos observar que a diferença entre as médias dos que não optaram por nenhuma cota e dos que optaram por alguma cota não é tão grande. Isso pode desmistificar, por exemplo, a questão do mérito, que muitos que se dizem contra as cotas defendem. Os que optaram pelas cotas, sejam raciais ou pelas demais modalidades, para alcançarem estas pontuações e para serem aprovados no vestibular, tiveram sim que estudar e se preparar, tendo mérito também, tanto quanto os que não optaram por nenhuma cota.

IV.4.6. Análise do desempenho de alunos cotistas e não cotistas quanto ao ingresso em cursos de prestígio

Serão analisados a seguir, dados relativos ao desempenho dos candidatos inscritos, classificados e matriculados de alunos cotistas por curso, que optaram pela cota para negros / índios em comparação aos alunos que não optaram por nenhuma cota, em cursos de prestígio do vestibular UERJ 2010. As informações foram retiradas do site da própria instituição e tem por objetivo além de analisar o desempenho de cotistas e não cotistas, esclarecer algumas questões que alguns críticos às cotas raciais, e o senso comum, colocam para desqualificar o sistema de cotas raciais. Foram escolhidos cursos de prestígio para verificar a presença de cotistas negros/ índios em cursos cuja concorrência é maior. Os cursos de prestígio escolhidos para análise foram os cursos de Medicina, Odontologia e Direito, por serem cursos cuja concorrência é maior entre os candidatos.

VI. 4.6.1 Análise do curso de Direito do Vestibular Estadual 2010

O curso de Direito é um dos mais concorridos nas universidades públicas. A relação candidato vaga na UERJ foi de 11,50. Para alcançar a aprovação para cursar Direito, a média mínima no Vestibular 2010 para não cotistas foi de 72, e para cotistas, 42,75. Foram oferecidas 168 vagas não reservadas e 64 para negros / índios (UERJ, 2011).

Tabela IV.4 - VESTIBULAR ESTADUAL 2010
RESULTADOS FINAIS MÉDIOS POR CURSO - UERJ

FACULDADE DE DIREITO

TOTAL DE VAGAS OFERECIDAS: 312

NÃO-RESERVA:	168				
rede pública:	64	**negros:**	64	**(*1):**	16

CANDIDATOS INSCRITOS

TIPO DE VAGA		No. de candidatos(excluídos faltosos)	ESPECÍFICA 1 LP / LB		ESPECÍFICA 2 HISTÓRIA		LÍNGUA PORTUGUESA INSTRUMENTAL COM REDAÇÃO		RESULTADO FINAL (*2)	
			média	desvio-padrão	média	desvio-padrão	média	desvio-padrão	média	desvio-padrão
NÃO-RESERVADAS		2.884	7,35	3,62	8,14	3,98	11,67	2,78	46,49	15,82
RESERVADAS	rede pública	198	5,79	3,00	6,19	3,42	10,35	2,83	37,21	13,06
	negros/indígenas	192	5,25	2,98	5,92	3,45	10,06	2,18	34,65	11,40
	(*1)	8	5,13	2,73	5,84	2,90	9,72	2,39	33,31	10,87
	Total	398	5,52	3,00	6,05	3,43	10,20	2,53	35,90	12,32
TOTAL GERAL		3.282	7,13	3,60	7,89	3,98	11,49	2,80	45,20	15,82

CLASSIFICADOS - 1a. Classificação

TIPO DE VAGA		No. declassificados	ESPECÍFICA 1 LP / LB		ESPECÍFICA 2 HISTÓRIA		LÍNGUA PORTUGUESA INSTRUMENTAL COM REDAÇÃO		RESULTADO FINAL (*2)	
			média	desvio-padrão	média	desvio-padrão	média	desvio-padrão	média	desvio-padrão
NÃO-RESERVADAS		168	13,94	1,61	13,96	2,37	15,42	1,61	76,42	3,42
RESERVADAS	rede pública	70	8,60	2,20	8,87	3,21	12,42	1,90	51,13	7,35
	negros/indígenas	66	8,25	2,25	8,69	2,98	11,40	2,15	47,65	6,58
	(*1)	8	5,13	2,73	5,84	2,90	9,72	2,39	33,31	10,87
	Total	144	8,24	2,38	8,62	3,17	11,80	2,16	48,54	8,32
TOTAL GERAL		312	11,31	3,47	11,49	3,84	13,75	2,61	63,55	15,21

MATRICULADOS

TIPO DE VAGA		No. dematriculados	ESPECÍFICA 1 LP / LB		ESPECÍFICA 2 HISTÓRIA		LÍNGUA PORTUGUESA INSTRUMENTAL COM REDAÇÃO		RESULTADO FINAL (*2)	
			média	desvio-padrão	média	desvio-padrão	média	desvio-padrão	média	desvio-padrão
NÃO-RESERVADAS		165	13,90	1,53	13,77	2,37	15,29	1,58	75,80	3,58
RESERVADAS	rede pública	70	8,54	2,23	8,81	3,17	12,43	1,90	50,81	7,23
	negros/indígenas	66	8,33	2,15	8,59	3,08	11,42	2,09	47,59	6,65
	(*1)	8	5,13	2,73	5,84	2,90	9,72	2,39	33,31	10,87
	Total	144	8,25	2,35	8,55	3,18	11,82	2,14	48,36	8,25
TOTAL GERAL		309	11,27	3,43	11,34	3,81	13,67	2,54	63,01	15,03

(*1) - Pessoas com deficiência ou filhos de policiais civis e militares, de bombeiros militares e de inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço.

(*2) - Composição do resultado final: bônus do Exame de Qualificação (máximo 20 pontos) + disciplina específica 1 (máximo 20 pontos x peso 2) + disciplina específica 2 (máximo 20 pontos) + Língua Portuguesa Instrumental com Redação (máximo 20 pontos) = máximo 100 pontos.

Fonte: Sub-Reitoria de Graduação - SR-1 Departamento de seleção acadêmica

Com relação à quantidade de candidatos inscritos, há uma grande diferença entre os que escolheram concorrer pelas vagas não – reservadas e os que concorreram pelas vagas para negros / índios: com 2.884 pessoas concorreram pela primeira, e 192 pela segunda. Os dados mostraram que uma pequena parcela dos candidatos concorreu através das cotas raciais ao Curso de Direito, mesmo após quase 10 anos da aprovação da lei de cotas para negros/ índios nas universidades, poucos recorrem ao sistema de cotas raciais nesse Curso. Foram oferecidas 168 vagas não reservadas e 64 vagas para cotistas negros / índios, mostrando que houve mais candidatos cotistas do que vagas, apesar da concorrência entre os não cotistas ser maior (2884 candidatos para 168 vagas).

Aos candidatos inscritos, a nota média da específica 1, dos candidatos que não optaram por nenhuma cota, foi de 7,35. Já dos que optaram pela cota para negros/ índios foi de 5,25. Na específica 2, a média dos candidatos que não optaram por cota foi de 8,14, e a dos candidatos que escolheram ingressar por cotas, 5,92. Nota-se que há uma diferença no desempenho dos alunos que não optaram por nenhuma cota, em comparação aos que optaram pelas cotas. Na específica 1, a diferença é de aproximadamente 2 pontos a mais para os não cotistas. Na específica 2, a diferença é em torno de 2,2 pontos também a mais para os não cotistas. Esta diferença com relação ao desempenho se dá por alguns motivos, dentre eles, que provavelmente a maioria dos que optaram ingressar por nenhuma cota terem tido uma base escolar superior aos futuros cotistas. Porém, mesmo com as dificuldades enfrentadas, percebe-se que a diferença não é tão grande. Em redação, a diferença de médias é ainda menor: 11,67 para os que concorreram as vagas não reservadas, e 10, 06 dos que concorrerão às cotas para negros/ índios. Com relação ao resultado final, a média dos candidatos às vagas não reservadas foi de 46, 49 pontos, e a dos candidatos que optaram pela reserva de vagas para negros/ índios, 34,65. O desempenho dos candidatos cotistas, ao contrário do que muitos pensam, não é ruim, apesar de alcançarem uma pontuação inferior, os cotistas tiveram um bom desempenho.

Os candidatos que buscam cursos de prestígio como o de Direito, cuja relação candidato vaga é alta, buscam maior ascensão social, e precisam se preparar muito para conseguirem conquistar a vaga. O sistema de cotas é importante para garantir que os cotistas mesmo tendo um bom desempenho, ingressem no ensino superior pois se não houvesse o sistema de cotas, a nota mínima exigida seria igual para todos, e dificilmente a UERJ teria negros cursando Direito. As cotas possibilitam maior igualdade de condições de acesso ao ensino superior, numa sociedade marcada pela desigualdade social.

No entanto, é fundamental termos um sistema público de ensino básico de qualidade, para que as gerações futuras tenham maiores chances de aumentar sua escolaridade e que o ensino superior seja o caminho natural para esses jovens. Com o

ensino público de qualidade as diferenças socioeconômicas serão reduzidas, e as oportunidades ampliadas.

Há um dado relevante e surpreendente no que diz respeito à quantidade de candidatos classificados, em comparação aos candidatos inscritos. Dos 2.884 candidatos inscritos para as vagas não reservadas, apenas 168 foram classificados, completando todas as vagas oferecidas (168 vagas). Menos de 10 % dos candidatos que concorreram às vagas não reservadas foram classificados. Porém, dos 192 candidatos que optaram por vagas reservadas para negros/ índios, 66 foram classificados, número maior do que a quantidade de vagas oferecidas (64 vagas) mais de 30 % dos candidatos foram aprovados no vestibular para cursar Direito. Apesar da concorrência entre os cotistas ser menor uma maior quantidade de cotistas negros/ índios foi aprovada, em comparação aos não cotistas.

Relacionado aos candidatos matriculados, na nota da disciplina específica 1, a nota dos candidatos concorrentes às vagas não reservadas, foi de 13,94. Já a dos cotistas negros/índios 8,33. Na disciplina específica 2, a média foi de 13,77 dos candidatos concorrentes às vagas não reservadas, já os dos cotistas negros/ índios 8, 59. Na específica 3, a média dos candidatos ás vagas não reservadas foi de 15, 29; e a dos cotistas negros/ indígenas 11,42. Percebe-se que os cotistas negros/ índios tiveram um bom desempenho, mesmo sendo ainda inferior ao dos não cotistas, contrariando as opiniões de quem afirmou que os cotistas negros / índios teriam um desempenho muito aquém do desempenho dos não cotistas. Para as dificuldades provavelmente enfrentadas pelos cotistas negros/ índios para a aprovação no vestibular para uma universidade pública, os candidatos às cotas raciais tiveram um bom desempenho.

IV. 4.6.2 Análise do curso de Medicina

O curso de Medicina é um dos cursos mais concorridos e caros, com um custo médio, durante os seis anos de curso, de 129 mil[42]. A relação candidato vaga no vestibular de 2010 era de 35. A média mínima necessária para aprovação para candidatos não cotistas foi de 87,5, e para cotistas negros/ índios, 69,25. Foram oferecidas 51 vagas para não cotistas e 19 vagas para cotistas negros/ índios (UERJ, 2010).

[42][Disponívelem:<http://www.mundovestibular.com.br/articles/16343/1/Quanto-custa-estudar-medicina/Paacutegina1.html>. Acesso em 20. ago.2014]

Tabela IV . 5 – RESULTADOS FINAIS MÉDIOS POR CURSO - MEDICINA

VESTIBULAR ESTADUAL 2010
RESULTADOS FINAIS MÉDIOS POR CURSO – UERJ MEDICINA
MEDICINA - RIO
FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS

TOTAL DE VAGAS OFERECIDAS: 94

NÃO-RESERVA:	51				
rede pública:	19	**negros:**	19	**(*1):**	5

CANDIDATOS INSCRITOS

TIPO DE VAGA		No. de faltosos	ESPECÍFICA 1 BIOLOGIA		ESPECÍFICA 2 QUÍMICA		LÍNGUA PORTUGUESA INSTRUMENTAL COM REDAÇÃO		RESULTADO FINAL (*2)	
			média	desvio-padrão	média	desvio-padrão	média	desvio-padrão	média	desvio-padrão
NÃO-RESERVADAS		2.669	12,37	4,15	8,72	4,81	12,41	2,63	61,01	17,78
RESERVADAS	rede pública	145	10,98	4,16	6,08	4,54	11,70	2,36	52,05	17,29
	negros/indígenas	120	11,26	4,11	6,42	4,34	11,23	2,39	52,87	16,91
	(*1)	4	8,31	3,52	2,25	1,79	10,81	1,43	37,19	10,46
	Total	269	11,07	4,15	6,17	4,45	11,47	2,37	52,19	17,14
TOTAL GERAL		2.938	12,25	4,17	8,48	4,84	12,32	2,62	60,20	17,90

CLASSIFICADOS - 1a. CLASSIFICAÇÃO

TIPO DE VAGA		Nos. de	ESPECÍFICA 1 BIOLOGIA		ESPECÍFICA 2 QUÍMICA		LÍNGUA PORTUGUESA REDAÇÃO		RESULTADO FINAL (*2)	
			média	desvio-padrão	média	desvio-padrão	média	desvio-padrão	média	desvio-padrão
NÃO-RESERVADAS		51	18,63	0,73	15,89	1,43	15,92	1,38	89,06	1,29
RESERVADAS	rede pública	20	16,69	1,40	12,61	2,04	13,95	2,23	79,19	4,04
	negros/indígenas	19	16,55	1,20	13,03	2,14	13,47	1,64	77,50	5,07
	(*1)	4	8,31	3,52	2,25	1,79	10,81	1,43	37,19	10,46
	Total	43	15,85	2,92	11,83	3,70	13,45	2,11	74,53	13,15
TOTAL GERAL		94	17,36	2,47	14,03	3,38	14,79	2,14	82,42	11,50

MATRICULADOS

TIPO DE VAGA		Nos. de	ESPECÍFICA 1 BIOLOGIA		ESPECÍFICA 2 QUÍMICA		LÍNGUA PORTUGUESA REDAÇÃO		RESULTADO FINAL (*2)	
			média	desvio-padrão	média	desvio-padrão	média	desvio-padrão	média	desvio-padrão
NÃO-RESERVADAS		45	18,41	0,85	15,63	1,93	15,84	1,65	88,30	1,57
RESERVADAS	rede pública	20	16,40	1,61	12,38	2,03	14,06	2,20	78,24	4,61
	negros/indígenas	19	16,29	1,39	13,04	2,15	13,47	1,64	76,72	5,14
	(*1)	4	8,31	3,52	2,25	1,79	10,81	1,43	37,19	10,46
	Total	43	15,60	2,94	11,73	3,68	13,50	2,11	73,75	13,01
TOTAL GERAL		88	17,04	2,56	13,72	3,51	14,70	2,22	81,19	11,70

(*1) - Pessoas com deficiência ou filhos de policiais civis e militares, de bombeiros militares e de inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço.

(*2) - Composição do resultado final: bônus do Exame de Qualificação (máximo 20 pontos) + disciplina específica 1 (máximo 20 pontos x peso 2) + disciplina específica 2 (máximo 20 pontos) + Língua Portuguesa Instrumental com Redação (máximo 20 pontos) = máximo 100 pontos.

Fonte: Sub-Reitoria de Graduação - SR-1 Departamento de seleção acadêmica

Com a relação à quantidade de inscritos, a quantidade de inscritos para as vagas (51 vagas) não reservadas foi de 2.669 pessoas. Já para as vagas de cotistas negros/ índios (19 vagas), a quantidade de inscritos foi de 120 pessoas. Porém, das 2.669 pessoas inscritas para as vagas não reservadas, apenas 51 pessoas foram classificadas. E das 120 pessoas que optaram por concorrer às vagas reservadas para negros, 19 foram classificadas. Esses dados mostram que 1,91 % dos candidatos concorrentes às vagas não reservadas foram aprovados. Já para os que concorreram as vagas reservadas para negros/índios, os dados mostram que 15,8 % dos candidatos foram aprovados. Dado relevante e surpreendente, que mostra que um maior percentual de cotistas foi aprovado, se comparado aos não cotistas. Mostrando novamente que apesar da concorrência entre cotistas ser menor, devido à concorrência entre uma menor quantidade de cotistas, eles estão conseguindo ingressar no ensino superior com o auxílio das cotas. Dos 51 não cotistas classificados, 45 foram matriculados, com seis desistências, não ocupando todas as vagas oferecidas (51 vagas). E dos 19 cotistas negros/ índios classificados, 19 foram matriculados. Não houve desistência por parte dos cotistas e eles ocuparam todas as vagas oferecidas (19 vagas).

Referente às notas médias dos candidatos classificados, 1ª classificação, a nota média dos candidatos que não concorreram a nenhuma cota, em específica 1, foi de 18, 63. E a nota dos candidatos cotistas negros/ índios: 16,55. Em específica 2, a nota dos não cotistas foi de 15, 89 e a dos cotistas, 13, 03. Em Língua Portuguesa/ Redação, a nota dos candidatos não cotistas foi de 15,92; a de cotistas negros/ índios 13, 47. A média do resultado final dos não cotistas foi de 89,06 e a dos cotistas negros/ índios: 77,50. Contudo, nota-se uma diferença entre as notas dos não cotistas e os cotistas, majoritariamente vantajosa para esses últimos. Em específica 1, a diferença é de aproximadamente 2 pontos de vantagem para os não cotistas. Em específica 2, a diferença aproximada, também vantajosa para os não cotistas é de 2,8 pontos. Em Língua Portuguesa/ redação, os candidatos que não optaram por nenhuma cota possuíram aproximadamente 2 pontos a mais sobre os cotistas negros/ índios. As médias finais de cotistas negros/ índios e não cotistas apresentaram uma diferença de aproximadamente 11 pontos de vantagem para os não cotistas.

A nota média dos alunos matriculados, dos candidatos que não optaram por nenhuma cota, em específica 1 (Biologia) foi de 18,41. A média dos cotistas negros/ índios, 16,29. Em específica 2 (Química), a nota média dos não cotistas foi de 15,63; e a média dos cotistas negros/ índios, 13,04. Em Língua Portuguesa/ Redação, os não cotistas alcançaram a nota média de 15,84, e os cotistas negros/ índios, 13, 47. A média do resultado final dos não cotistas foi de 88,30, e a dos cotistas negros/ índios, 76,72. Em específica 1, houve uma diferença de 2 pontos a mais dos não cotistas sobre os cotistas. Em específica 2 a diferença é de 2 pontos a mais para os não cotistas com relação aos cotistas, como em Língua Portuguesa/ Redação.

A diferença relacionada ao desempenho vantajosa para os não cotistas está relacionada também dentre outros fatores, à base escolar dos candidatos. Pois as condições de estudos dos candidatos interferem diretamente no desempenho. Os candidatos cotistas negros/ índios apresentam desvantagens socioeconômicas em detrimento dos não cotistas, com isso explicando seu desempenho inferior. Mas, os cotistas apresentaram um bom desempenho, para um processo seletivo com o grau de dificuldade apresentado. A média do resultado final apresenta uma diferença maior entre cotistas e não cotistas: aproximadamente 11 pontos. Porém, os cotistas mais uma vez apresentaram bons resultados, e mostraram que são capazes sim, de alcançar altas pontuações e conseguir a aprovação no vestibular, mesmo com a concorrência sendo bastante grande.

IV. 4.6.3 Análise do curso de Odontologia

O curso de odontologia, um dos cursos mais caros, com custo aproximado de, em uma universidade pública, em torno de 1800 mensais[43]. E um dos mais concorridos, com a relação candidato vaga de no total de 10,02. Foram oferecidas 32 vagas não reservadas e 12 vagas para negros/ índios. Para aprovação, o candidato precisa da pontuação mínima, para vagas não reservadas, de 66, 75, e para cotistas negros/ índios, 24,75 (UERJ, 2011).

[43][Disponívelem:<http://www.mundovestibular.com.br/articles/16353/1/Quanto-custa-estudar-Odontologia/Paacutegina1.html > . Acesso em 20. Ago.2014]

Tabela IV .6 Curso de Odontologia

FACULDADE DE ODONTOLOGIA

TOTAL DE VAGAS OFERECIDAS: 60

NÃO-RESERVA:	32				
rede pública:	12	negros:	12	(*1):	4

CANDIDATOS INSCRITOS

TIPO DE VAGA	No. de candidatos inscritos	ESPECÍFICA 1 BIOLOGIA		ESPECÍFICA 2 QUÍMICA		LÍNGUA PORTUGUESA REDAÇÃO		RESULTADO FINAL (*2)	
		média	desvio-padrão	média	desvio-padrão	média	desvio-padrão	média	desvio-Padrão
NÃO-RESERVADAS	503	8,09	3,99	3,88	3,39	10,45	2,59	40,00	15,32
RESERVADAS – rede pública	28	6,88	4,06	2,20	2,28	9,31	1,78	32,60	11,66
RESERVADAS – negros/indígenas	24	4,91	2,67	1,66	1,93	9,26	2,09	28,44	10,18
RESERVADAS – **(*1)**	1,00	4,50	0,00	0,00	0,00	8,75	0,00	22,75	0,00
RESERVADAS – Total	53	5,94	3,60	1,91	2,14	9,28	1,91	30,53	11,14
TOTAL GERAL	556	7,88	4,01	3,70	3,34	10,34	2,56	39,10	15,23

CLASSIFICADOS - 1a. Classificação

TIPO DE VAGA	Nº de	ESPECÍFICA 1 BIOLOGIA		ESPECÍFICA 2 QUÍMICA		LÍNGUA PORTUGUESA REDAÇÃO		RESULTADO FINAL (*2)	
		média	desvio-padrão	média	desvio-padrão	média	desvio-padrão	média	desvio-Padrão
NÃO-RESERVADAS	32	15,34	1,50	11,70	2,77	14,06	1,59	72,85	4,62
RESERVADAS – rede pública	16	9,45	3,15	3,42	2,32	9,73	1,52	40,50	8,18
RESERVADAS – negros/indígenas	12	6,98	1,87	2,71	2,23	10,48	1,56	37,15	6,81
RESERVADAS – **(*1)**	.	.	.	-	-	-	-	.	-
RESERVADAS – Total	28	8,39	2,94	3,12	2,31	10,05	1,58	39,06	7,80
TOTAL GERAL	60	12,10	4,15	7,69	4,99	12,19	2,55	57,08	18,00

MATRICULADOS

TIPO DE VAGA	Nº de	ESPECÍFICA 1 BIOLOGIA		ESPECÍFICA 2 QUÍMICA		LÍNGUA PORTUGUESA REDAÇÃO		RESULTADO FINAL (*2)	
		média	desvio-padrão	média	desvio-padrão	média	desvio-padrão	média	desvio-padrão
NÃO-RESERVADAS	28	15,13	1,59	10,95	3,80	13,76	1,77	71,03	5,69
RESERVADAS – rede pública	16	8,45	3,28	2,36	1,66	9,97	1,50	37,05	8,01
RESERVADAS – negros/indígenas	12	6,17	1,95	2,81	2,14	10,13	1,75	34,02	8,63
RESERVADAS – **(*1)**	.	.	.	-	-	-	-	.	-
RESERVADAS – Total	28	7,47	3,01	2,55	1,89	10,04	1,61	35,75	8,41
TOTAL GERAL	56	11,30	4,52	6,75	5,16	11,90	2,52	53,39	19,04

(*1) - Pessoas com deficiência ou filhos de policiais civis e militares, de bombeiros militares e de inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço.

(*2) - Composição do resultado final: bônus do Exame de Qualificação (máximo 20 pontos) + disciplina específica 1 (máximo 20 pontos x peso 2) + disciplina específica 2 (máximo 20 pontos) + Língua Portuguesa Instrumental com Redação (máximo 20 pontos) = máximo 100 pontos.

Fonte: Sub-Reitoria de Graduação - SR-1 Departamento de seleção acadêmica

Com relação à quantidade de inscritos, para as vagas não reservadas foi de 503. Para as vagas reservadas para negros/índios, a quantidade de inscritos foi de 24. Porém dos 503 inscritos para concorrer ás vagas não reservadas, 32 pessoas foram classificadas. E dos 24 candidatos que concorreram às vagas reservadas para negros/ índios, 12, foram classificados. Esses dados comprovam o bom desempenho dos candidatos cotistas negros/índios, com 50% de aprovação, em um concurso tão concorrido como o vestibular para ingressar na faculdade de odontologia. No entanto, os dados comprovam que menos de 10% dos concorrentes às vagas não reservadas foram classificados. Dado relevante, que mostra que um maior percentual de cotistas foi aprovado, se comparado aos não cotistas. Dos 32 candidatos classificados, 28 candidatos matricularam-se, não ocupando todas as vagas oferecidas (32 vagas) havendo 4 desistências. Dos 12 candidatos que concorreram através das cotas para negros/ índios, 12 se matricularam, ocupando todas as vagas oferecidas.

Relacionado às notas médias dos candidatos inscritos, os candidatos que concorreram às vagas não reservadas, tiveram a nota de 8,09 em específica 1. Os candidatos que concorreram pelas cotas para negros/ índios obtiveram a nota de 4,91. Em específica 2, os candidatos que não optaram por nenhuma cota, alcançaram a nota média de 3,88. Os candidatos que optaram pela cota para negros / índios, tiveram 1,66. Em Língua Portuguesa/ Redação, os candidatos não cotistas tiveram a nota média de 10,45, e os cotistas negros/ índios, 9,26. A média do resultado final dos candidatos inscritos não cotistas foi de 40 pontos, e as dos cotistas negros/ índios, 28,44, considerando os respectivos desvios – padrão de 15,32 e 10,18. Nota-se, com isso que os candidatos não cotistas nesta fase, obtiveram notas maiores do que os cotistas, com uma diferença de aproximadamente 4 pontos de vantagem em específica 1,2 pontos a mais em específica 2. Porém, a diferença entre as notas de Língua Portuguesa/ Redação diminuiu: aproximadamente 1 ponto de vantagem dos não cotistas. A diferença da média do resultado final entre não cotistas e cotistas foi aproximadamente de 11 pontos.

Quanto aos candidatos classificados 1ª classificação, os candidatos que não optaram por nenhuma cota, tiveram, em específica 1, 15,34; os candidatos cotistas negros/ índios, obtiveram 6,98 na mesma disciplina. Em específica 2, os candidatos não cotistas alcançaram 11,7 pontos; e os cotistas negros/ índios, 2,71. Em Língua Portuguesa/ Redação, os que não optaram por vagas reservadas tiveram 14,06 pontos, e os cotistas negros/índios, 10,48. As médias do resultado final de não cotistas e cotistas apresentaram respectivamente 72,85 e 37,15. Percebe-se a diferença de pontuações, com notas maiores dos não cotistas sobre os cotistas mais uma vez: em específica 1, diferença aproximada de 8 pontos de vantagem para os não cotistas; em específica 2, uma diferença aproximada de 8 pontos. Em Língua Portuguesa/ Redação, a diferença diminui , ficando em torno de 3,5 pontos a mais para os não cotistas. A diferença do resultado final entre não cotistas e cotistas negros/ índios é de 35,7 de vantagem para os não cotistas. Com relação às

médias das notas dos matriculados, em específica 1, a nota dos não cotistas foi de 15,13; e a dos cotistas negros/ índios, 6,17. Em específica 2, a nota obtida pelos não cotistas foi de 10,95, e a dos cotistas negros/ índios, 2,81. Em Língua Portuguesa/Redação, a nota alcançada pelos não cotistas foi 13,76 e a dos cotistas negros/índios, 10,13. A média do resultado final dos não cotistas foi de 71,03, e a dos cotistas negros/índios, 34,02. Mais uma vez, os não cotistas apresentaram desempenho superior ao dos cotistas. Em específica 1, a diferença foi de aproximadamente 8,9 pontos a mais para os não cotistas. Em específica 2, a diferença foi de aproximadamente 8 pontos de vantagem para os não cotistas. Em Língua Portuguesa/ Redação, a diferença foi de 3,6 pontos a mais para os não cotistas. A média do resultado final apresentou a diferença aproximada de 37 pontos.

Ainda é um pequeno número de negros e índios que ingressam em cursos de prestígio, mas o sistema de cotas já ajudou a inserir negros em cursos majoritariamente brancos e elitistas. Novamente os dados mostram que os candidatos cotistas tiveram um bom desempenho, levando em consideração que se trata de um curso de prestígio e com alta concorrência entre candidatos. Essas diferenças de pontuações, desvantajosas para os cotistas, mostram como faz diferença uma base escolar de qualidade, que provavelmente os não cotistas tiveram. E os cotistas, apesar dos resultados inferiores alcançaram a pontuação exigida para a aprovação. Para conseguirem ingressar num curso como o de Odontologia, o estudante que tem mais tempo para se dedicar aos estudos possui mais chances de ser aprovado. Porém a diferença de desempenho entre cotistas e não cotistas no ingresso ao curso de Odontologia, foi maior comparado ao curso de Direito, por exemplo. O curso de Odontologia é um curso mais caro, e com menos vagas ofertadas, com isso, para conseguir uma vaga requer condições financeiras suficientes e tempo para que haja um desempenho suficiente para a aprovação. E a maioria dos negros, mesmo desejando cursar Odontologia, por não terem recursos financeiros e tempo para a preparação para o exame do vestibular, não alcançam a nota mínima exigida.

IV.4.7 Avaliação dos egressos cotistas

A “Avaliação dos egressos cotistas”, contida no documento: ’’ Avaliação Qualitativa dos dados sobre desempenho acadêmico 2011’’, realizado pela equipe do Departamento de Desenvolvimento Acadêmico de Projetos e Inovações – DEAPI – da Sub-Reitoria de Graduação – SR-1 será apresentada com o objetivo de verificar a o perfil, a perspectiva do concluinte e o quantitativo de egressos, em especial os cotistas, objeto central de pesquisa deste trabalho.

O documento apresenta a metodologia utilizada, no qual descreve que, o público-alvo são ex-alunos cotistas do período 2004/2008. Os dados da população estudada, 4 280 egressos cotistas, foram obtidos no banco de dados do Sistema Acadêmico de Graduação – SAG – da

UERJ. A população foi dividida em duas amostras: 2 334 concluintes e 1 946 não concluintes. Uma carta foi enviada a todos os elementos dessa população, convidando-os a responder, on-line, a um questionário de coleta de dados, com respostas fechadas e abertas. Foram devolvidas pelos Correios 177 cartas-convite, não havendo outra possibilidade de envolver esta parcela da população no projeto. Assim, a participação efetiva total foi de 813 egressos cotistas, dos quais 496 eram concluintes e 317 não concluintes (UERJ, 2011).

IV. 4.7.1. Análise do perfil de cotistas concluintes e não concluintes

Tabela IV.7 - Perfil de concluintes e não concluintes

Perfil		Concluintes		Não Concluintes	
		Nº de cotistas	Porcentagem	Nº de cotistas	Porcentagem
Idade	+ 30	388	78%	217	68%
	- 30	108	22%	100	32%
Gênero	Feminino	341	69%	158	50%
	Masculino	155	31%	159	50%
Estado civil	Solteiros	343	69%	212	67%
	Comprometidos	142	29%	97	31%
	Separados	11	2%	8	3%
Ocupação	Estudantes	301	61%	167	53%
	Trabalhadores	195	39%	150	47%
Total de egressos		496	100%	317	100%

Fonte: UERJ,2011

A tabela mostra que o perfil dos cotistas concluintes apresentou uma maioria acima de 30 anos de idade (388 pessoas), equivalente a 78 % dos pesquisados. Uma minoria (108 pessoas) está abaixo de 30 anos, representando 22% dos estudantes. Quanto ao sexo dos entrevistados, os dados mostraram que as mulheres compunham a maioria: (341 pessoas), equivalente a 69% eram do sexo feminino, e 155 (31%) do sexo masculino. Os (as) concluintes solteiros (as) foram a maioria pesquisada: 69%, representados por 343 pessoas.

Os (as) comprometidos (as) representaram 29 %, equivalente a 142 pessoas e os separados (as) foram o equivalente a 2% (11 pessoas). Quanto à ocupação, os (as) estudantes predominaram: 61% (301 pessoas) e 39 % eram trabalhadores (195 pessoas).

Relacionado ao perfil dos cotistas não concluintes 68% possuíam idade acima de 30 anos, representado por 217 pessoas. Um percentual de 32% possuía idade abaixo de 30 anos, equivalendo a 100 pessoas. Com relação ao gênero, houve um dado curioso: o percentual de concluintes homens e mulheres foi igual 50% de homens e 50 % de mulheres, representado respectivamente por 159 e 158 pessoas. Os (as) solteiros (as) representaram a maioria dos cotistas não concluintes, com 67% dos entrevistados (212 pessoas); em seguida vieram os (as) comprometidos (as) com 31% (97 pessoas) e por último, os (as) separados (as), com 3% (8 pessoas). Quanto à ocupação, a maioria dos não concluintes foi composta por estudantes 53% (167 pessoas), e em seguida pelos trabalhadores 47% (150 pessoas).

Os dados da tabela acima mostram que os estudantes estão ingressando mais tarde no ensino superior, pois tanto no perfil dos cotistas concluintes quanto o dos não concluintes constatou-se uma maior parte de estudantes acima de 30 anos.

As mulheres compõem a maioria dos estudantes, tanto concluintes quanto não concluintes, mostrando uma maior inserção da mulher no ensino superior, uma conquista, resultante também de muitas lutas por direitos iguais para mulheres brasileiras. Uma predominância de solteiros (as) e estudantes também foi vista nos dois perfis. Uma pessoa solteira tem mais tempo para se dedicar aos estudos do que uma pessoa casada, por exemplo, além do solteiro, se viver as expensas dos pais, não possuir muitas despesas para custear sua manutenção na faculdade, que mesmo sendo pública, há gastos constantes com alimentação, transporte, material, entre outros. E um estudante possui mais tempo disponível para se dedicar aos estudos, do que um trabalhador por exemplo. Porém, os estudantes foram maioria também no perfil dos não concluintes. Apesar de o estudante possuir mais tempo para a dedicação aos estudos, possui menos dinheiro para custear os gastos que um curso superior exige, podendo ser uma das justificativas usadas pelos estudantes para explicar sua evasão da universidade.

IV. 4.7.2 Percentual de alunos concluintes

A tabela abaixo mostra o percentual de alunos concluintes por curso, durante 5 anos dividido em cotistas, não cotistas e geral. [44]

[44]A tabela também divide os cursos por Centros Setoriais que possuem siglas usadas internamente na UERJ. A sigla CEH: Centro de Educação e Humanidades: Faculdade de Comunicação Social, Faculdade de Educação, Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Faculdade de Formação de Professores, Instituto de Artes, Instituto de Educação Física e Desporto, Instituto de Letras, Instituto de Psicologia; CTC: Centro de Tecnologia e Ciências: Escola Superior de Desenho Industrial, Faculdade de Engenharia, Faculdade de Geologia, Faculdade de Oceanografia, Faculdade de Tecnologia, Instituto de Física Armando Dias Tavares, Instituto de Geografia, Instituto de Matemática e Estatística, Instituto Politécnico, Instituto de Química. CBI: Centro Biomédico: Faculdade de Ciências Médicas, Faculdade de Enfermagem, Faculdade de Odontologia, Instituto de Biologia Roberto Alcântara Gomes, Instituto de Nutrição; CCS: Centro de Ciências Sociais: Faculdade de Administração e Finanças, Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Direito, Faculdade de Serviço Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; UERJ.

Tabela IV.8 - Percentual de alunos concluintes em 5 anos

ano do vestibular	CEH			CTC			CBI			CCS			UERJ		
	cotistas	não cotistas	geral	cotistas	não cotistas	geral	cotistas	não cotistas	geral	cotistas	não cotistas	geral	cotistas	não cotistas	geral
2000		51,2	51,2		14,7	14,7		55,9	55,9		33,3	33,3		37,6	37,6
2001		48,8	48,8		14,4	14,4		50,9	50,9		34,0	34,0		34,3	34,3
2002		50,6	50,6		13,5	13,5		48,2	48,2		32,3	32,3		34,5	34,5
2003	41,6	38,2	40,3	8,9	11,4	10,2	47,8	45,6	47,1	24,6	23,9	24,4	29,6	25,2	27,8
2004	41,1	38,6	39,7	10,9	7,7	8,9	49,2	40,3	44,3	22,6	27,2	25,1	29,1	25,6	27,1
2005	42,7	38,9	40,1	9,8	11,0	10,7	47,2	47,5	47,4	24,8	27,9	26,6	30,3	27,4	28,3
2006	32,3	26,9	28,6	9,5	8,9	9,1	40,0	45,5	43,1	23,7	22,0	22,7	25,9	20,5	22,2

Fonte: UERJ, 2011

No ano de 2003, o percentual de alunos concluintes do CEH foi maior entre os cotistas, com 41,6 %, e de não cotistas representou 38,2%. Em 2004, mais uma vez os cotistas foram maioria de concluintes do CEH: 41,1%. Não cotistas apresentaram 38,6 %. Em 2005, os cotistas foram maioria também dentre os concluintes, com o percentual de 42,7 % e não cotistas, 38,9%. No ano de 2006, os cotistas foram maioria entre os concluintes, com 32,3 % e 26,9% de não cotistas. O CEH que representa o Centro de Educação e Humanidades: Faculdade de Comunicação Social, Faculdade de Educação, Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Faculdade de Formação de Professores, Instituto de Artes, Instituto de Educação Física e Desporto, Instituto de Letras, Instituto de Psicologia, possui alunos com cursos menos prestigiados, e de manutenção mais barata.

Apesar dessas características temos que levar em conta outras questões, pois esses cursos oferecem turmas no horário noturno, como o de Letras, por exemplo, nos horários da manhã, tarde e da noite, possibilitando aos alunos desses cursos conciliarem estudo e trabalho. E apesar de serem cursos com menor prestígio social, essas profissões representam um avanço social para os estudantes cotistas, ampliando as possibilidades de ingresso no mercado de trabalho, e de receber uma remuneração além da média do local onde vive, sendo muitas vezes, esse estudante, o primeiro de sua família a ingressar numa Universidade. Com isso, o fato do cotista ser a maioria entre os concluintes é atrelado à importância de se formar para conseguir melhores empregos no mercado de trabalho, oportunidade muito importante para a ascensão social do estudante.

O segundo centro setorial analisado, o CTC, apresentou situação um pouco diferente. No ano de 2003, o percentual de cotistas concluintes foi menor do que o dos não cotistas: 8,9% de cotistas concluintes e 11,4% de não cotistas. Em 2004, o percentual de cotistas concluintes foi de 10,9% e o de não cotistas foi de 7,7%. Em 2005, 9,8 % de cotistas concluíram o curso, e 11% de não cotistas concluíram. No ano de 2006, o percentual de cotistas concluintes foi de 9,5%, e o de não cotistas, 8,9%. O CTC: Centro de Tecnologia e Ciências**:** Escola Superior de Desenho

Industrial, Faculdade de Engenharia, Faculdade de Geologia, Faculdade de Oceanografia, Faculdade de Tecnologia, Instituto de Física Armando Dias Tavares, Instituto de Geografia, Instituto de Matemática e Estatística, Instituto Politécnico, Instituto de Química, já possui cursos de prestígio e de alto custo, como os de Engenharia, e de Desenho Industrial. Porém, nos anos de 2004 e 2006, o percentual de cotistas concluintes foi mais alto do que o de não cotistas, mostrando que podem ir além de especulações, e que possuem mérito também, não sendo o mérito exclusivo dos que não ingressaram por cota.

Os cotistas são minoria entre os concluintes na maioria dos anos, com exceção do ano de 2006. Cursos como Geografia, Engenharia, Matemática e Química oferecem cursos em horários variados (UERJ, 2013), possibilitando o estudante conciliar estudo e trabalho. No entanto, apesar de não haver nesta tabela a separação por curso, a maioria dos cotistas, devido à falta de condições financeiras, concilia o trabalho com o estudo, além de ter uma base escolar mais fraca, em especial nas disciplinas exatas. Cursos como Desenho Industrial, oferecem apenas o horário integral (UERJ, 2013), dificultando a conclusão de muitos alunos que precisam trabalhar, pois não possuem recursos suficientes para a manutenção na Universidade, além de ser um curso com materiais didáticos caros com alto valor no mercado.

Relativo ao ano de 2003, dos alunos concluintes do CBI, 47,8 % foram cotistas; e 45,6, não cotistas. Em 2004, os cotistas representaram 49,2 % dos concluintes, e 40,3%, não cotistas. Em 2005, 47,2% dos concluintes eram cotistas, e 47,5%, não cotistas. Em 2006, 40% dos concluintes eram cotistas e 45,5%, não cotistas. CBI: Centro Biomédico: Faculdade de Ciências Médicas, Faculdade de Enfermagem, Faculdade de Odontologia, Instituto de Biologia Roberto Alcântara Gomes, Instituto de Nutrição. O CBI possui cursos caros e de alto prestígio social, como Odontologia, mas surpreendentemente, nos anos de 2003 e 2004 os cotistas foram maioria dentre os concluintes. Os cursos de Medicina, Odontologia e Enfermagem são cursos que possuem horário integral, com isso, impossibilitando o estudante de trabalhar. Sabemos que as cotas possuem critério de renda, com isso os alunos cotistas destes cursos também não possuem muitos recursos financeiros, mesmo assim, são maioria entre os concluintes, mostrando mais uma vez, que podem superar barreiras colocadas pelo racismo para concluírem o curso, apesar de ainda haverem poucos negros cursando cursos de prestígio**.**

Os percentuais apresentados pelo centro setorial CCS, mostraram que em 2003, havia 24,6% de cotistas concluintes e 23,9% de não cotistas. Em 2004, o percentual de cotistas concluintes foi de 22,6%, e de não cotistas, 27,2%. Em 2005, o percentual de cotistas concluintes apresentado foi de 24,8%, e de não cotistas, 27,9%. E no ano de 2006, o percentual de cotistas concluintes foi de 23,7%, e de não cotistas concluintes, 22%. O CCS, que representa o Centro de Ciências Sociais: Faculdade de Administração e Finanças, Faculdade de Ciências

Econômicas, Faculdade de Direito, Faculdade de Serviço Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, possui também cursos de alta concorrência e prestígio, como Administração e Direito. Os cursos de Administração e Direito oferecem turmas em todos os horários, possibilitando aos alunos conciliarem estudo e trabalho, sendo um ponto positivo para os alunos que não possuem condições financeiras para arcar os custos do curso, por mais que recebam ajuda de custo por parte da Universidade. Porém nos anos de 2003 e 2006 os cotistas foram maioria entre os concluintes, mostrando mais uma vez que conseguem superar as adversidades e as expectativas dos que argumentam que os cotistas não concluiriam o curso superior.

Os percentuais apresentados pela UERJ mostraram que em 2003, os cotistas concluintes representaram 29,6%, e os não cotistas, 25,2%. Em 2004, os cotistas eram 29,1% dos concluintes, e os não cotistas, 25,6%. Em 2005, os cotistas foram 30,3% dos concluintes, e os não cotistas, 27,4%. E no ano de 2006 os cotistas representaram 25,9% dos concluintes, e os não cotistas, 20,5%. Os dados mostraram que em todos os anos analisados, o percentual de cotistas concluintes foi maior do que o de não cotistas, porém mais alunos não cotistas estão evadindo e novamente os cotistas desmistificaram os argumentos de que não concluiriam o ensino superior e superaram as dificuldades enfrentadas para concluírem o ensino superior.

Os dados acima mostraram que, apesar das críticas ao sistema de cotas, os cotistas mostraram que mesmo com uma base escolar fraca, poucos recursos, além de outras questões, conseguiram ter um bom desempenho ao longo do curso superior escolhido, inclusive em cursos de prestígio. Provando que tiveram esforço intelectual e persistência para cursar a Universidade, e o desejo de cursar uma Universidade superou as dificuldades enfrentadas como por exemplo, conciliar estudo e trabalho, o que não é fácil, pois sabemos que estudar requer tempo. Os dados ao longo deste capítulo mostraram que ainda existem poucos negros cursando o ensino superior, porém as cotas possibilitaram o aumento da quantidade de negros nas Universidades

IV. 4.7.3. Análise dos egressos cotistas concluintes

A análise dos egressos cotistas concluintes foi retirada de dados do documento ‘’Avaliação Qualitativa dos dados sobre desempenho acadêmico 2011’’, e tem por objetivo avaliar e analisar o quantitativo de cotistas concluintes por curso de graduação.

Tabela IV.9 - Cursos de graduação dos cotistas egressos concluintes

Curso	Número de Alunos	Porcentagem
Administração	18	3,6%
Artes	12	2,4%
Ciências Biológicas	27	5,4%
Ciências Contábeis	26	5,2%
Ciências Econômicas	10	2,0%
Ciências Sociais	8	1,6%
Comunicação Social	9	1,8%
Desenho Industrial	7	1,4%
Direito	35	7,1%
Educação Física	5	1,0%
Enfermagem	22	4,4%
Engenharia	19	3,8%
Engenharia química	2	0,4%
Estatística	3	0,6%
Filosofia	6	1,2%
Física	1	0,2%
Geografia	28	5,6%
Geologia	1	0,2%
História	24	4,8%
Informática e tecn. Informação	5	1,0%
Letras – inglês	3	0,6%
Letras - port / alemão	3	0,6%
Letras - port / espanhol	8	1,6%
Letras - port / francês	2	0,4%
Letras - port / inglês	5	1,0%
Letras - port / italiano	3	0,6%
Letras - port / japonês	2	0,4%
Letras - port / latim	3	0,6%
Letras - port / literatura	29	5,8%
Matemática	25	5,0%
Medicina	10	2,0%
Nutrição	21	4,2%
Odontologia	8	1,6%
Pedagogia	70	14,1%
Pedagogia - Séries Iniciais	20	4,0%
Psicologia	8	1,6%
Química	1	0,2%
Serviço social	7	1,4%
Total	**496**	**100%**

Fonte: UERJ, 2011

Os cursos de Física, Geologia e Química, seguidos pelo de Engenharia Química foram o que apresentaram os menores números de egressos cotistas concluintes: apenas 1 estudante, com percentuais de 0,2%. E o de Engenharia Química, apenas dois estudantes, com percentual de 0,4%. Como abordamos no subitem anterior, apesar de não serem cursos de maior prestígio social, com exceção do de Engenharia Química, são cursos em que o estudante deve ter uma base escolar qualitativa para ingressar, pois as disciplinas específicas exigem um maior conhecimento nas áreas de Física, Química e no caso do curso de Geologia, Química, Matemática, Física e Biologia. Entretanto, o aluno cotista, salvo raras exceções, não possuiu em sua base escolar conhecimento aprofundados nessas disciplinas, suficientes para ingressar em cursos que exijam mais especificidade nesses conteúdos.

Outros cursos como o de Estatística, Letras, Letras/Inglês (Português/ Inglês, Português/ Alemão, Português/ Francês, Português/ Italiano, Português/ Japonês, Português/ Latim) apresentaram baixos números de cotistas concluintes também, pois também são cursos que exigem uma base sólida anterior. O de Estatística, por exemplo, exige conhecimentos mais aprofundados de matemática, e o aluno proveniente do ensino público, não possui conhecimentos suficientes em matemática para acompanhar o curso de Estatística. Os cursos de Letras que são acompanhados por uma segunda língua, também exigem conhecimentos dos alunos em línguas que por exemplo, o Italiano, eles não aprenderam na escola, com isso havendo a necessidade de fazer um curso de línguas paralelamente à escola. Porém, um curso de línguas tem um alto custo, e a maioria dos estudantes negros, provenientes de escolas públicas, não possuem recursos para custear este tipo de curso, com isso apresentando poucos cotistas concluintes.

No entanto, cursos como Letras Português/ Literatura, Pedagogia, Direito, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Enfermagem, Engenharia, Geografia, Matemática, Pedagogia - Séries iniciais e Nutrição tiveram, dentre os demais cursos, um maior número de cotistas egressos concluintes. O curso de Pedagogia foi o curso com maior número de cotistas egressos concluintes, com 70 pessoas, representando 14,1%. O curso de Pedagogia, como o de Letras Português/ Literatura, que apresentou o número de 29 cotistas egressos concluintes que formam profissionais para a área Educacional, são cursos pouco prestigiados, porém muito procurados por pessoas com menos escolaridade, pois são cursos com custo de manutenção menor do que outros, como Direito por exemplo. Porém, o curso de Direito, um dos mais concorridos e considerado um curso de prestígio, apresentou o número de 35 egressos cotistas, representando 7,1% dos cotistas. Um percentual considerável, se levado em consideração à quantidade de cotistas que ingressam no curso de Direito.

Cursos considerados de prestígio social como Medicina e Odontologia, apresentaram respectivamente, 10 cotistas egressos (2%) e 8 cotistas egressos (1,6%). São cursos caros, com alto custo de manutenção, e de grande concorrência. Porém, comparado ao número de cotistas não concluintes, o número de concluintes cotistas foi alto, mostrando com isso que os cotistas

estudam e conseguem acompanhar as matérias oferecidas pela universidade, contrariando expectativas contrárias as cotas raciais, que defendem que os cotistas além de não conseguirem acompanhar as disciplinas oferecidas, não concluirão o curso escolhido.

IV. 4.7.4. Análise dos egressos cotistas não concluintes

A análise dos egressos cotistas não concluintes foi retirada de dados do documento ‘’Avaliação Qualitativa dos dados sobre desempenho acadêmico 2011’’, e tem por objetivo avaliar e analisar o quantitativo de cotistas concluintes por curso de graduação.

Percebe- se na tabela que cursos como Desenho Industrial, Artes Visuais, Letras-Português/Alemão, Português / Grego, Português / Latim, Português/ Italiano, Geologia apresentaram todos apenas 1 egresso cotista não concluinte. Se comparado ao número de egressos cotistas concluintes, apenas uma pequena parcela de cotistas não concluíram o curso que iniciaram.

Tabela IV.10 - Cursos de graduação dos cotistas egressos não concluintes

Cursos	Número de Alunos	Porcentagem
Administração	7	2,2%
Artes	12	3,8%
Artes Visuais	1	0,3%
Ciências Atuariais	3	0,9%
Ciências Biológicas	11	3,5%
Ciências Contábeis	4	1,3%
Ciências Econômicas	11	3,5%
Ciências Sociais	5	1,6%
Comunicação Social	4	1,3%
Desenho Industrial	1	0,3%
Direito	6	1,9%
Educação Física	5	1,6%
Enfermagem	2	0,6%
Engenharia	36	11,4%
Engenharia Química	14	4,4%
Estatística	8	2,5%
Filosofia	4	1,3%
Física	16	5,0%
Geografia	10	3,2%
Geologia	1	0,3%
História	16	5,0%
Informática E Tecn. Informação	12	3,8%
Letras – Inglês	7	2,2%
Letras - Port / Alemão	1	0,3%
Letras - Port / Espanhol	5	1,6%
Letras - Port / Francês	2	0,6%
Letras - Port / Grego	1	0,3%

Letras - Port / Inglês	5	1,6%
Letras - Port / Italiano	1	0,3%
Letras - Port / Latim	1	0,3%
Letras - Port / Literatura	10	3,2%
Matemática	35	11,0%
Medicina	2	0,6%
Nutrição	4	1,3%
Oceanografia	5	1,6%
Odontologia	3	0,9%
Pedagogia	24	7,6%
Pedagogia - Séries Iniciais	10	3,2%
Psicologia	5	1,6%
Química	2	0,6%
Serviço Social	5	1,6%
Total	**317**	**100%**

Os cursos que apresentaram maior número de cotistas egressos não concluintes foram os de Engenharia e Matemática, 36 e 35 alunos, respectivamente com porcentagens (11,4% e 11%). Seguido dos cursos de Pedagogia, Física, Engenharia Química, História, Artes, Informática E Tecn. Informação, Pedagogia - Séries Iniciais. Se comparar aos números dos egressos concluintes do curso de Pedagogia (70 egressos), apenas menos de 10 % em comparação aos egressos concluintes. No curso de Física, apenas 1 aluno cotista concluiu, e 16 alunos não concluíram. Em Engenharia Química, 2 alunos concluíram; porém 14 não concluíram o curso. No curso de História, 24 cotistas concluíram o curso, e 16 alunos não concluíram o curso. O curso de Artes que teve 12 cotistas egressos concluintes apresentou o mesmo número de não concluintes: 12 pessoas. O de Informática/ Tecnologia da Informação apresentou 5 alunos concluintes, e 12 não concluintes. O curso de Pedagogia – Séries Iniciais apresentou o número de 20 cotistas concluintes, e 10 cotistas não concluintes.

Ao compararmos o número de alunos cotistas concluintes e não concluintes, foi percebido que em alguns cursos houve um número maior de concluintes. Porém, há um grande número de cotistas que evadiram. O gráfico 1, contido no Anexo 1 deste trabalho, que se refere às Áreas de dificuldades relatadas pelos concluintes, mostra que a maior dificuldade relatada pelos cotistas foi a Financeira/ Relacionamento, representado por 178 alunos, seguido de dificuldades Financeira/ Aprendizagem, representado por 102 alunos. Comprovando que a principal dificuldade dos alunos é financeira. De fato, sem recursos financeiros, a dificuldade para concluir o curso aumenta, pois como já abordado, cursar o ensino superior requer recursos. No entanto, não devemos deixar de levar em conta o aspecto do relacionamento e aprendizagem, pois muitas pessoas têm medo de assumir que possuem dificuldades de aprendizagem, e um bom relacionamento é muito importante para motivar o estudante a prosseguir com os estudos.

No gráfico 2, também contido no anexo 1, que contém as áreas de dificuldades enfrentadas pelos não concluintes, mostra que a maior dificuldade enfrentada pelos cotistas não concluintes também foi a Financeira (139 alunos), seguido da dificuldade de Aprendizagem/Financeira/Relacionamento pessoal (61 alunos). Entre outras dificuldades como Não Identificação com o Curso.

O documento apresenta, através de pesquisa realizada com 414 ex - cotistas, os aspectos negativos e positivos de seus cursos. Como pontos positivos destacaram-se: com relação à qualidade do corpo docente, (43,7 %, 217 citações); com relação à estrutura organizacional, a credibilidade dos cursos da UERJ, sua tradição e qualidade de ensino público (97 citações) que apresenta a maioria dos currículos integrados e reformulados (aulas teóricas e práticas), interdisciplinaridade, oferecimento de disciplinas eletivas e alto grau de exigência na avaliação e carga horária extensa; flexibilidade de horário (cursos diurnos e noturnos) o que permite a conciliação entre o trabalho e o estudo; possibilidade de formação em bacharelado e licenciatura, além da preparação para o mercado de trabalho pela ascensão sociocultural de um profissional crítico (119 citações = 23,9 %); relacionado ao apoio aos cotistas: a oportunidade de participar de atividades de IC, de bolsas do PROINICIAR, palestras e seminários, projetos de pesquisa, monitoria e estágios; e de utilizar os serviços das bibliotecas, laboratórios e internet (78 citações = 15,7 %) (UERJ, 2011).

Já em relação aos pontos negativos citados, referiam-se, principalmente, a questões estruturais e de infra-estrutura: (198 ex-cotistas, 39,9 % dos egressos) que reclamaram das aulas e os banheiros dos Campi do Maracanã, da FFP de São Gonçalo, da FBEF, e do HUPE; destes, 30 ex-alunos destacaram as bibliotecas desatualizadas e com poucos exemplares disponíveis para estudos; também a precariedade dos laboratórios foi destacada por 24 ex-alunos, principalmente os de línguas estrangeiras, informática, biologia e nutrição; no concernente à alimentação, 9 ex-cotistas reclamaram também da falta de um “bandejão” e dos restaurantes caros existentes; finalmente, 5 egressos reclamaram da falta de segurança, notadamente, nos cursos da noite. Quanto às questões organizacionais/curriculares: 181 dos egressos, 36,5 % dos entrevistados, destacaram que cursaram a Faculdade com currículos antigos, defasados, e que a fase de transição da reforma curricular foi desorganizada e o atendimento informativo aos alunos foi precário (56 citações); criticaram, ainda, a composição da grade curricular marcada pelos horários rígidos e inflexíveis de algumas disciplinas, a carga horária excessiva e mal distribuída de algumas delas em contraposição a existência de tempos ociosos (29 citações), bem como o desequilíbrio entre a teoria e a prática, isto é, registraram a necessidade de mais aulas práticas em face ao número muito grande de aulas tradicionais (37 citações); neste contexto, os cursos mais citados foram os das áreas médica, educação física, administração e educacional; na opinião de 36 ex-cotistas, seus cursos foram prejudicados pelos períodos de greves e da

reposição “relativa” das aulas, que levaram à incompletude e ao fechamento dos programas de várias disciplinas, como também as poucas opções de disciplinas eletivas, sendo algumas delas sem nenhum interesse para a formação profissional; 23 ex-alunos criticaram a pouca atenção que a administração universitária dá aos cursos noturnos e aos cursos de licenciatura, que deveriam ter o mesmo tratamento que os cursos de bacharelado (9 citações) e o pouco incentivo aos projetos de extensão e aos trabalhos de campo, sempre carentes de recursos humanos e materiais (14 citações);13 ex-cotistas reclamaram do pouco número de bolsas e do baixo valor das mesmas, que não atendem a todos os alunos que necessitam deste apoio, e, ainda, 11 ex-cotistas registraram que sentiram um “preconceito velado”, ou seja, que sentiram uma atitude preconceituosa em relação aos cotistas por parte de “alguns” professores, funcionários e até mesmo de “alguns” alunos. questões da área docente: na avaliação de 99 egressos, (20 % dos respondentes) o corpo docente e/ou a falta dele foram apontados como aspectos negativos dos cursos: “alguns” professores foram descritos como “faltosos e pouco comprometidos” com a aprendizagem dos alunos e desinteressados da orientação das monografias e estágios, e “poucos” foram qualificados como “desmotivados e/ou desatualizados” (47 citações); na opinião de 41 ex-alunos o aspecto negativo estava na grande quantidade de aulas dadas por professores contratados, sem experiência, e por mestrandos, em comparação com o pequeno número de aulas dadas por professores efetivos/concursados; para 11 ex-cotistas, o ponto crucial está nos professores responsáveis pelos estágios, na rigidez dos horários impostos, pouca oferta, muita cobrança e pouco estímulo (UERJ, 2011).

Quanto à diversidade das atividades desenvolvidas pelos concluintes, os dados mostram que um maior número de alunos (79 alunos) participou do projeto ProIniciar (FAPERJ/UERJ), seguida de atividades de extensão (40 alunos), entre outras atividades como Iniciação a Docência, Monitoria, Extensão, Cultura e Bolsas de Incentivo a Graduação – BIG/FAPERJ, PIBIC/UERJ, Programa de Incentivo à Bolsa de Iniciação Científica CNPq e Bolsa de Iniciação Científica FAPERJ. Portanto mostra que a UERJ possui programas para auxiliar o estudante cotista a permanecer e concluir a Universidade, o que não quer dizer que esses não possam ser melhorados, pois apenas 15,7 % dos cotistas consideraram as bolsas como aspectos positivos.

Com relação à inserção no mercado de trabalho, os dados do gráfico 4 mostraram que a maioria dos egressos estava trabalhando, 79 %. Mostrando que o ensino superior pode possibilitar sim, maiores chances do mercado de trabalho, ampliando as possibilidades de inserção em empregos com maiores remunerações. O gráfico 5: ‘’ Segmentos de mercado de trabalho’’, mostrou que a maioria dos egressos era composta por servidores públicos, 40%, seguido por CLT, 35%. Com isso, provando que o curso superior faz com que os estudantes, além de terem suas chances no mercado de trabalho ampliadas, possuam base sólida para auxiliar o egresso a ingressar no serviço público, almejado por muitos, devido também, pela estabilidade financeira que proporciona.

Conclusão

O primeiro capítulo deste trabalho abordou a questão da ideologia, da raça e de como o racismo foi historicamente se modificando para chegar à situação atual. Desde o período abolicionista, os negros foram colocados à margem da sociedade, abandonados a própria sorte, sem condições dignas de subsistência. O primeiro capítulo deste trabalho abordou também como a imigração européia contribuiu para que os negros tivessem menos oportunidades de emprego, pois os imigrantes eram contratados, em detrimento dos negros, considerados inferiores e com poucas capacidades. Teorias do início do século XIX tentavam provar que os negros eram inferiores aos brancos, e com isso incapazes. As oportunidades para os negros eram bastante reduzidas.

Porém, o Movimento Negro foi e ainda é fundamental para o enfrentamento da luta contra o racismo brasileiro. Este trabalho abordou a luta do Movimento Negro por melhores condições de sobrevivência para a população negra, objetivando ressaltar a importância deste movimento para a sociedade brasileira. Muitas conquistas em prol da população negra na sociedade, dentre elas a aprovação do sistema de cotas raciais em universidades e em concursos públicos, se deram também graças ao Movimento Negro, movimento importantíssimo para nossa sociedade.

A importância das cotas para o enfrentamento do racismo no Brasil também foi abordada no segundo capítulo deste trabalho, para compreendermos que as cotas raciais em universidades possibilitam o acesso da população negra a um nível de escolaridade historicamente elitista: o ensino superior. A questão das cotas para a população negra no ensino superior gera inúmeros questionamentos, tanto por parte do senso comum, quanto pelos intelectuais como: O porquê das cotas se somos todos iguais? Como sabemos quem é negro e quem é branco no Brasil? Dentre outros questionamentos expostos ao longo deste trabalho. Porém, quem possui um mínimo de consciência das relações raciais no Brasil sabe e percebe que as oportunidades não são e nunca foram iguais. Basta observar ao redor: qual a cor da maioria dos empregados domésticos? E quantos médicos, dentistas, engenheiros negros você conhece? Ora, sabemos perfeitamente onde a maioria da população negra está, porém, ao falar de cotas, falei de privilégios, falei de lugares, falei de racismo, e a parte da sociedade que detém privilégios, majoritariamente branca, não quer abrir mão deles, e nem das benesses que sempre tiveram ao longo da vida.

Abordei também, neste trabalho, com o intuito de analisar os questionamentos dos intelectuais e de leitores do jornal ‘’O Globo’’ contrários ao sistema de cotas, que utilizaram diversos argumentos, além dos citados acima. Intelectuais que inclusive reuniram - se para escrever um livro, chamado ‘’Divisões Perigosas’’. Uma coletânea de artigos onde escrevem

argumentos contrários às cotas raciais, à Lei 10. 639, e até criticando o Movimento Negro. O livro argumenta que não há divisão de raças, portanto o racismo não existe. Os autores expõem suas idéias como se não fosse necessária a discussão em torno do racismo e suas conseqüências, tentando com isso não dar a devida importância à questão racial. O trabalho apresentou também, as opiniões emitidas pelos leitores do ‘’Jornal O Globo’’, representando o ‘’senso comum’’. As opiniões dos leitores não diferiram muito das dos intelectuais. Nota-se que há um desconhecimento dos leitores não somente a respeito das relações raciais no Brasil, mas também de como funciona o sistema de cotas raciais para negros/ índios nas universidades públicas brasileiras. Expus a discussão acerca das cotas no trabalho, pois, penso ser fundamental e democrático apresentar o debate, a divergência.

Na última parte do trabalho, apresentei inicialmente como ocorrem às relações raciais no ambiente escolar, intuindo mostrar a importância da escola para estimular a autoestima da criança negra, pois a escola é o lugar onde passamos uma grande parte da vida, e nela devem ser aprendidos valores como solidariedade e respeito às diferenças. Porém, salvo raras exceções, a escola é um local onde são reproduzidos os preconceitos e estereótipos, e a cultura negra é silenciada, e a história dos povos africanos, desprezada; com isso, a criança negra passa a incorporar a cultura branca e européia, não se identificando e não conhecendo sua própria cultura, história e origem. O papel da família também foi colocado, pois considero a família de suma importância para estimular a autoestima e conscientização da criança negra. Uma criança negra com autoestima, que se orgulha da sua cor e raça, e consciente do que representa na sociedade, tem maiores chances de ser também um adulto ciente dos seus direitos, e mais atuante na luta contra o racismo, ainda presente em nossa sociedade.

Foi abordada também a questão do processo do vestibular, um processo difícil e caro, pois muitos estudantes para ingressar na universidade pública recorrem aos cursos preparatórios, porém nem todos os estudantes têm recursos para tal. A universidade pública desde o início do século XIX é um espaço reservado a uma elite, e as cotas vem para inserir estudantes de camadas populares nesse espaço. Os cursos preparatórios destinados à população negra e carente auxiliam neste processo de inserção no ensino superior. E a UERJ foi citada neste trabalho, pois foi uma instituição que deu o pontapé inicial no rompimento das barreiras contra o preconceito, e foi a primeira instituição no Rio de Janeiro a aplicar o sistema de cotas raciais. No entanto, ao contrário das expectativas do senso comum, os dados referentes à situação dos cotistas negros/ índios da UERJ mostraram que apesar de haver poucos negros ainda nas universidades principalmente em cursos de prestígio, os cotistas negros/índios tiveram um bom desempenho, e em alguns cursos possuíram índices de aprovação maiores do que os dos não cotistas, mostrando que os negros têm mérito também, mesmo não partindo de situação de igualdade com a maioria dos brancos.

Não tive a pretensão de mudar a mentalidade preconceituosa da sociedade brasileira, mas de alertar que o racismo é presente sim, e que as políticas de ações afirmativas são importantes para que a população negra tenha possibilidades de mudar de vida. Não podemos fechar os olhos para a realidade: falta muito ainda para que negros e brancos tenham iguais condições de subsistência. O Brasil não se considera um país racista, mas também não deseja que os negros ascendam socialmente. O trabalho apresenta dados estatísticos sobre a presença negra no ensino superior. Após a implementação do sistema de cotas raciais, a quantidade de negros no ensino superior aumentou, mas ainda não é suficiente, para um país com maioria negra.

Mas, tenho esperanças de um dia, ver muitos negros bem sucedidos, com boas condições de vida. Quem sabe um dia o Brasil terá um presidente negro? Muitos comparam o racismo brasileiro com o racismo americano; porém defendo que são racismos diferentes, racismo é racismo, não existe racismo melhor ou pior. O racismo é cruel, perverso, desumano. Mas, os negros americanos, de certo modo, romperam barreiras a ponto de se ter um presidente negro, resultado de muita luta por direitos iguais para brancos e negros. Não que o racismo nos Estados Unidos tenha desaparecido, mas creio que ao menos muitos negros conseguiram ter melhores condições de vida. No Brasil, existe esse racismo velado, dissimulado, que não se assume racista, porém uma boa parte dos brasileiros é contrária a políticas voltadas para a população negra e carente, e não acredita na necessidade de estratégias para o enfrentamento do racismo, pois acredita que o racismo não existe, e está bom como está: negros com piores condições de vida e enfrentando diariamente o racismo à brasileira, e brancos ganhando salários melhores e desfrutando dos privilégios sociais.

Parafraseando Martin Luther King: ‘’*I have a dream”.* Eu sonho, um dia, em ver todos de fato em igualdade de condições, com uma sociedade brasileira referência em educação de qualidade, com crianças negras tendo uma boa base escolar, e conhecendo sua cor, sua raça e seus antepassados. Sonho com uma escola que tenha referências positivas também para crianças negras. Negros ocupando cada vez mais espaços elitizados. Mais negros juízes, médicos, engenheiros, dentistas. Não desmerecendo em momento algum os negros que chegaram lá, porém precisamos de mais referências e de quem sabe, uma elite negra, formadora de opinião, questionando e fazendo com que a sociedade repense as relações raciais.

Este trabalho foi importante para refletirmos sobre as relações raciais e de poder que ocorrem neste país. Pois me permitiu o aprofundamento deste tema, que é bastante complexo e enriquecedor. Sei que estou apenas começando uma trajetória, que será longa, mas não desistirei. Acredito que um dia pelo menos viverei numa sociedade menos preconceituosa e hipócrita, e os negros de fato terão a tão sonhada liberdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, W. R. de; FILHO, W. F. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

APPLE, M. W. **Ideologia e currículo**. 3. ed. São Paulo: Artmed, 2006.

BERALDO, A.F.; MAGRONE,E. Política de cotas na Universidade Federal de Juiz de Fora: avaliação 2006-2011. In: **O impacto das cotas nas universidades brasileiras** (2004-2012) / Jocélio Teles dos Santos, organizador. Salvador: CEAO, 2013.

BOURDIEU, P; WACQUANT. **Sobre as artimanhas da razão imperialista.** Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, nº1, 2002, pp.15-33.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

BRASIL**. Arguição de descumprimento e preceito fundamental.** 186 Distrito Federal. Brasília, DF.

BRASIL, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Brasília, 2010

BRASIL. Constituição (1988). Constituição República Federativa do Brasil. Brasília,DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Justiça. Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasília,1996.

BRÊTA, C.E. **Educafro e a sua luta por cotas no ensino superior**: uma resistência à política neoliberal. Rio de Janeiro: UERJ, 2008. 218 f. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CANO, I. **Nas trincheiras do método**. Sociologias, Porto Alegre, ano 14, nº 31, set./ dez. 2012, p 94-119.

CANDAU, V.M. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica

In :_____.**Multiculturalismo:** diferenças culturais e práticas pedagógicas/ Antonio Flávio Moreira, Vera Maria Candau (orgs.). 2. Ed. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2008

CARNEIRO, S. Ideologia Tortuosa. In:_____

Racismos contemporâneos/organização Ashoka Empreendedores Sociais e Takano Cidadania. Rio de Janeiro: Takano. Ed ,2003.

CARTA DOS LEITORES. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, p. 6, 1 de julho de 2006

CÉSAR,R. C.L. **Políticas de inclusão no ensino superior brasileiro** : um acerto de contas e de legitimidade. Revista Advir, Uerj, n. 19, p.55-64, 2005.

CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA. **Discriminação positiva, ação**

afirmativa: em busca da igualdade. Brasília: CFEMEA, 1995.

CHAUÍ, M. de S. **O que é ideologia**. 38. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CONTINS, M.; SANT.ANA, L. C. **O Movimento negro e a questão da ação afirmativa**.

Estudos Feministas. IFCS/UFRJ-PPCIS/Uerj, v. 4, n. 1, p.209-220, 1996.

CUNHA, O. M. G. Sua alma em sua palma: identificando a “raça” e inventando a nação. In: **Repensando o Estado Novo**. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345 p.

D’ADESKY, J. **Pluralismo étnico e multiculturalismo**: racismos e anti-racismos no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

DIEESE. A inserção dos negros no mercado de trabalho metropolitano. Novembro, 2013

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3ed. São Paulo: Ática, 1978.

FIGUEIREDO, C. V. S. Estudos Subalternos: uma introdução. Raído, Dourados, MS, v.4, n.7,p.83-92,jan./jun.2010

FRANCO, M. A. **O vestibular e o acesso à universidade pública**: um problema de seleção ou autonomia? Trabalho Apresentado no XIII Encontro Anual da ANPOCS..GT Educação e Sociedade. Caxambu - Minas Gerais, 1989

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo:

Paz e Terra, 2001

FRY, P.; MAGGIE, Y., et.al. **Divisões Perigosas:** Políticas raciais no Brasil

contemporâneo/organização: Peter Fry, Yvonne Maggie, Marcos Chor Maio, Simone Monteiro, Ricardo Ventura Santos.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FRY, P. Introduzindo o racismo. In: **Divisões Perigosas:** Políticas raciais no Brasil

contemporâneo/organização: Peter Fry, Yvonne Maggie, Marcos Chor Maio, Simone Monteiro, Ricardo Ventura Santos.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FRY, P.; MAGGIE, Y. Política Social de alto risco**.** In: **Divisões Perigosas:** Políticas raciais no

Brasil contemporâneo/organização: Peter Fry, Yvonne Maggie, Marcos Chor Maio, Simone Monteiro, Ricardo Ventura Santos.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GODINHO, T. **Ação afirmativa no Partido dos Trabalhadores**. Estudos Feministas,

IFCS/UFRJPPCIS/Uerj, v. 4, n. 1, p. 148-157, 1996.

GOLDEMBERG, J. ; DURHAM, E. R. Cotas nas universidades públicas**.** In: **Divisões Perigosas:** Políticas raciais no Brasil contemporâneo/organização: Peter Fry, Yvonne Maggie, Marcos Chor Maio, Simone Monteiro, Ricardo Ventura Santos.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

GOMES, N. L. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei

10.639/03. In: **Multiculturalismo:** diferenças culturais e práticas pedagógicas/ Antonio Flávio Moreira, Vera Maria Candau (orgs.). 2. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008

GUIMARÃES, A. S. A. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio à

Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2002.
_____. Racismo e antirracismo no Brasil. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

GUIMARÃES, R.S. **Afrocidanização**: ações afirmativas e trajetórias de vida no Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio; São Paulo: Selo Negro, 2013.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11a ed. Rio de janeiro: DP&A, 2006.

HALL, S. **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Liv Sovik (org); Trad. Adelaine La

Guardia Resende. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

_____. O problema da ideologia: o marxismo sem garantias".In: **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Liv Sovik (org); Trad. Adelaine La Guardia Resende. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG,2013.

HENRIQUES, R. **Desigualdade racial no Brasil** *:* evolução das condições de vida na década de 90. Texto para discussão nº 807. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada– IPEA,p. 26,2001.

HOFBAUER, A. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

IANNI, O. **A racialização do mundo**. Tempo Social; Rev. Sociol.USP,S.Paulo, 8(1);1-23, maio de 1996.

_____. **Raças e Classes no Brasil.** Editora Brasiliense,1987.

IPEA. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise. Brasília, 2012

_____. Igualdade racial. **Políticas Sociais**: acompanhamento e análise, Brasília, n. 19,

2011b.Disponívelem:<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_19_cap08.pdf>.

INEP. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Indicadores Consolidados - Enem 2013

INEP. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. EDITAL Nº 12, DE 8 DE MAIO DE 2014 .EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO – ENEM 2014

JACCOUD, L. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de

promoção da igualdade racial. In: **As políticas públicas e a desigualdade no Brasil:** 120 anos após a abolição. Mário Theodoro(org.). Luciana Jaccoud, Rafael Osório, Serguei Soares.- Brasília: Ipea :2008

JÚNIOR, J.F.; DAFLON, V.T.; CAMPOS, L. A. As políticas de ação afirmativa no tribunal:

separando os bons dos maus argumentos. In: **As cotas para negros no tribunal: a audiência pública do STF**/ organizador: Valter Roberto Silvério. São Carlos: Edufscar, 2012.

KAMEL, A. **Não somos racistas:** uma reação aos que querem transformar numa nação bicolor. Rio de Janeiro: Pocket Ouro,2009.

KAUFMANN, R. F. M. **Ações afirmativas à brasileira:** necessidade ou mito?:uma análise histórico-jurídico comparativa do negro nos Estados Unidos da América e no Brasil. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

LEITE, P.C. Corpo a Corpo.O País. ‘’As cotas ressaltam o preconceito’’. Jornal O Globo, Domingo, 9 de dezembro de 2001

LEWANDOWSKI, R. Íntegra do voto do ministro Ricardo Lewandoski na ADPF sobre cotas. Brasília, DF: STF, 2012. Disponível em:<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF186RL.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2012.

LIMA, T. C. S; MIOTO, R.C.T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico**: a pesquisa bibliográfica. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45, 2007.

MAGGIE, Y .Entrevista. O País. Jornal O Globo, Domingo, 31 de maio de 2009

MAIO, M.C.; SANTOS, R.V. Um Brasil de cotas raciais? In: **Divisões Perigosas:** Políticas raciais no Brasil contemporâneo/organização: Peter Fry, Yvonne Maggie, Marcos Chor Maio, Simone Monteiro, Ricardo Ventura Santos.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARTINHO, F.,C.P. O pomo da discórdia: sobre as cotas raciais e o debate da UERJ. In: **Divisões Perigosas:** Políticas raciais no Brasil contemporâneo/organização: Peter Fry, Yvonne Maggie, Marcos Chor Maio, Simone Monteiro, Ricardo Ventura Santos.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MÈLIN-SOUCRAMANIEM, F. **Le Principle d’égalité dans la jurisprudence duconseilconstitucionnel.**Paris: Econômica, 1997.

MILITÃO, J. R. F. A reflexão que vale a pena ser feita: contra as cotas raciais. In: **Divisões Perigosas:** Políticas raciais no Brasil contemporâneo/organização: Peter Fry, Yvonne Maggie, Marcos Chor Maio, Simone Monteiro, Ricardo Ventura Santos.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MIRANDA, C. Narrativas sobre ‘’cotas ‘’ em jornais: o híbrido e o grotesco nos discursos de resistência frente à perspectiva afrodescendente de interculturalidade. Uerj, GT : Afro – Brasileiros e Educação n.21, 2010

MIRANDA, J.C. Um estatuto para dividir e cotas para iludir**.** In: **Divisões Perigosas:** Políticas raciais no Brasil contemporâneo/organização: Peter Fry, Yvonne Maggie, Marcos Chor Maio, Simone Monteiro, Ricardo Ventura Santos.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MOEHLECKE, S. **Fronteiras da Igualdade no Ensino Superior***:* Excelência & Justiça Social.Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2004.

MONSMA, K.; SOUZA, J.V.S.; SILVA,F.O. As consequências das ações afirmativas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul: uma análise preliminar. In: **O impacto das cotas nas universidades brasileiras** (2004-2012) / Jocélio Teles dos Santos, organizador. Salvador: CEAO, 2013.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social;** crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002. 288

MOORE, C. **Racismo e sociedade:** novas bases epistemológicas para entender o racismo. – Belo Horizonte: Mazza. Edições, 2007.

MOORE WEDDERBURN, C. Do marco histórico das políticas de ação afirmativa. Gênese das políticas de ações Afirmativas e Questões afins. In**: Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas***.* Coleção Educação para Todos. Brasília, 2005.

MOREIRA, A.F.B;CÂMARA, M.J. Reflexões sobre currículo e identidade: implicações para a prática pedagógica. In: **Multiculturalismo:** diferenças culturais e práticas pedagógicas/ Antonio Flávio Moreira, Vera Maria Candau (orgs.). 2. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008

MOREIRA, D. Reflexões sobre mudança sócio – racial no Brasil. In:_____ **Racismos contemporâneos/organização** Ashoka Empreendedores Sociais e Takano Cidadania. Rio de Janeiro: Takano. Ed ,2003.

MOURA, C. **Brasil:** as raízes do protesto negro. São Paulo: Global,1983.

MOURA, C. **Florestan Fernandes e o negro**: uma interpretação política. São Paulo: Coleção Princípios, 1998.

MUNANGA, K. Constitucionalidade das políticas de ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras na modalidade de cotas. In: **As cotas para negros no tribunal**: a audiência pública do STF. Organizador: Valter Roberto Silvério. São Carlos: Edufscar,2012.

_____. **Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil**: um ponto de vista em defesa de cotas. Sociedade e Cultura, v. 4, n. 2, jul./dez. 2001, p. 31-43

_____. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB. Rio de Janeiro, 2003

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade

negra. 3 ed. Belo Horizonte : Autêntica, 2008.

NASCIMENTO, A**. Do direito à universidade à universalização de direitos**: o movimento dos cursos pré – vestibulares populares e as políticas de ação afirmativa. Rio de Janeiro: Litteris Ed, 2012

OLIVEN, A. C. **Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades**: Uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 1 (61), p. 29-51, jan./abr. 2007

ORTIZ, R**. Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo:Brasiliense, 1985.

OSÓRIO, R.F. Desigualdade racial e mobilidade social no Brasil: Um balanço de teorias. In**: As políticas públicas e a desigualdade no Brasil**: 120 anos após a abolição. Mário Theodoro(org.). Luciana Jaccoud, Rafael Osório, Serguei Soares.- Brasília: Ipea :2008

PESTANA, M. Usurpação Histórica. In: **Raça Brasil,** n 132, p.7.

PAIXÃO, M. et al. (Org).**Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil**; 2009-2010.Rio de Janeiro:Garamond, 2010.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.227-278

RIBEIRO; O. M. **Por que investir em pesquisa qualitativa?** Revista Brasileira. Est. pedag., Brasília, v. 81, n. 197, p. 109-115, jan./abr, 2000.

ROMÃO, J. (org). **Por uma educação que promova a auto-estima da criança negra**. Rio de Janeiro: Ceap, 1999.

SANTOMÉ, J. T. **O curriculum oculto**. Portugal: Porto, 1995.

SANTOS, B. de S. **Poderá o direito ser emancipatório?***Revista Crítica de Ciências Sociais*, 65, 3-76. 2003.

SANTOS, G. **Relações Raciais e Desigualdade no Brasil.** Selo Negro Edições, 2005.

SANTOS, J.T. Dilemas nada atuais das políticas para os afro-brasileiros: ação afirmativa no Brasil dos anos 60. In: BACELAR, J.; CAROSO, C. (Org.). **Brasil, um país de negros?** Rio de Janeiro: Pallas; Salvador: CEAO, 1999. p.221-234.

SANTOS, J.T.; QUEIROZ,D.M O impacto das cotas na Universidade Federal da Bahia (2004-2012). In: **O impacto das cotas nas universidades brasileiras** (2004-2012) / Jocélio

Teles dos Santos, organizador. Salvador: CEAO, 2013.

SANTOS, R. E. N. **Agendas e agências**: a espacialidade nos movimentos sociais a partir do pré- vestibular para negros e carentes. Niterói, UFF, 2006, 607f. Tese Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **Racismo no Brasil**. São Paulo:Publifolha, 2001.

SERAFIM, M. Meritocracia. Resumo da Tese: Neoliberalismo E Educação – Lógicas e Contradições.

SILVA JUNIOR, H. Debates atuais: cotas para negros nas universidades. In: ALBERTI, V.; PEREIRA, A.A. (Org.). **Histórias do movimento negro:** depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007. p. 431-433.

SILVA, M. A. da. **Ações Afirmativas em Educação**: Acesso, Permanência e Sucesso do Povo Negro na Universidade. In: Palmares em Ação, n 69, p. 27-29, out.2002.

SILVA, M.N; PACHECO,J.Q . As cotas na Universidade Estadual de Londrina: balanço e perspectivas. In: **O impacto das cotas nas universidades brasileiras** (2004-2012) / Jocélio Teles dos Santos, organizador. Salvador: CEAO, 2013.

SILVA, N. V; HASENBALG, C. A. **Relações Raciais no Brasil Contemporâneo.** Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed.,:IUPERJ, 1992.

SILVA, P. B. G.; BARBOSA, L. M. de A. **O Pensamento negro em educação no Brasil**: expressões do movimento negro. São Paulo: UFSCAR, 1997.

SINGER, P. Poder, política e educação. Conferência de abertura da XVIII Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, outubro de 1995

SMITS, K. **Applying Political Theory** – Issues and Debates*.* London: Macmillan, 2009. p. 71.

SODRÉ, M. **A comunicação do grotesco**: um ensaio sobre a cultura de massa no Brasil. Petrópolis: VOZES, 1972

SOMERS, P.; JONES, C.**Ações afirmativas na Educação Superior:** o que acadêmicos brasileiros podem aprender da experiência americana.Educação, Porto Alegre, v. 32, n. 3, p. 246-251, set./dez. 2009.

SOVIK, L. **Aqui ninguém é branco.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

SPIVAK, G. C. Can the subaltern speak? In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence (eds.). **Marxism and the interpretation of culture.** Chicago: Chicago Press, 1988.p.271-313.

STRIEDER, I. R. **Democracia racial- a partir de Gilberto Freyre.** Perspectiva Filosófica.

Volume VIII, nº 15, Jan – Jun, 2001

TEIXEIRA, M. de P. **Negros na Universidade**: Identidades e Trajetórias de Ascensão Social no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

THEODORO, M. À guisa de conclusão: o difícil debate da questão racial e das políticas públicas de combate à desigualdade e à discriminação racial no Brasil. In: **As políticas públicas e a desigualdade no Brasil:** 120 anos após a abolição. Mário Theodoro (org.). Luciana Jaccoud, Rafael Osório, Serguei Soares.- Brasília: Ipea :2008

TELLES, E. E. **Racismo à brasileira***:* uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Fundação Ford, 2003.

THEODORO, M. Desigualdade racial e políticas públicas no Brasil. In: **As cotas para negros no tribunal**: a audiência pública do STF. Organizador: Valter Roberto Silvério. São Carlos: Edufscar, 2012.

UERJ. Avaliação Qualitativa dos dados sobre desempenho acadêmico. Relatório, ano 2011.

UERJ. Vestibular Estadual 2013 2ª 1 fase Exame discursivo Manual do Candidato anexo 2,ano 2013

VEYNE, P. **O inventário das diferenças**: a história e sociologia. São Paulo: Brasiliense, 1983.

WASHINGTON, V.; HARVEY, W. **Affirmative rethoric, negative action**. East Lansing, MI: ASHE-ERIC, 1989. Report 2.

ANEXO I - Avaliação dos Egressos Cotistas da UERJ / Apresentação gráfica dos principais resultados levantados

Gráfico 1 - Áreas de dificuldades relatadas pelos concluintes

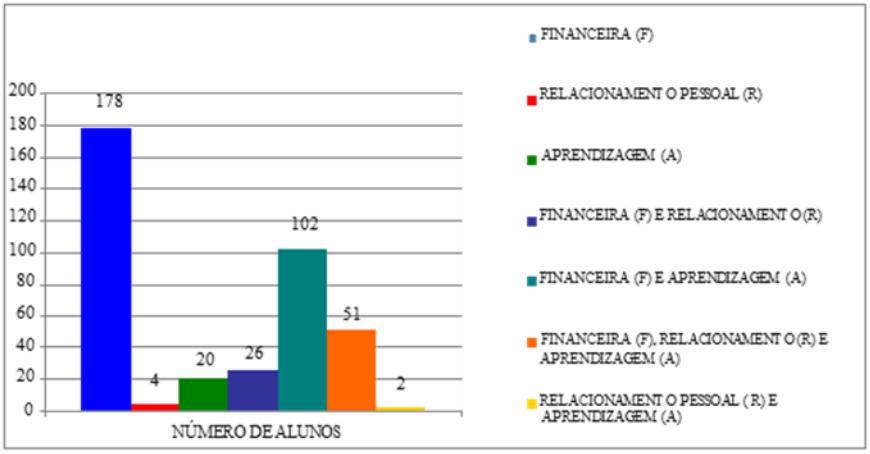
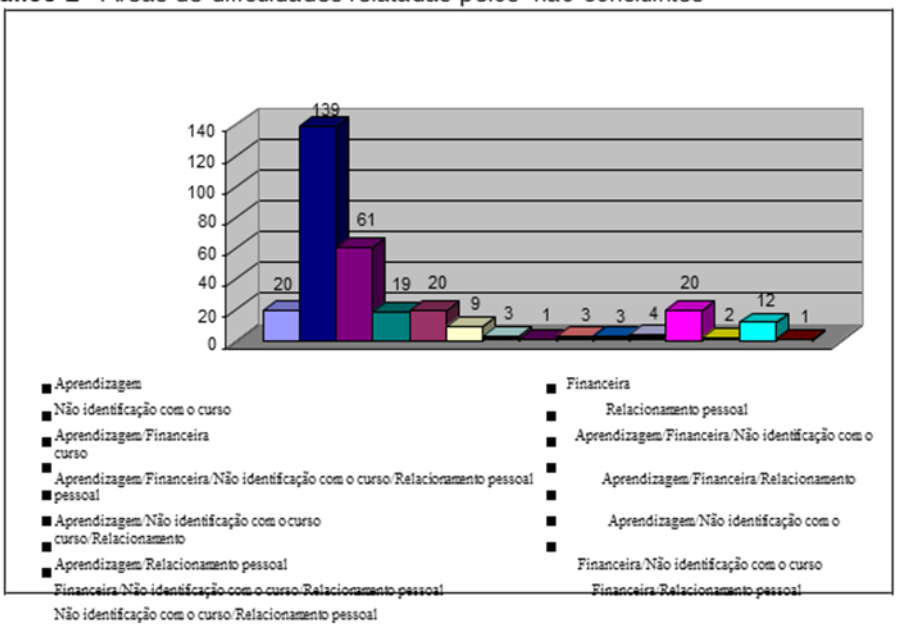


Gráfico 2 - Áreas de dificuldades relatadas pelos nao concluintes



Observação: Introduçao de mais uma variável de análise: "Nao identificaçao com o curso"

Fonte: UERJ, 2011

Gráfico 3 - Diversidade das atividades desenvolvidas pelos concluintes

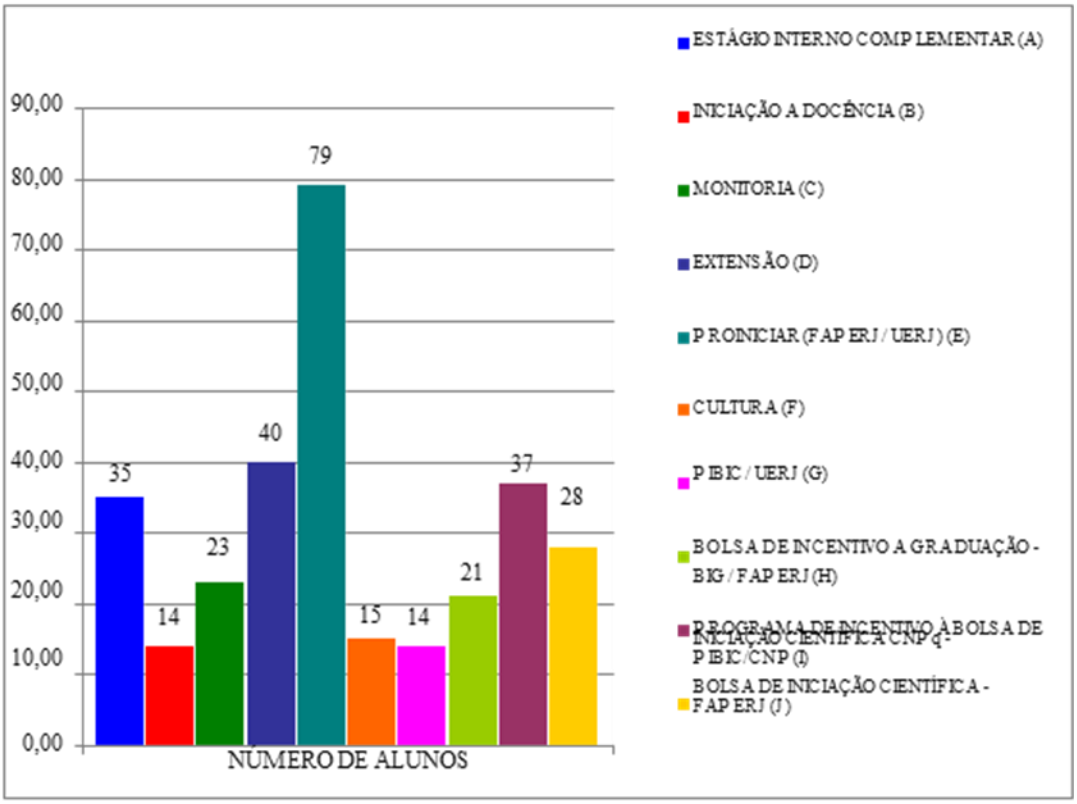
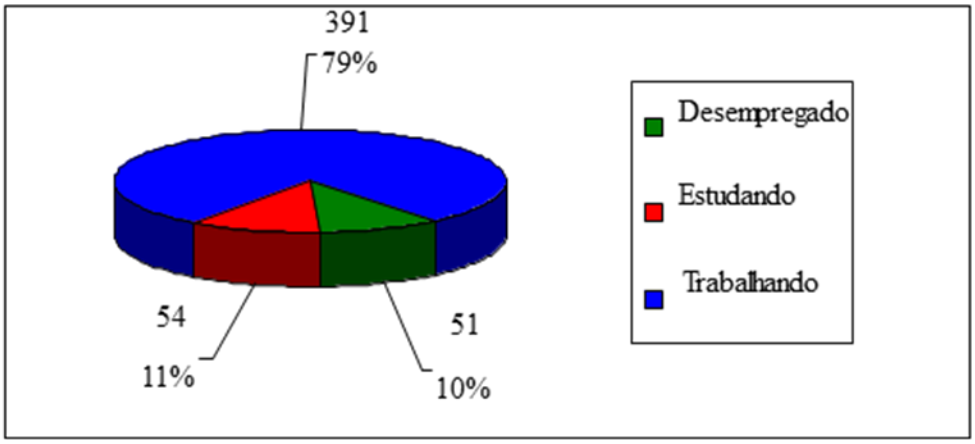


Gráfico 4 - Inserçao no mercado de trabalho: ocupaçao atual dos egressos



Fonte : UERJ, 2011

Gráfico 5 - Segmentos de mercado de tabalho

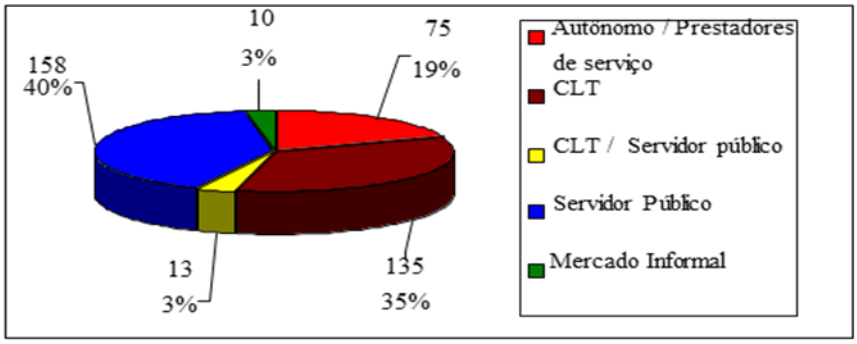


Gráfico 6: Atuaçao na área de formaçao

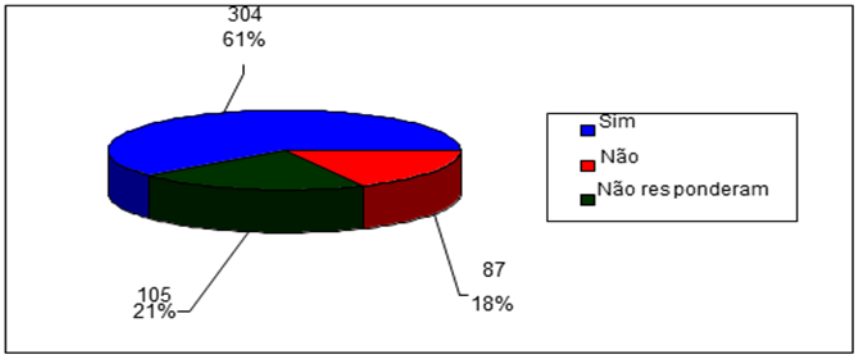
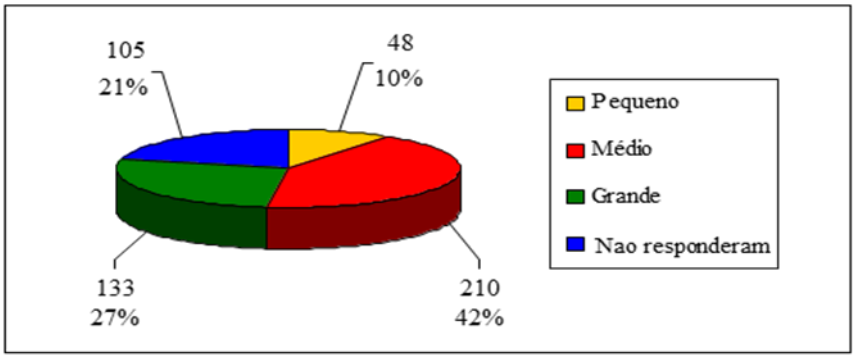


Gráfico 7: Grau de satisfaçao com o trabalho



Fonte: UERJ, 2011